Conarq
CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS

NOBRADE

Norma brasileira de descrição arquivística

Conarq
CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS

NOBRADE

Norma brasileira de descrição arquivística

Rio de Janeiro
2006

Copyright © 2006 by Conselho Nacional de Arquivos – Conarq
Praça da República, 173 - 20211-350, Rio de Janeiro – RJ – Brasil
Telefone: (21) 3806-6171; 2516-1834; Fax: (21) 2232-8430
E-mail: conarq@arquivonacional.gov.br

Presidente da República
Luiz Inácio Lula da Silva

Ministra-Chefe da Casa Civil da Presidência da República
Dilma Vana Roussef

Secretária-Executiva da Casa Civil da Presidência da República
Erenice Alves Guerra

Presidente do Conselho Nacional de Arquivos (Conarq)
Jaime Antunes da Silva

Coordenadora do Conselho Nacional de Arquivos
Marilena Leite Paes

Consolidação do texto da Norma
Vitor Manoel Marques da Fonseca e Silvia Ninita de Moura Estevão

Membros da Câmara Técnica de Normalização da Descrição Arquivística (CTNDA/Conarq)
Vitor Manoel Marques da Fonseca (presidente), Beatriz Moreira Monteiro, Carmen Tereza Coelho Moreno, Célia Maria Leite Costa, Cristina Ruth Santos, Cynthia Roncaglio, Georgete Medleg Rodrigues, Maria Izabel de Oliveira, Nilda Sampaio Barbosa Sobrosa, Paulo Roberto Elian dos Santos, Silvia Ninita de Moura Estevão, Viviane Tessitore

Edição de texto
Alba Gisele Gouget

Revisão
Alba Gisele Gouget e Renata Ferreira

Capa
Tânia Maria Cuba Bittencourt

Diagramação
Alzira Reis

Diagrama do Apêndice
Guilherme Gantois de Miranda

Índice
Nilda Sampaio Barbosa Sobrosa

Brasil. Conselho Nacional de Arquivos.
NOBRADE: Norma Brasileira de Descrição Arquivística.
Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2006.
124p.: 29,7cm

Índice: p. 120-124

ISBN: 85-60207-02-3

ISBN: 978-85-60207-02-2

1. Descrição arquivística–normas. 2. Arquivos–Arranjo
e descrição. I. Arquivo Nacional (Brasil). II. Título.

CDD 025.34

NOBRADE

Norma brasileira de descrição arquivística

Membros plenos e respectivos períodos de participação

Beatriz Moreira Monteiro (Arquivo Nacional), 2001-2006
Carmen Tereza Coelho Moreno (Fundação Biblioteca Nacional), 2001-2006
Célia Maria Leite Costa (CPDOC/FGV), 2001-2006
Cristina Ruth Santos (Arquivo Nacional), 2004-2006
Cynthia Roncaglio, 2001-2006
Eliane Dutra Amorim (Arquivo Público Mineiro), 2001-2003
Georgete Medleg Rodrigues (Universidade de Brasília), 2001-2006
Maria Izabel de Oliveira (Arquivo Nacional), 2001-2006
Nilda Sampaio Barbosa Sobrosa, 2001-2006
Patrícia Maciel, 2001-2002
Paulo Roberto Elian dos Santos, 2001-2006
Silvia Ninita de Moura Estevão (Arquivo Nacional), 2001-2006
Vitor Manoel Marques da Fonseca (Arquivo Nacional), 2001-2006
Viviane Tessitore, 2003-2006

Membros correspondentes e respectivas instituições

André Teixeira Oliva Mendes (Arquivo Público do Estado de São Paulo)
Candelária Monteiro Gomes de Campos Neta (Arquivo Público do Estado do Mato Grosso)
Carlos Almeida Cardoso (Arquivo Público do Distrito Federal)
Carlos Henrique Marcondes (Universidade Federal Fluminense–Depto. de Ciência da Informação)
Clevindina Vasconcelos Rodrigues (Arquivo Público do Estado do Ceará)
Eliane Dutra Amorim (Arquivo Público do Estado de Minas Gerais)
Eloá Maria Possebom (Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul)
Maria Celina Soares de Mello e Silva (Museu de Astronomia e Ciências Afins)
Maria Helena de Macedo Versiane (Museu da República)
Maria Helena Pereira Espínola (Arquivo Público do Estado do Maranhão)
Marli Geralda Teixeira (Arquivo Público do Estado da Bahia)
Mônica Maria de Pádua Souto da Cunha (Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco)
Patrícia Maciel
Paulo Santos (Arquivo Público do Rio Grande do Norte)
Rosale de Mattos Souza (Universidade Federal Fluminense)
Tatiana Dantas Marchette (Departamento Estadual de Arquivo Público/Paraná)
Terezinha Mary Cortez de Souza (Arquivo Público do Estado do Piauí)

Agradecemos a todas as instituições que colaboraram com a CTNDA, permitindo a participação de seus técnicos, oferecendo instalações para reuniões e assumindo os custos de deslocamento e estadia no Rio de Janeiro, bem como a infra-estrutura para realização de oficinas de divulgação. São elas:

Arquivo Nacional • Arquivo Público do Distrito Federal • Arquivo Público do Estado de Santa Catarina • Arquivo Público do Estado do Pará • Arquivo Público Jordão Emerenciano (Pernambuco) • Arquivo Público Mineiro • Arquivo Público Municipal de Curitiba • Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil – CPDOC/FGV • Departamento Estadual de Arquivo Público (Paraná) • Fundação Biblioteca Nacional • Casa Oswaldo Cruz / Fiocruz • Centro de Documentação e Informação Científica – CEDIC/PUC-SP • Procuradoria Seccional da Fazenda Nacional em Campos dos Goitacazes • Universidade Estadual de Londrina • Universidade de Brasília

Sumário

Apresentação 7

Âmbito e objetivos 10

Normas e diretrizes relacionadas 12

Glossário 14

Estrutura e uso da norma 18

Elementos de descrição 20

1 Área de identificação 20
1.1 Código de referência 20
1.2 Título 21
1.3 Data(s) 23
1.4 Nível de descrição 26
1.5 Dimensão e suporte 27

2 Área de contextualização 30
2.1 Nome(s) do(s) produtor(es) 30
2.2 História administrativa/Biografia 32
2.3 História arquivística 34
2.4 Procedência 37

3 Área de conteúdo e estrutura 39
3.1 Âmbito e conteúdo 39
3.2 Avaliação, eliminação e temporalidade 41
3.3 Incorporações 42
3.4 Sistema de arranjo 42

4 Área de condições de acesso e uso 44
4.1 Condições de acesso 44
4.2 Condições de reprodução 45
4.3 Idioma 46
4.4 Características físicas e requisitos técnicos 47
4.5 Instrumentos de pesquisa 48

5 Área de fontes relacionadas 49
5.1 Existência e localização dos originais 49
5.2 Existência e localização de cópias 50

5.3 Unidades de descrição relacionadas 51
5.4 Nota sobre publicação 52

6 Área de notas 54
6.1 Notas sobre conservação 54
6.2 Notas gerais 55

7 Área de controle da descrição 56
7.1 Nota do arquivista 56
7.2 Regras ou convenções 57
7.3 Data(s) da(s) descrição(ões) 57

8 Área de pontos de acesso e indexação de assuntos 59
8.1 Pontos de acesso e indexação de assuntos 59

Apêndice A Modelo de níveis de descrição 62

Apêndice B Relações entre registros de descrição e de autoridade 63

Apêndice C Exemplos integrais 64

Exemplo 1 – João Goulart – Centro de Pesquisa
e Documentação de História Contemporânea do Brasil 64

Exemplo 2 – Comissão de Censura Cinematográfica – Museu Nacional (Brasil) 72

Exemplo 3 – Floriano Peixoto – Arquivo Nacional (Brasil) 82

Exemplo 4 – José Feio – Museu Nacional (Brasil) 94

Exemplo 5 – De Angelis – Biblioteca Nacional (Brasil) 106

Exemplo 6 – Museu Nacional – Museu Nacional (Brasil) 115

Bibliografia 118

Índice 119

APRESENTAÇÃO

A normalização da descrição arquivística em nível internacional tomou grande impulso no final da década de 1980. Aspiração antiga, a necessidade de normalização imposta pelo uso de computadores em arquivos se fazia sentir nessa época de maneira cada vez maior, ao mesmo tempo em que os progressos normalizadores da área da biblioteconomia demonstravam as vantagens alcançadas quando trabalhos baseavam-se em procedimentos técnicos comuns. Alguns países como os Estados Unidos e a Inglaterra[1] já haviam caminhado na direção do estabelecimento de normas de descrição, mas coube ao Canadá, que então iniciava a elaboração de suas normas nacionais sob o patrocínio do National Council on Archives/Conseil National des Archives, a proposta ao Conselho Internacional de Arquivos (CIA), em1988, da criação de normas internacionais de descrição.

Em 1989, especialistas de vários países reuniram-se em Paris e decidiram criar uma comissão específica para, no âmbito do CIA, realizar tal tarefa.[2] A primeira reunião da Comissão ocorreu em 1990, na Alemanha, congregando especialistas do Canadá, Espanha, Estados Unidos, França, Inglaterra, Malásia, Portugal e Suécia. A partir da divulgação e discussão de uma declaração de princípios quanto à descrição arquivística no Congresso Internacional de Arquivos de Montreal, o grupo passou a contar com um representante da Austrália, num esforço de conciliar e atender a tradições técnicas diversas.

O primeiro trabalho consolidado da Comissão foi a elaboração da norma para descrição de documentos arquivísticos ISAD(G),[3] publicada em 1994, abrangendo documentos de todo e qualquer suporte, respaldada em procedimentos metodológicos já implementados, bem como definindo um universo de elementos de descrição para registro de informações tradicionalmente recuperadas. Em 1996, foi lançada a norma ISAAR(CPF),[4] complementar à primeira, regulando a descrição do produtor, entidade fundamental para o contexto dos documentos descritos.

1 Na década de 1970 foi lançado pela Library of Congress o Marc AMC, formato MARC específico para arquivos e manuscritos. Em 1983, Steven L. Hensen publica o *Archives, personal papers and manuscripts*: a cataloguing manual for archival repositories, historical societies and manuscripts, que ficou conhecido pela sigla APPM. A primeira edição do *Manual for archival description* de Michael Cook e Margaret Procter foi lançada em 1986.

2 A importância do Canadá nesse processo foi tamanha, que os dois primeiros secretários-executivos da Comissão *ad hoc* e, depois, do Comitê de Normas de Descrição (CND) foram os canadenses Hugo Stibbe e Kent Haworth. A ligação desse país com a questão da normalização permanece, e o Comitê de Boas Práticas e Normas Profissionais, que na atual estrutura do CIA veio a suceder ao CND, tem como presidente Marion Beyea, presidente do Comitê de Normas do National Council on Archives / Conseil National des Archives.

3 INTERNATIONAL COUNCIL ON ARCHIVES. *ISAD(G)*: General international standard of archival description. Ottawa: Secretariat of the ICA Ad Hoc Comission on Descriptive Srandards, 1994.

4 INTERNATIONAL COUNCIL ON ARCHIVES. *ISAAR(CPF)*: Intenational standard archival authority record for corporate bodies, persons and families; proposed by the Ad Hoc Comission on Descriptive Standards, Paris, France, 15-20 November 1995. Final ICA approved version. Ottawa, 1996.

Em 1996, durante o Congresso Internacional de Arquivos ocorrido em Pequim, a Comissão *ad hoc* foi transformada em Comitê de Normas de Descrição (CND), passando a integrar formal e permanentemente a estrutura do CIA. Na ocasião, sua composição foi alterada e o Brasil convidado a designar um representante para o CND, cuja principal tarefa à época era realizar a revisão e a segunda edição da ISAD(G).

A ISAD(G) não era conhecida no Brasil. Não havia sido impressa aqui e a única tradução em português era aquela publicada nos Cadernos BAD, da Associação Portuguesa de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas, com pequena circulação em nosso país. A necessidade de participar do processo de revisão impunha, então, como primeira providência, traduzir a norma e divulgá-la o mais amplamente possível. O Arquivo Nacional assumiu essa tarefa e no início de 1998 publicou a primeira edição brasileira das normas internacionais ISAD(G) e ISAAR(CPF), gratuitamente distribuídas no país, além de aproveitar oportunidades e de promover eventos para discuti-las, sobretudo a ISAD(G), cuja revisão internacional se iniciava.

A participação do Brasil no processo de revisão da ISAD(G) foi extremamente proveitosa. Ganhou a Norma, ao incorporar uma visão crítica mais afastada dos grandes centros de discussão arquivística e com experiências diferenciadas em termos de tradição e tecnologia.[5] Ao mesmo tempo, ganhou a comunidade profissional brasileira, ao ter um contato mais amplo e constante com as preocupações de colegas de outros países,[6] além de aprofundar sua reflexão sobre a própria ISAD(G).[7] As mesmas vantagens ocorreram quando da revisão da ISAAR(CPF), realizada entre 2000 e 2004. As duas normas revisadas foram publicadas pelo Arquivo Nacional.

A ISAD(G), exatamente por pretender ser internacional, aplicável a todos os tipos de materiais arquivísticos, utilizável tanto em sistemas manuais quanto automatizados de descrição, tem um alto grau de generalidade, definindo apenas a macroestrutura da descrição, deixando a definição quanto a procedimentos específicos para outras esferas de decisão, nacionais ou institucionais. Daí a insistência do CND sobre a necessidade de normas nacionais e, conseqüentemente, a necessidade de cada país refletir sobre sua realidade e criar normas próprias.[8]

5 Uma das contribuições foi a possibilidade de a ISAD(G) ser usada tanto na descrição de fundos quanto de coleções, o que passou a ser expressamente declarado na segunda edição.

6 A partir de 1998, o Arquivo Nacional promoveu um seminário internacional e dois cursos sobre descrição arquivística, além de, aproveitando a reunião do CND durante o seminário ibero-americano de arquivos, em 2003, ter patrocinado também um curso sobre a experiência australiana com documentos eletrônicos.

7 O mesmo ocorreu com a norma ISAAR(CPF), embora nesta apresentação essa experiência não seja analisada.

8 Até aqui, este texto reproduz, com pequenas alterações, a comunicação de Vitor Manoel Marques da Fonseca no Congresso Brasileiro de Arquivologia de 2006, intitulada *A norma brasileira de descrição arquivística* – versão preliminar.

A Câmara Técnica de Normalização da Descrição Arquivística (CTNDA) foi criada pela portaria n. 56, de 30/9/2001, do Conselho Nacional de Arquivos (Conarq), com a finalidade de propor normas que, em conformidade com a ISAD(G)[9] e a ISAAR(CPF),[10] fossem, após discussão pela comunidade profissional, aprovadas pelo Conarq e adotadas como normas brasileiras.

A Câmara, que sofreu alterações em sua composição original, reuniu-se várias vezes, além de manter ativa correspondência para evolução do trabalho. A partir de 2004, passou a contar também com membros correspondentes, integrantes de arquivos estaduais ou de outras instituições já usuárias da ISAD(G), num esforço de ampliar a discussão por todo o Brasil.

A CTNDA iniciou os trabalhos promovendo um diagnóstico sobre o grau de normalização dos procedimentos técnicos adotados no tratamento de arquivos em território nacional, procurando identificar equipes que já tivessem tido contacto com a ISAD(G) e a ISAAR(CPF) e as aplicassem. O resultado desse trabalho foi disponibilizado em sua subpágina,[11] juntamente com as atas de reuniões realizadas e um levantamento bibliográfico sobre descrição arquivística, consolidado em publicação específica.[12]

A versão preliminar desta Norma foi submetida à consulta pública de janeiro a maio de 2006, concomitantemente à realização de oficinas para divulgação em Belém, Brasília, Florianópolis, Londrina, Recife, Rio de Janeiro e São Paulo, contando com cerca de setecentos participantes. As contribuições enviadas por profissionais de várias partes do país foram analisadas em reunião específica, elaborando-se a versão final ora apresentada.

A NOBRADE não é uma mera tradução das normas ISAD(G) e ISAAR(CPF), que já existem e estão publicadas. Seu objetivo, ao contrário, consiste na adaptação das normas internacionais à realidade brasileira, incorporando preocupações que o Comitê de Normas de Descrição do Conselho Internacional de Arquivos (CDS/CIA) considerava importantes, porém, de foro nacional. Esta norma deve ser intensamente divulgada no âmbito das instituições arquivísticas e nos eventos ligados aos profissionais da área, de modo a possibilitar o seu aperfeiçoamento.

9 CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS. *ISAD(G)*: norma geral internacional de descrição arquivística, adotada pelo Comitê de Normas de Descrição, Estocolmo, Suécia, 19-22 de setembro de 1999. 2. ed. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2001. 119 p. (Publicações técnicas, n. 49)

10 CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS. *ISAAR(CPF)*: norma internacional de registro de autoridade arquivística para entidades coletivas, pessoas e famílias: segunda edição. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2004. 99 p. (Publicações técnicas, n. 50)

11 Ver http://www.arquivonacional.gov.br/conarq/cam_tec_norm_arq/index.asp

12 CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS (Brasil). Câmara Técnica de Normalização da Descrição Arquivística. *Descrição arquivística*: referências bibliográficas. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2004. 50 p.

ÂMBITO E OBJETIVOS

Esta norma estabelece diretivas para a descrição no Brasil de documentos arquivísticos, compatíveis com as normas internacionais em vigor ISAD(G) e ISAAR(CPF), e tem em vista facilitar o acesso e o intercâmbio de informações em âmbito nacional e internacional. Embora voltada preferencialmente para a descrição de documentos em fase permanente, pode também ser aplicada à descrição em fases corrente e intermediária.

Normas para descrição de documentos arquivísticos visam garantir descrições consistentes, apropriadas e auto-explicativas. A padronização da descrição, além de proporcionar maior qualidade ao trabalho técnico, contribui para a economia dos recursos aplicados e para a otimização das informações recuperadas. Ao mesmo tempo que influem no tratamento técnico realizado pelas entidades custodiadoras, as normas habilitam o pesquisador ao uso mais ágil de instrumentos de pesquisa que estruturam de maneira semelhante a informação.

Assim como as normas internacionais ISAD(G) e ISAAR(CPF) demandam normas nacionais, a norma brasileira advoga a padronização de procedimentos em sistemas de arquivos e/ou em entidades custodiadoras. Da mesma maneira que aquelas normas internacionais, a NOBRADE não preceitua formatos de entrada ou saída de dados em sistemas de descrição automatizados ou manuais. Tem por objetivo estruturar a informação a partir de elementos de descrição comuns, buscando interferir o mínimo possível na forma final em que as descrições são apresentadas. Cabe a cada entidade custodiadora e a seus profissionais a decisão acerca dos recursos utilizados para a descrição, bem como o formato final de seus instrumentos de pesquisa, sendo apenas imprescindível a presença dos elementos de descrição obrigatórios.

Embora a norma tenha sido pensada para utilização em sistemas de descrição automatizados ou não, as vantagens de seu uso são potencializadas nos primeiros. O respeito a esta norma em sistemas manuais pode facilitar posterior passagem dos dados para sistemas automatizados. Para intercâmbio nacional ou internacional de dados, ainda que o uso da norma não seja suficiente, constitui requisito fundamental.[13]

Esta norma tem como pressupostos básicos o respeito aos fundos e a descrição multinível, adotando os princípios expressos na ISAD(G), quais sejam:

Descrição do geral para o particular – com o objetivo de representar o contexto e a estrutura hierárquica do fundo e suas partes componentes;

13 Para intercâmbio de informações arquivísticas, é fundamental a adoção de um formato comum, por exemplo, o *Encoded Archival Description* (EAD). No entanto, para adoção de um formato, é necessária a obediência a normas que garantam a consistência das informações fornecidas.

Informação relevante para o nível de descrição – com o objetivo de representar com rigor o contexto e o conteúdo da unidade de descrição;

Relação entre descrições – com o objetivo de explicitar a posição da unidade de descrição na hierarquia;

Não repetição da informação – com o objetivo de evitar redundância de informação em descrições hierarquicamente relacionadas.

Considera-se a existência de seis principais níveis de descrição, a saber: acervo da entidade custodiadora (nível 0), fundo ou coleção[14] (nível 1), seção (nível 2), série (nível 3), dossiê ou processo (nível 4) e item documental (nível 5). São admitidos como níveis intermediários o acervo da subunidade custodiadora (nível 0,5), a subseção (nível 2,5) e a subsérie (nível 3,5). Graficamente, o Apêndice A mostra como se estruturam os níveis 0 a 5.

Nem todos os níveis precisam ser implementados: o nível 0 é útil para descrições gerais da totalidade do acervo de uma entidade custodiadora; o nível 0,5 somente cabe quando a entidade custodiadora dispõe de subunidades administrativas que custodiam acervos e dão acesso a eles em diferentes endereços; os demais níveis são utilizados de acordo com a estrutura de arranjo do fundo/coleção. Cabe observar, porém, que o nível de descrição 5 tem como requisito a existência do nível 4. Em outras palavras, itens documentais só poderão ser descritos como parte integrante de dossiês/processos. Como a definição dos níveis se dá a partir de uma estrutura hierárquica, deve-se entender o item documental como um nível e não como um documento, assim como um dossiê/processo pode ser constituído de um único documento.

14 Para efeito de utilização desta Norma, fundo e coleção, conforme definidos no Glossário a seguir, equivalem-se.

NORMAS E DIRETRIZES RELACIONADAS

AMERICAN LIBRARY ASSOCIATION et al. *Código de catalogação anglo-americano*. 2. ed. Tradução brasileira sob a responsabilidade da Comissão Brasileira de Documentação em Processos Técnicos da Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários. 2. ed. São Paulo: FEBAB, 1983-1985. 2 v.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. *NBR 6023*: informação e documentação: referências; elaboração. Rio de Janeiro, 2002. 24 p.

_____. *NBR 6029*: informação e documentação: livros e folhetos; apresentação. Rio de Janeiro, 2006. 10 p.

_____. *NBR 10520*: informação e documentação: citações em documentos; apresentação. Rio de Janeiro, 2002. 7 p.

CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS. *ISAAR(CPF)*: norma internacional de registro de autoridade arquivística para entidades coletivas, pessoas e famílias: segunda edição. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2004. 99 p. (Publicações técnicas, n. 50)

_____. *ISAD(G)*: norma geral internacional de descrição arquivística, adotada pelo Comitê de Normas de Descrição, Estocolmo, Suécia, 19-22 de setembro de 1999. 2. ed. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2001. 119 p. (Publicações técnicas, n. 49)

FORM and structure of corporate headings: recommendations of the Working Group on Corporate Headings, approved by the Standing Committees of the IFLA Section on Cataloguing and the IFLA Section on Official Publications, 1980. (atualizada em International Cataloguing and Bibliographic Control, 1992).

INTERNATIONAL STANDARDS ORGANIZATION. *ISO 639-2*: codes for the representation of names of languages, Alpha-3 code. Geneva, 1998. Disponível em: http://www.loc.gov/standards/iso639-2/langcodes.html Acesso em: 6 jul. 2006

_____. *ISO 690*: documentation, bibliographic references, content, form and structure. 2. ed. Geneva, 1987.[15]

_____. *ISO 690-2*: documentation, bibliographic references, electronic documents or parts thereof. Geneva, 1992.[16]

15 Um excerto da ISO 690 acha-se disponível em http://www.collectionscanada.ca/iso/tc46sc9/standard/690-1e.htm#1 . Acesso em: 6 jul. 2006.

16 Excertos da ISO 690-2 podem ser encontrados em alguns endereços na internet como, por exemplo, em http://www.collectionscanada.ca/iso/tc46sc9/standard/690-2e.htm. Acesso em: 6 jul. 2006.

INTERNATIONAL STANDARDS ORGANIZATION. *ISO 999:* information and documentation, guidelines for the content, organization and presentation of indexes. Geneva, 1996.[17]

_____. *ISO 2788*: documentation, guidelines for the establishment and development of monolingual thesauri. 2. ed. Geneva, 1986.[18]

_____. *ISO 3166*: codes for the representation of names of countries. Geneva, 1997.[19]

_____. *ISO 5963*: documentation, methods for examining documents, determining their subjects, and selecting indexing terms. Geneva, 1985.[20]

_____. *ISO 5964*: documentation, guidelines for the establishment and development of multilingual thesauri. Geneva, 1985.[21]

_____. *ISO 8601*: data elements and interchange formats, information interchange, representation of dates and times. 2. ed. Geneva, 2000.

_____. *ISO 15489*: information and documentation, records management, parts 1 and 2. Geneva, 2001.

_____. *ISO 15511*: information and documentation – International Standard Identifier for Libraries and related organizations (ISIL). Geneva, 2003.

_____. *ISO 15924*: codes for the representation of names of scripts. Geneva, 2003.

GUIDELINES for authority records and references, revised by the International Federation of Library Associations Working Group on GARE revision. 2nd ed. München: K.G. Saur, 2001 (UBCIM Publications New series, v. 23).

MANDATORY data elements for internationally shared resource authority records: report of the IFLA UBCIM Working group on Minimal Level Authority Records and ISADN, 1998. Disponível em: <http://www.ifla.org/VI/3/p1996-2/mlar.htm> (conhecida como “MLAR”).

17 Excerto disponível em http://www.collectionscanada.ca/iso/tc46sc9/standard/999e.htm Acesso em: 6 jul. 2006.

18 Excerto disponível em http://www.collectionscanada.ca/iso/tc46sc9/standard/2788e.htm. Acesso em: 6 jul. 2006.

19 A norma é exibida numa versão atualizada em http://www.iso.org/iso/en/prods-services/iso3166ma/02iso-3166-code-lists/list-en1.html Acesso em: 6 jul. 2006.

20 Excerto disponível em http://www.collectionscanada.ca/iso/tc46sc9/standard/5963e.htm Acesso em: 6 jul. 2006.

21 Excerto disponível em http://www.collectionscanada.ca/iso/tc46sc9/standard/5964e.htm. Acesso em: 6 jul. 2006.

GLOSSÁRIO

As definições a seguir devem ser entendidas no contexto desta Norma. A sua elaboração baseou-se no *Dicionário brasileiro de terminologia arquivística*.[22]

acervo	Totalidade de documentos de uma entidade custodiadora.
arquivo	Conjunto de documentos produzidos e acumulados por uma entidade coletiva pública ou privada, pessoa ou família, no desempenho de suas atividades, independentemente da natureza dos suportes.
autor	Designação genérica para quem cria um documento.
código de referência	Código elaborado de acordo com a Norma Geral Internacional de Descrição Arquivística – ISAD(G), destinado a identificar qualquer unidade de descrição.
coleção	Conjunto de documentos com características comuns, reunidos intencionalmente.
colecionador	Entidade coletiva, pessoa ou família responsável pela formação de uma coleção.
data-assunto	Elemento de identificação cronológica do assunto de um documento, independentemente da sua data de produção.
data crônica	Elemento de identificação cronológica que tem por referencial um calendário.
data de acumulação	Elemento de identificação cronológica que leva em consideração variantes da história de formação do acervo como herança de fundos, sucessão arquivística e aquisições por compra ou doação.
data de produção	Elemento de identificação cronológica pelo qual se indica a data em que o documento foi produzido.
data-limite	Elemento de identificação cronológica, em que são indicadas as datas do início e do término do período abrangido por uma unidade de descrição.
data tópica	Elemento de identificação do local de produção de um documento.

22 ARQUIVO NACIONAL (Brasil). *Dicionário brasileiro de terminologia arquivística*. Rio de Janeiro: O Arquivo, 2005. (Publicações técnicas-AN, n. 51)

dossiê	Unidade de arquivamento constituída de documentos relacionados entre si por assunto (ação, evento, pessoa, lugar, projeto). *Ver também* processo.
elemento de descrição	Cada uma das categorias de informação que compõem a descrição normalizada de documentos.
entidade coletiva	Grupo de pessoas que age de maneira organizada e é identificado por um nome específico, variando no seu grau e forma de organização, como instituições e movimentos sociais, políticos, econômicos, científicos, culturais, militares e religiosos, bem como feiras, seminários, congressos, expedições, naves, aeronaves e embarcações.
entidade custodiadora	Entidade responsável pela custódia e acesso a um acervo.
entidade produtora	*Ver* produtor.
espécie documental	Divisão de gênero documental que reúne tipos documentais por suas características comuns de estruturação da informação. São exemplos de espécies documentais ata, carta, decreto, disco, filme, fotografia, memorando, ofício, planta, relatório.
fundo	Conjunto de documentos de uma mesma proveniência. Termo que equivale a arquivo.
gênero documental	Reunião de espécies documentais que se assemelham por suas características essenciais, particularmente o suporte e o formato, e que exigem processamento técnico específico e, por vezes, mediação técnica para acesso, como documento audiovisual, documento bibliográfico, documento cartográfico, documento cinematográfico, documento iconográfico, documento eletrônico, documento micrográfico, documento textual.
indexação pós-coordenada	Indexação por termos que devem ser combinados no momento da busca para filtragem da informação desejada, em geral chamados descritores.
indexação pré-coordenada	Indexação por termos combinados previamente, em geral identificados como cabeçalhos de assunto.
indicação de responsabilidade	Nome das partes envolvidas no documento no que diz respeito à sua origem e destino, como, por exemplo, autor, destinatário, adotante, agravante, agravado, apelante, apelado, cedente, cessionário, emissor.
item documental	Documento que compõe dossiê ou processo.

nível de arranjo	Posição dos documentos em uma estrutura hierarquizada de organização de um acervo.
nível de descrição	Posição da unidade de descrição em uma estrutura hierarquizada de organização de um acervo.
notação	Código de identificação das unidades de arquivamento. *Ver* também código de referência.
ponto de acesso	Elemento de informação, termo ou código que, presente em unidades de descrição, serve à pesquisa, identificação ou localização de documentos.
processo	Unidade de arquivamento constituída de documentos oficialmente reunidos no decurso de uma ação administrativa ou judicial.
produtor	Entidade coletiva, pessoa ou família identificada como geradora de arquivo; também chamada de entidade produtora.
seção	Subdivisão da estrutura hierarquizada de organização que corresponde a uma primeira fração lógica do fundo ou coleção, em geral reunindo documentos produzidos e acumulados por unidade(s) administrativa(s) com competências específicas, também chamada grupo ou subfundo.
série	Subdivisão da estrutura hierarquizada de organização de um fundo ou coleção que corresponde a uma seqüência de documentos relativos à mesma função, atividade, tipo documental ou assunto.
subseção	Subdivisão da seção.
subsérie	Subdivisão da série.
suporte	Material no qual são registradas as informações.
tesauro	Vocabulário controlado que reúne termos derivados da linguagem natural, normalizados e preferenciais, agrupados por afinidade semântica, com indicação das relações de equivalência, hierárquicas, partitivas, de negação e funcionais estabelecidas entre eles.
tipo documental	Divisão de espécie documental que reúne documentos por suas características comuns no que diz respeito à fórmula diplomática, natureza de conteúdo ou técnica do registro, tais como cartas precatórias, cartas-régias, cartas-patentes, decretos sem número, decretos-leis, decretos legislativos, daguerreótipos, litogravuras, serigrafias, xilogravuras.

título formal	Título que aparece explicitamente na unidade arquivística que está sendo descrita.
título atribuído	Título dado pelo arquivista para uma unidade de descrição.
unidade de arquivamento	Documento(s) tomados por base para fins de classificação, arranjo, armazenamento e notação.
unidade de descrição	Documento ou conjunto de documentos, sob qualquer forma física, tratados como uma unidade, e que, como tal, serve de base a uma descrição particularizada.

ESTRUTURA E USO DA NORMA

Esta norma prevê a existência de oito áreas compreendendo 28 elementos de descrição. Em relação à ISAD(G), possui mais uma área (área 8) e dois elementos de descrição (6.1 e 8.1), ficando assim constituída

(1) Área de identificação, onde se registra informação essencial para identificar a unidade de descrição;

(2) Área de contextualização, onde se registra informação sobre a proveniência e custódia da unidade de descrição;

(3) Área de conteúdo e estrutura, onde se registra informação sobre o assunto e a organização da unidade de descrição;

(4) Área de condições de acesso e uso, onde se registra informação sobre o acesso à unidade de descrição;

(5) Área de fontes relacionadas, onde se registra informação sobre outras fontes que têm importante relação com a unidade de descrição;

(6) Área de notas, onde se registra informação sobre o estado de conservação e/ou qualquer outra informação sobre a unidade de descrição que não tenha lugar nas áreas anteriores;

(7) Área de controle da descrição, onde se registra informação sobre como, quando e por quem a descrição foi elaborada;

(8) Área de pontos de acesso e descrição de assuntos, onde se registra os termos selecionados para localização e recuperação da unidade de descrição.

Todos os elementos de descrição apresentam:

a - título;

b - objetivo;

c - regra(s) geral(is) aplicável(is);

d - comentários, em que são fornecidas informações sobre a importância e o funcionamento do elemento de descrição;

e - procedimentos, que detalham a(s) regra(s) geral(is);

f - exemplos ilustrativos de maneiras de uso do elemento e de interpretação de sua(s) regra(s).

O número que antecede os títulos dos elementos de descrição tem apenas objetivo de referência, não devendo ser visto como integrante da Norma em si.

Dentre os 28 elementos de descrição disponíveis, sete são obrigatórios, a saber:

- código de referência;

- título;

- data(s);

- nível de descrição;

- dimensão e suporte;

- nome(s) do(s) produtor(es);

- condições de acesso (somente para descrições em níveis 0 e 1).

Esta Norma deve ser aplicada à descrição de qualquer documento, independentemente de seu suporte ou gênero. Informações específicas para determinados gêneros de documentos podem e devem, sempre que necessário, ser acrescidas.

Três apêndices a esta Norma visam sua melhor compreensão pelos usuários: o Apêndice A, com apresentação de modelos de arranjo de um fundo; o Apêndice B, demonstrando graficamente as relações possíveis entre registros de descrição e de autoridade arquivística; e o Apêndice C, com exemplos integrais de uso da norma em mais de um nível de um fundo/coleção.

ELEMENTOS DE DESCRIÇÃO

1 Área de identificação

1.1 Código de referência

Objetivo: Identificar a unidade de descrição.

Regra(s): Registre, obrigatoriamente, o código do país (BR), o código da entidade custodiadora e o código específico da unidade de descrição.

Comentários:
Este elemento de descrição é obrigatório.
O código de referência constitui um dos principais pontos de acesso à unidade de descrição. Composto de três partes principais, duas delas são determinadas *a priori*, na sua configuração, pela Norma internacional, e devem se fazer presentes em todos os níveis de descrição. São elas: código do país[23] e código da entidade custodiadora. Caso a entidade custodiadora permita acesso em mais de um endereço, deve-se registrar um código específico para cada subunidade custodiadora existente.
A parte correspondente à especificidade da unidade de descrição deve ser convencionada, cabendo à entidade custodiadora decidir se utilizará no código de referência um código indicativo do fundo ou coleção ao qual a unidade descrita pertence e um código correspondente a cada um dos níveis de descrição que se possa promover, ou alguma outra convenção.[24]

Procedimentos:

1.1.1 Para representação da entidade custodiadora e, se for o caso, da unidade administrativa a ela subordinada ou da subunidade custodiadora, deve-se solicitar um código ao Conselho Nacional de Arquivos.

1.1.2 Para representação da unidade de descrição propriamente dita, considerar duas possibilidades que dependem de uma decisão política prévia da entidade custodiadora:[25]

23 O código BR obedece, como prescrito internacionalmente, à *ISO 3166 Codes for the representation of names of countries*.

24 Neste caso, passa a ser obrigatório enumerar-se no elemento Nível de descrição (1.4) os títulos correspondentes aos níveis de descrição que antecedam ao nível da unidade que estiver sendo descrita.

25 Para facilitar a recuperação da informação, recomenda-se, em ambas as possibilidades, a utilização de um código para o fundo ou coleção.

1.1.2.1 a de se prever sua configuração em subpartes, tantas quantos forem os níveis de descrição previstos, de forma a facilitar a visualização do nível da unidade de descrição;

1.1.2.2 a do código da unidade descrita refletir qualquer código ou notação, real ou de controle.

1.1.3 No caso da configuração em subpartes, fixar um limite mínimo e máximo de caracteres para cada uma delas e decidir quanto à necessidade e pertinência de uso de sinais interpostos.

1.1.4 No caso de se codificar a unidade de descrição, sem introduzir caracteres que representem os níveis de arranjo e/ou os níveis de descrição correspondentes, indicar obrigatoriamente no elemento *Nível de descrição (1.4*) os títulos correspondentes a todos os níveis de descrição hierarquicamente superiores.

Exemplos:

BR MN
Museu Nacional (Brasil)
Nota: Para o acervo da entidade custodiadora Museu Nacional (Brasil), nível 0

BR CPDOC JG
Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil
Nota: Para o fundo João Goulart, nível 1

BR AN Q6.LEG.COR,TEL
Arquivo Nacional (Brasil)
Nota: Para a subsérie Telegramas, nível 3,5, do fundo Floriano Peixoto, seção Governo Legal, série Correspondência

BR MN JF.0.DR,MN.108/49
Museu Nacional (Brasil)
Nota: Para o item 49, nível 5, do fundo José Feio, série Museu Nacional, subsérie Diretoria, dossiê 108

1.2 Título

Objetivo: Identificar nominalmente a unidade de descrição.

Regra(s): Registre o título da unidade de descrição.

Comentários:
Este elemento de descrição é obrigatório.
Deve-se registrar o título original. Caso isso não seja possível, deve-se atribuir um título

elaborado a partir de elementos de informação presentes na unidade que está sendo descrita, obedecidas as convenções previamente estabelecidas.
Nos níveis de descrição 4 e 5, o elemento título pode conter indicações de responsabilidade, tais como autor, destinatário, emissor, requerente, outorgado e outorgante.

Procedimentos:

1.2.1 Registre, preferencialmente, o título original.

1.2.2 Títulos originalmente extensos podem ser abreviados, caso isto os torne mais concisos.

1.2.3 Títulos originalmente imprecisos devem ser complementados, para que se alcance maior precisão.

1.2.4 Ao atribuir títulos, registre-os de maneira concisa e observe as recomendações abaixo:

1.2.4.1 no nível de descrição 0 (acervo da entidade custodiadora), registre como título o nome da entidade;

1.2.4.2 no nível de descrição 1 (fundo), o título deve representar o produtor. No caso de uma coleção, o título deve representar o colecionador ou o tema da coleção;

1.2.4.3 no nível de descrição 2 (seção), os títulos devem refletir, preferencialmente, a estrutura administrativa ou familial da entidade, o exercício de uma função ou atividade ou a organização geográfica;

1.2.4.4 no nível de descrição 3 (série), os títulos devem refletir, preferencialmente, um tema, tipologia documental, estrutura administrativa ou familial da entidade ou o exercício de uma função ou atividade;

1.2.4.5 nos níveis de descrição 4 e 5 (dossiê/processo e item documental), o título pode incluir tipologia, indicação de responsabilidade (como autor, destinatário, emissor, requerente, requerido, outorgante, outorgado, e/ou interveniente etc.) e assunto.

1.2.5 Não devem ser incorporados ao título termos coincidentes com o nome do nível em que os documentos estão sendo descritos.

1.2.6 Títulos em outros idiomas devem ser preservados, podendo-se fazer uso de uma tradução livre a ser registrada neste elemento, entre colchetes, ou no elemento 3.1.

1.2.7 Se a unidade descrita for em mais de um idioma simultaneamente, mantenha as diferentes versões, utilizando o sinal de igualdade (=) para demonstrar a equivalência.

Exemplos:

João Goulart
Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil
Nota: Para o fundo João Goulart, nível 1

Campanha da Mulher pela Democracia – CAMDE
Arquivo Nacional (Brasil)
Nota: Para a coleção Campanha da Mulher pela Democracia – CAMDE, nível 1

Visita de Júlio Argentino Roca, ex-presidente da República Argentina, ao Museu Nacional
Museu Nacional (Brasil)
Nota: Para o item 49, nível 5, do fundo José Feio, série Museu Nacional, subsérie Diretoria, dossiê 108

Ofício encaminhando as portarias do ministro da Educação e Saúde Pública nomeando Carlos de Magalhães Lebéis, Jônatas Serrano e Roberto das Trinas da Silveira para a Comissão de Censura Cinematográfica.
FARIAS, Heitor de – diretor-geral – Ministério da Educação e Saúde Pública (Brasil). Diretoria Geral do Expediente – autor
PINTO, Edgar Roquete – presidente – Comissão de Censura Cinematográfica – destinatário
Museu Nacional (Brasil)
Nota: Para o item 2, nível 5, do fundo Comissão de Censura Cinematográfica, série Correspondência, subsérie Correspondência recebida, dossiê 4, folha 3

1.3 Data(s)

Objetivo: Informar a(s) data(s) da unidade de descrição.

Regra(s): Forneça obrigatoriamente a(s) data(s) de produção da unidade de descrição. Opcionalmente, registre outras datas crônicas pertinentes, como data(s) de acumulação ou data(s)-assunto. Caso seja relevante, registre também a(s) data(s) tópica(s) de produção da unidade de descrição.

Comentários:
Este elemento de descrição é obrigatório no que tange à data crônica.
Em âmbito nacional, a obrigatoriedade recai sobre a(s) data(s) de produção. Datas de acumulação e datas-assunto podem ser também registradas, sendo devidamente qualificadas como tais. Pode-se, neste elemento, trabalhar com períodos, ou seja, datas-limite. Opcionalmente, quando considerado relevante, pode-se informar a(s) data(s) tópica(s) de produção da unidade de descrição.

Procedimentos:

1.3.1 Data tópica

1.3.1.1 Registre, quando relevante, nos níveis de descrição 4 e 5, o local de produção da unidade de descrição, levando em consideração a nomenclatura de época, seguido, quando for o caso, de outras informações importantes para a identificação da localidade, como município, departamento, província, estado, país etc.;

1.3.1.2 Dê preferência pelo registro dessa informação de maneira normalizada, sobretudo diante da possibilidade de este elemento ser considerado ponto de acesso;

1.3.1.3 Para indicação de data tópica não explícita na unidade de descrição, recorra a expressões como “s.l.” [sem local] ou “não disponível” e a sinais, como colchetes ou ponto de interrogação entre colchetes [?] para indicar desconhecimento, atribuição ou incerteza.

Exemplos:

Rio de Janeiro
Museu Nacional (Brasil)
Nota: Para o item 49, nível 5, do fundo José Feio, série Museu Nacional, subsérie Diretoria, dossiê 108

Maceió (AL), Penedo (AL)
Arquivo Nacional (Brasil)
Nota: Para o dossiê 1, nível 4, do fundo Floriano Peixoto, seção Governo Legal, série Correspondência, subsérie Telegramas

1.3.2 Data crônica

1.3.2.1 Informe obrigatoriamente o ano e, quando apropriado, dia e mês;

1.3.2.2 Indique, entre colchetes, as datas atribuídas. Em caso de dúvida, acrescente um ponto de interrogação;

1.3.2.3 Use algarismos arábicos;

1.3.2.4 Caso se disponha para a unidade de descrição apenas de referência a século e/ou década, atribuir a data usando o(s) primeiro(s) algarismo(s) correspondente(s) ao século e à década, completando com traço (–) os dados ignorados ou, quando se puder identificar um período provável, atribuir datas-limite;

1.3.2.5 Registre, preferencialmente no elemento *Notas* (*6.2),* datas que extrapolam o período de concentração da unidade de descrição ou lacunas significativas;

1.3.2.6 As datas devem ser expressas, preferencialmente, conforme o calendário gregoriano, registrando-se no elemento *Notas (6.2)* tal como se apresentam no documento;

1.3.2.7 Para efeito de indexação e de intercâmbio internacional de dados, sugere-se uma saída de informação de data conforme a ISO 8601, que preconiza o formato *aaaammdd*.

1.3.3 Data de produção

1.3.3.1 Identifique e registre em todos os níveis a data de produção da unidade que está sendo descrita, mesmo que aproximada;

1.3.3.2 Atribua datas de produção às unidades sem datas explícitas.

1.3.4 Data de acumulação

1.3.4.1 Registre, se pertinente, a data de acumulação, explicitando a sua natureza.

1.3.5 Data-assunto

1.3.5.1 Registre, se pertinente, a data-assunto, explicitando a sua natureza.

Exemplos:

1950-1975 (data de produção)
Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil
Nota: Para o fundo João Goulart, nível 1

8/2/1890-18/4/1890 (data de produção)
Arquivo Nacional (Brasil)
Nota: Para o dossiê 1, nível 4, do fundo Floriano Peixoto, seção Governo Legal, série Correspondência, subsérie Telegramas

[1960?]-[1968?] (data de produção)
[1823?]-[1968?] (data-assunto)
Museu Nacional (Brasil)
Nota: Para o dossiê 108, nível 4, do fundo José Feio, série Museu Nacional, subsérie Diretoria

26/4/1932 (data de produção)

Museu Nacional (Brasil)

Nota: Para o item documental 2, nível 5, do fundo Comissão de Censura Cinematográfica, série Correspondência, subsérie Recebida, dossiê abril de 1932, folha 3

1.4 Nível de descrição

Objetivo: Identificar o nível da unidade de descrição em relação às demais.

Regra(s): Registre o nível da unidade de descrição.

Comentários:
Este elemento de descrição é obrigatório.
São considerados seis principais níveis de descrição, a saber: nível 0 = acervo da entidade custodiadora; nível 1 = fundo ou coleção; nível 2 = seção; nível 3 = série; nível 4 = dossiê ou processo; nível 5 = item documental. São admitidos níveis intermediários, representados da seguinte maneira: acervo da subunidade custodiadora = nível 0,5; subseção = nível 2,5; subsérie = nível 3,5.

Procedimentos:

1.4.1 Registre, numérica ou nominalmente, o nível da unidade de descrição.[26]

1.4.2 No caso de a entidade custodiadora adotar outros termos para designar os níveis de descrição, registrar também a indicação numérica para facilitar o intercâmbio.

1.4.3 Para intercâmbio de informação, registre a hierarquia dos níveis superiores, com seus títulos.

Exemplos:

Seção

Subsérie

Nível 3

Item documental

Nível 5

Nível 3,5

26 Caso a entidade custodiadora opte por descrever coletivamente unidades de descrição com características comuns, o nível de descrição deve ser indicado por aproximação, i. e., vários fundos = nível de descrição 1 (fundo); vários dossiês = nível de descrição 4 (dossiê). No código de referência tal situação deve ser registrada pelo uso de um código que indique o conjunto de fundos descritos coletivamente, ou o intervalo de dossiês que está sendo descrito.

1.5 Dimensão e suporte

Objetivo: Identificar as dimensões físicas ou lógicas e o suporte da unidade de descrição.

Regra(s): Registre a dimensão física ou lógica da unidade de descrição, relacionando esse dado ao respectivo suporte.

Comentários:
Este elemento de descrição é obrigatório.
Constitui informação estratégica para planos de pesquisa e gestão do acervo. O registro normalizado das dimensões permite obter somatórios, propiciando políticas e ações de reprodução, de conservação e de organização de acervos. As dimensões tornam-se mais precisas quando associadas a informações relativas ao gênero, espécie ou tipo de documentos.

Procedimentos:

1.5.1 O registro das dimensões deve ser feito por gênero documental, variando conforme o nível de descrição. São considerados os seguintes gêneros documentais: bibliográfico, cartográfico, eletrônico, filmográfico, iconográfico, micrográfico, sonoro, textual, tridimensional.

1.5.2 Em caso de acervo predominantemente textual e na ausência de informação discriminada dos demais gêneros que compõem o acervo, deve-se indicar as dimensões em metros lineares.

1.5.3 Dimensões em centímetros ou em unidades cúbicas devem ser convertidas em metros lineares.[27]

1.5.4 Outras unidades de quantificação ou mensuração, além da metragem linear, podem ser indicadas em caráter complementar (caixas, volumes, pastas, álbuns, folhas etc.).

1.5.5 À exceção dos documentos textuais, todos os demais gêneros devem ser, preferencialmente, quantificados por espécie ou tipo, conforme a classificação a seguir, que, em alguns casos, não é exaustiva e pode ser atualizada:

1.5.5.1 Gênero bibliográfico: folheto(s), livro(s), monografia(s), obra(s) rara(s), periódico(s), periódico(s) raro(s) e tese(s);

1.5.5.2 Gênero cartográfico:atlas, carta(s) aeronáutica(s), cartograma(s), desenho(s) técnico(s), diagrama(s), fotografia(s) aérea(s), fotoíndice(s), mapa(s), mosaico(s) aéreo(s), perfil(is) e planta(s);

27 Um metro cúbico de documentos corresponde a 12 metros lineares ou 600 kg.

1.5.5.3 Gênero eletrônico;

1.5.5.4 Gênero filmográfico: filme(s) cinematográfico(s), fita(s) videomagnética(s), filme(s) cinematográfico(s) negativo(s);

1.5.5.5 Gênero iconográfico: caricatura(s), cartaz(es), cartão(ões)-postal(is), charge(s), cópia(s) por contato, desenho(s), diapositivo(s), fotografia(s), gravura(s), ilustração(ões), negativo(s) fotográfico(s) e pintura(s);

1.5.5.6 Gênero micrográfico: cartão(ões)-janela, cartucho(s), jaqueta(s), microficha(s), rolo(s) 16mm e rolo(s) 35mm;

1.5.5.7 Gênero sonoro: disco(s) e fita(s) audiomagnética(s);

1.5.5.8 Gênero tridimensional: descrição livre, podendo-se recorrer a tesauros especializados.

1.5.6 Recorra, se conveniente, em todos os gêneros, à categoria “sem especificação”.

1.5.7 Caso não seja possível a discriminação por espécie ou tipo, indicar o quantitativo por gênero, usando a tabela abaixo:

Gênero	Nível de descrição/unidade de medida					
	0	1	2	3	4	5
Bibliográfico	itens ou metros	itens ou metros	itens ou metros	itens ou metros	folhas ou páginas	folhas ou páginas
Cartográfico	itens	itens	itens	itens	itens e folhas ou páginas	itens e folhas ou páginas
Eletrônico	itens	itens	itens	itens	itens	itens
Filmográfico	itens	itens	itens	itens	itens	itens
Iconográfico	itens	itens	itens	itens	itens	itens
Micrográfico	itens	itens	itens	itens	itens	itens
Sonoro	itens	Itens	itens	itens	itens	itens
Textual	metros	metros	metros	metros	itens e folhas ou páginas	itens e folhas ou páginas
Tridimensional	itens	itens	itens	itens	itens	itens

1.5.8 Para determinados gêneros, espécies ou tipos, registre, quando necessário, nos níveis de descrição 4 e 5, dimensões específicas ou complementares, recorrendo-se a outras unidades de medida como, por exemplo, quilograma, para peso e, no caso de medidas lineares relacionadas, como altura e largura ou altura, largura e comprimento, centímetros ou milímetros.

1.5.9 Registre os suportes por gênero, espécie ou tipo, conforme o nível de descrição, seguindo o padrão indicado a seguir: acetato, aço, algodão, alumínio, bronze, cera, cerâmica, cobre, couro, diacetato, ferro, gesso, latão, linho, louça, madeira, mármore, metal, nitrato, ouro, papel, pedra, pergaminho, plástico, poliéster, prata, seda, triacetato, vidro, vinil.

Exemplos:

Textuais 1m; Bibliográficos 0,10m; Iconográficos 136 fotografias
Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil
Nota: Para o fundo João Goulart, nível 1

Textuais 2 itens; 2 f.; 2 p.
Arquivo Nacional (Brasil)
Nota: Para o dossiê 1, nível 4, do fundo Floriano Peixoto, seção Governo Legal, série Correspondência, subsérie Telegramas

Iconográficos 115 itens
Museu Nacional (Brasil)
Nota: Para o dossiê 108, nível 4, do fundo José Feio, série Museu Nacional, subsérie Diretoria

Fotografia 1 item p&b
24X30cm com moldura
11,5X16,5cm sem moldura
Museu Nacional (Brasil)
Nota: Para o item 49, nível 5, do dossiê 108 do fundo José Feio, série Museu Nacional, subsérie Diretoria

Textuais sem especificação 3 itens
Museu Nacional (Brasil)
Nota: Para o dossiê 4, nível 4, do fundo Comissão de Censura Cinematográfica, série Correspondência, subsérie Correspondência recebida

Textuais sem especificação 1 item, 1 p. dat.
Museu Nacional (Brasil)
Nota: Para o item 2, nível 5, do fundo Comissão de Censura Cinematográfica, série Correspondência, subsérie Correspondência recebida, dossiê 4, folha 3

Textuais 1,76m, 1.300 itens
Biblioteca Nacional (Brasil)
Nota: Para a série Manuscritos, nível 3, da coleção De Angelis

2 Área de contextualização

2.1 Nome(s) dos produtor(es)

Objetivo: Identificar o(s) produtor(es) da unidade de descrição.

Regra(s): Registre a(s) forma(s) normalizada(s) do(s) nome(s) da(s) entidade(s) produtora(s) da unidade de descrição.

Comentários:
Este elemento de descrição é obrigatório.
A indicação do nome do produtor corresponde à afirmação do princípio da proveniência, devendo apresentar-se em consonância com outros elementos de descrição utilizados, como *Data (1.3)*, *História administrativa ou biografia (2.2)* e *Âmbito e conteúdo (3.1)*, por exemplo.
Na medida em que uma entidade pode incorporar material arquivístico por alteração de competências, heranças etc., um fundo pode conter mais de um produtor.
Este elemento de descrição é fundamental para estabelecimento da relação com parcelas do mesmo fundo ou coleção que se achem sob a custódia de outrem, subordinadas a fundos e coleções de outros produtores e também para relacionamento entre produtores diferentes. Além disso, constitui elemento especial para relacionamento entre a descrição de material arquivístico e o registro do produtor como autoridade arquivística, conforme prescrito pela norma ISAAR (CPF).
Unidades de descrição hierarquicamente relacionadas e com o mesmo produtor dispensam a repetição da indicação do produtor. O produtor é a entidade singular ou coletiva responsável, em última instância, pela acumulação do acervo. Ao longo do seu tempo de atividade, o produtor, seja uma entidade coletiva, pessoa ou família, pode ter seu nome modificado.
Apesar de o produtor do acervo poder ser autor de boa parte dos documentos que o integram, produtor e autor devem ser considerados figuras distintas. A figura do autor, seja ela uma pessoa ou uma entidade corporativa (coletiva) é um subelemento do elemento de descrição *Título (1.2)*, indicado nos níveis de descrição 4 (dossiê/processo) e 5 (item).
Recomenda-se que se proceda, à parte, ao registro de autoridade arquivística da entidade produtora, conforme prescrito pela ISAAR(CPF), estabelecendo as relações pertinentes com este elemento de descrição e com a *História administrativa ou biografia (2.2)*.

Procedimentos:

2.1.1 Identificação do produtor

2.1.1.1 No nível de descrição 1 (fundo/coleção), dado um acervo do qual, no seu todo, se reconheça apenas um produtor, registrar seu nome, obedecendo a regras e convenções (*ver Indicação do nome do produtor em 2.1.2*);

2.1.1.2 No nível de descrição 1 (fundo/coleção), dado um acervo que contenha documentos de vários produtores, indique todos os seus produtores;

2.1.1.3 Se o acervo tiver mais de um produtor e sua organização preservar nos níveis de descrição 2 a 3 a parcela correspondente a um ou mais de um deles, registre o(s) nome(s) desse(s) produtor(es) no(s) nível(eis) pertinente(s);

2.1.1.4 Dado um acervo cujo produtor teve o nome alterado ao longo do tempo, registre os sucessivos nomes, desde que justificados pelas datas-limite do acervo, e explicite essas alterações em *História administrativa ou biografia (2.2)*.

2.1.2 Indicação do nome do produtor

2.1.2.1 Seja o produtor uma pessoa, uma entidade coletiva ou família, registre a forma autorizada do nome, de acordo com o prescrito pela ISAAR(CPF). Enquanto não são criadas normas nacionais para elaboração de registros de autoridade arquivística, recomenda-se, para a forma normalizada do nome, sejam considerados o Código de Catalogação Anglo-Americano (AACR2) e a norma NBR 1084, da Associação Brasileira de Normas Técnicas;

2.1.2.2 No caso de famílias, registre seu nome seguido do atributo família entre parênteses;

2.1.2.3 No caso de produtor não identificado, registre “dado não disponível”.

Exemplos:

Goulart, João, 1919-1976
Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil
Nota: Para o fundo João Goulart, nível 1

Peixoto, Floriano Vieira, 1839-1895
Arquivo Nacional (Brasil)
Nota: Para o fundo Floriano Peixoto, nível 1

Feio, José Lacerda de Araújo, 1912-1973;
Leitão Júnior, Cândido Firmino de, 1886-1948
Moreira, Carlos, 1869-1946
Museu Nacional (Brasil)
Nota: Para o fundo José Feio, nível 1

2.2 História administrativa / biografia

Objetivo: Oferecer informações referenciais sistematizadas da trajetória do(s) produtor(es), da sua criação ou nascimento até a sua extinção ou falecimento.

Regra(s): Registre de maneira concisa informações relacionadas à historia da entidade coletiva, família ou pessoa produtora da unidade de descrição.

Comentários:
Este elemento está associado ao elemento *Produtor (2.1)*. Tratando-se de uma coleção, pode servir também para contextualizar o eixo temático em torno do qual ela foi organizada. A extensão das informações fornecidas dependerá das facilidades de pesquisa e compilação. Se implementado o registro de autoridade arquivística, uma súmula dos dados de existência e atuação. Do contrário, fica a critério da entidade custodiadora o grau de detalhamento desejado. E, neste caso, sugere-se usar a ISAAR(CPF) como roteiro de descrição.
Recursos tecnológicos podem facilitar a localização das informações de caráter contextualizador e estabelecer um elo ágil com os dados disponíveis no registro de autoridade. Se adotado, por exemplo, um sistema informatizado de dados, é possível estabelecerem-se conexões entre elementos de descrição desta área e elementos de descrição prescritos pela ISAAR(CPF).
Recomenda-se, especialmente no caso das entidades corporativas, a identificação da natureza jurídica e o seu âmbito de ação, se entidade pública ou de direito privado, se federal, estadual ou municipal etc. Este tipo de dado corresponde, na ISAAR(CPF), ao *Status legal* e constitui informação que facilita o rastreamento do acervo ou de parcelas de acervo de produtores com perfis específicos de atuação.

Procedimentos:

2.2.1 Para qualquer tipo de entidade, seja ela coletiva, família ou pessoa, registre informações tais como datas e locais de existência, finalidade e competências ao longo do tempo, atividades e funções, realizações.

2.2.2 Para entidades coletivas, registre natureza jurídica, âmbito de ação, atos normativos. Se, por exemplo, entidade nacional, internacional ou estrangeira e, neste caso, a nacionalidade. Se entidade pública, se do executivo, do legislativo ou do judiciário, das esferas federal, estadual ou municipal e alterações, subordinações e vinculações administrativas ao longo do tempo.

2.2.3 Para pessoas, registre formação, família, títulos, pseudônimos, publicações etc.

2.2.4 Para famílias, relacione membros de maior destaque, atividades, áreas de atuação etc.

Exemplos:

Nasceu em 1º de março de 1919, no município de São Borja, no Rio Grande do Sul (Brasil), filho de Vicente Rodrigues Goulart e de Vicentina Marques Goulart. Seu pai, estancieiro em São Borja, era um dos proprietários da firma Vargas, Goulart, Gomes e Cia. Ltda. Em 1939, formou-se em Direito, pela Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais de Porto Alegre (RS), mas não exerceu a profissão. Em 1943, com a morte do pai, tornou-se responsável pela gestão dos negócios da família. Em 1945, após a eleição de Eurico Dutra para a Presidência da República, Jango ingressa na política através do presidente deposto Getúlio Vargas, participando da fundação do Partido Trabalhista Brasileiro – PTB, do Rio Grande do Sul, do qual seria posteriormente presidente regional e nacional. Foi deputado estadual e presidente do PTB, no Rio Grande do Sul, de 1946 a 1950.
Foi um dos principais articuladores da campanha de Vargas à Presidência da República, em 1950. Entre os anos 1950 e 1960, foi uma das grandes lideranças políticas do país, tendo chegado à Presidência da República, após a renúncia do ex-presidente Jânio Quadros, do qual era vice. Em 1964, foi deposto por um golpe de Estado, tendo se exilado no Uruguai. No exílio, além de se dedicar a atividades de empresário, foi um dos integrantes da chamada Frente Ampla, movimento político que articulou as principais lideranças políticas brasileiras, de oposição ao regime militar. Morreu em dezembro de 1976, em uma de suas fazendas, na Argentina.
Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil
Nota: Para o fundo João Goulart, nível 1

Floriano Vieira Peixoto nasceu na cidade de Ipioca, em Alagoas, atual Floriano Peixoto, a 30/4/1839 e faleceu a 29/6/1895. Filho de Manoel Vieira de Araújo Peixoto e Joaquina de Albuquerque Peixoto, foi criado pelo tio, coronel José Vieira de Araújo Peixoto, desde o nascimento. Estudou em Alagoas e em 1855 veio para o Rio de Janeiro completar sua educação, matriculando-se no Colégio São Pedro de Alcântara. Sua vida militar teve início em 1857, quando assentou praça. Ingressou na Escola Militar em 1861, e em 1863 foi promovido a primeiro-tenente. Foi coronel, posto obtido devido à sua atuação na Guerra do Paraguai, comandante de batalhões de artilharia no Amazonas e Alagoas, diretor do Arsenal de Guerra em Pernambuco (1878-1881), governador da província de Mato Grosso (1884) e marechal-de-campo (1889). Participou do primeiro governo provisório da República, assumindo a pasta da Guerra (1889). Em 25/2/1891 venceu as eleições para vice-presidente no governo do marechal Deodoro da Fonseca e, após a renúncia deste, assumiu a presidência (23/11/1891). Em seu governo enfrentou, com o apoio e a força do Exército, a Revolução Federalista no Rio Grande do Sul (1893) e a Revolta da Armada (1893).
Arquivo Nacional (Brasil)
Nota: Para o fundo Floriano Peixoto, nível 1

A Comissão de Censura Cinematográfica foi criada no âmbito do Ministério da Educação e Saúde Pública pelo decreto 21.240, de 4/4/1932. Tal ato instituía também a taxa cinematográfica para a educação pública, que sustentou os serviços da Comissão e a criação da Revista Nacional de Educação, e previa em seu artigo 15 a realização do Convênio Cinematográfico Educativo, que terminou por ocorrer no Distrito Federal de 3 a 5 de janeiro de 1933. A Comissão tinha por incumbência o exame de todos os filmes propostos para exibição ao público em qualquer ponto do território nacional, cabendo-lhe declarar se o filme poderia ser exibido integralmente, se deveriam ser feitos cortes, se era educativo, impróprio para algum segmento social ou, até mesmo, inteiramente interditada a sua exibição.

A Comissão recebeu instruções para seu funcionamento em 22/4/1932. Sua presidência cabia ao diretor do Museu Nacional (Roquette Pinto até maio de 1935, quando é substituído por Alberto Betim Paes Leme) e, nos seus impedimentos, ao vice-diretor do Museu Nacional, Júlio César Diogo. Havia um secretário arquivista (Roberto das Trinas da Silveira) e membros que representavam diversas instituições e autoridades: Jônatas Serrano (23/4/1932-?) e João Rangel Coelho (29/9/1934-?), representando o ministro da Educação e Saúde Pública, Carlos Magalhães Lebéis (23/4/1932-?) e Plácido Modesto de Melo (29/5/1935-?), representando o juiz de Menores do Distrito Federal, Sílvio Júlio de Albuquerque Lima (25/4/1932-19/1/1934), Eduardo Pacheco de Andrade (19/1/1934-?) e José Pinto de Montojas (27/6/1935-?), representando o chefe de Polícia do Distrito Federal, Armanda Álvaro Alberto (28/4/1932-2/9/1934), representando a Associação Brasileira de Educação, Ademar Leite Ribeiro (29/4/1932-?), representando a Associação Brasileira Cinematográfica, Antônio Camilo de Oliveira ([14/9/1933?]-?) e Gastão Paranhos do Rio Branco ([28/5/1934?]-?), representando o Ministério das Relações Exteriores, Benedito Lopes (29/10/1932-?), Clóvis Martins (29/10/1932-?), Eduardo Pacheco de Andrade (22/8/1935-?) e Gastão Soares de Moura Filho (22/8/1935-?), suplentes. A Comissão recorreu algumas vezes ao convite a membros de legações estrangeiras para discussão de cenas e legendas.
Os membros da Comissão recebiam gratificações por seus trabalhos e, como não dispunha de quadro próprio, a Comissão recorria, para várias atividades, ao concurso dos funcionários do próprio Museu Nacional, que faziam também jus a gratificações, pagas com a renda da taxa cinematográfica para educação popular.
Museu Nacional (Brasil)
Nota: Para o fundo Comissão de Censura Cinematográfica, nível 1

José Lacerda de Araújo Feio, zoólogo do Museu Nacional, nasceu e morreu no Rio de Janeiro
n. 1912-04-21 / m. 1973-09-19
Ver registro de autoridade em CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS. *ISAAR(CPF)*: norma internacional de registro de autoridade arquivística para entidades coletivas, pessoas e famílias. 2. ed. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2004. p. 92-96
Museu Nacional (Brasil)
Nota: Para o fundo José Feio, nível 1

2.3 História arquivística

Objetivo: Oferecer informações referenciais sistematizadas sobre a história da produção e acumulação da unidade de descrição, bem como sobre a sua custódia.

Regra(s): Identifique a natureza da acumulação do acervo e registre sucessivas transferências de propriedade e custódia, intervenções técnicas ao longo do tempo, dispersões e sinistros relacionados à unidade de descrição.

Comentários:
Este elemento serve para o registro de informações que contextualizam tecnicamente um acervo. Assim, nos níveis de descrição 0 e 1, cabe informar a natureza de sua acumulação (fundo ou coleção), a história da gestão da unidade de descrição antes de sua entrada na entidade custodiadora, bem como tratamentos técnicos anteriores. Se coleção, forneça também o nome do colecionador.

Procedimentos:

2.3.1 No nível de descrição 1, identifique se o acervo descrito é um fundo ou uma coleção.

2.3.2 Caso se trate de uma coleção, registre a forma normalizada do nome do colecionador, de acordo com o prescrito pela ISAAR(CPF). Enquanto não são criadas normas nacionais para elaboração de registros de autoridade arquivística, recomenda-se, para a forma normalizada do nome, sejam considerados o Código de Catalogação Anglo-Americano (AACR2) e a norma NBR 1084, da Associação Brasileira de Normas Técnicas.

2.3.3 Caso o colecionador seja uma família, registre seu nome seguido do atributo família entre parênteses.

2.3.4 Caso o colecionador não seja identificado, registre esse fato.

2.3.5 Ao registrar transferência de propriedade e de custódia, forneça dados tais como nomes dos responsáveis, datas e locais.

2.3.6 Ao registrar intervenções técnicas, informe sobre procedimentos de organização, preservação, reprodução, condições de acesso e elaboração ou existência de instrumentos de pesquisa anteriores à fase atual da unidade de descrição.

2.3.7 Informe sobre extravios, sinistros e ocorrências similares de que se tenha notícia, se possível com datas precisas e outras referências. Sendo a unidade de descrição um conjunto de cópias, cujos originais tenham sido destruídos, indicar tal fato no elemento *Existência e localização de originais (5.1)*.

2.3.8 Informe sobre destinações distintas dadas a parcelas do acervo original relacionadas à unidade de descrição.

Exemplos:

Com o exílio do ex-presidente João Goulart, em abril de 1964, seu arquivo pessoal foi disperso entre alguns antigos colaboradores, entre os quais Hugo de Faria e Raul Riff. Em 1989, durante a realização do Guia de Acervos Privados dos Presidentes da República, o Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil – CPDOC, da Fundação Getulio Vargas, entrou em contato com Raul Riff, com os filhos do ex-presidente João Goulart, e com o prof. Luiz Alberto Moniz Bandeira, que afirma ter recebido por intermédio de Hugo de Farias, parte da documentação para elaboração do seu livro *O governo Goulart*. Os documentos que se encontravam sob a guarda de Raul Riff foram doados ao CPDOC, após a sua morte, por sua esposa Beatriz Riff, no dia 28 de junho de 1990. Esses documentos estão organizados e foram liberados à consulta no final de 2002. Os documentos que ficaram com o prof. Moniz Bandeira foram encaminhados ao CPDOC em março de 2003 e incorporados ao restante do acervo, estando igualmente disponíveis para consulta. Comenta-se, ainda, sobre a existência de um baú, contendo documentos, sobretudo das pro-

priedades do titular, que teria sido visto por Moniz Bandeira durante uma visita ao ex-presidente Goulart, em uma das suas fazendas, no Uruguai. Segundo João Vicente, filho do ex-presidente, esse baú teria desaparecido.
Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil
Nota: Para o fundo João Goulart, nível 1

Após o falecimento do marechal Floriano Peixoto, em 29 de junho de 1895, Francisco Furquim Werneck de Almeida, prefeito do então Distrito Federal, por decreto legislativo de 14/12/1895, determinou que os documentos do arquivo Floriano Peixoto, que estavam na residência da viúva do titular, fossem arrolados para serem publicados na Revista do Arquivo Municipal, formando-se, para isso, a comissão composta por Alexandre José de Melo Morais Filho, Fernando Luís Osório, José Medeiros e Albuquerque, José Américo de Matos, Júlio Henrique do Carmo e Artur Vieira Peixoto. O trabalho de separação e arrolamento dos documentos foi concluído em janeiro de 1898, porém, o projeto de publicação foi suspenso e a comissão dissolvida. Artur Vieira Peixoto, cunhado do titular, fez inúmeras tentativas para preservar e divulgar o acervo e, em 1917, solicitou a Nilo Peçanha autorização para que este fosse depositado no Ministério das Relações Exteriores. Em 1925 é publicado *Floriano Peixoto: vida e obra*, de autoria de Francolino Cameu e Artur Vieira Peixoto. Nos anos de 1931, 1933, 1935 e 1937, novas tentativas, sem êxito, são feitas para organização e publicação do acervo. Em 1939, o Ministério da Educação edita, em seis volumes, *Floriano: memória e documentos*.
Em 1937 o Ministério das Relações Exteriores envia ao Arquivo Nacional a documentação e em 1988 uma pequena parcela é doada à instituição.
No Arquivo Nacional, não se tem notícia do tratamento técnico dado à documentação até o final da década de 1980, quando foi organizada de forma sumária. O arranjo dividiu o acervo em dois grandes grupos, Governo Legal e Governo Revoltoso, criando dentro destes as seguintes séries: Correspondência, Administração, Impressos, Fotografias, Diversos e Peça de Museu. Dentro da série Correspondência os telegramas foram agrupados por cronologia e por estado da federação. Apesar de existir uma organização mínima, o acesso às informações não era ágil e satisfatório. Em 2001, o Arquivo Nacional, no âmbito do projeto de Preservação dos Acervos Documentais Privados dos Presidentes da República, do Programa Brasil Patrimônio Cultural, do Ministério da Cultura, recebeu verba para reorganização deste fundo, o que foi realizado, nos moldes da ISAD(G), de 2001 a 2003.
Arquivo Nacional (Brasil)
Nota: Para o fundo Floriano Peixoto, nível 1

Natureza jurídica: pública
Forma de acumulação: fundo
Por ser a presidência da Comissão assumida pelo diretor do Museu Nacional, parte de sua documentação permaneceu sob a guarda desta última instituição. Em 2001 esta documentação foi considerada um fundo distinto daquele do próprio Museu Nacional.
Não se tem informação sobre a parcela documental que integra o acervo custodiado pelo Museu Nacional, por exemplo, as atas das reuniões que deliberavam sobre a censura dos filmes.
Museu Nacional (Brasil)
Nota: Para o fundo Comissão de Censura Cinematográfica, nível 1

Dossiê formado provavelmente em concomitância ao projeto de pesquisa sobre a história do Palácio de São Cristóvão e da Quinta da Boa Vista, preservado no seu conjunto por ocasião da organização do arquivo.

Museu Nacional (Brasil)
Nota: Para o dossiê 108, nível 4, do fundo José Feio, série Museu Nacional, subsérie Diretoria

Colecionador – De Angelis, Pedro
Pedro de Angelis (Nápoles 1784 - Buenos Aires 1859), naturalizado argentino em 1827, foi político e bibliófilo. Participou do governo de Bernardino Rivadávia e da ditadura de Juan Manoel Rosas (1829-1852). Contribuiu significativamente com a imprensa de Buenos Aires; desenvolveu métodos de educação, fundou instituições, tendo sido, também, estudioso de idiomas indígenas. Com a queda de Rosas, abandonou Buenos Aires, refugiando-se em Montevidéu. Sua obra é marcada pela contradição de seu pensamento político, o qual, ao mesmo tempo, oscila entre a defesa de idéias liberais e a sua participação num regime ditatorial (Fonte: condensado de manuscritos da Coleção Pedro de Angelis). Intermediada por José Maria da Silva Paranhos, visconde de Rio Branco, a compra da livraria De Angelis junto ao imperador d. Pedro II, em abril de 1853, teve como base para negociação o Catálogo de impressos e manuscritos de Pedro de Angelis (*Colección de obras impresas y manuscritas que tratan principalmente del Río de la Plata*). Este catálogo foi remetido à Biblioteca Nacional em 22 de agosto de 1853, a fim de que, quando recebido, pudesse ser verificada a existência dos livros e manuscritos constantes do mesmo Catálogo, seu estado e valor parcial. Apesar da pequena discrepância entre o catálogo impresso e a coleção entregue por De Angelis, foi lhe passado recibo de forma absoluta e definitiva da aquisição da coleção.
Em 1855, frei Camilo de Monteserrat repetia a informação de que a coleção fora recebida, constando em sua totalidade de 4.076 obras, sem contar as 120 doadas como duplicatas ao IHGB. A Comissão nomeada para examinar os manuscritos separou os relativos aos limites e os enviou ao Ministério dos Negócios Estrangeiros. Desse modo, as falhas de livros e manuscritos, posteriormente encontradas na Coleção, são devidas às retiradas feitas pelo próprio De Angelis e para a Secretaria de Negócios Estrangeiros.
Biblioteca Nacional (Brasil)
Nota: Para a coleção De Angelis, nível 1

2.4 Procedência

Objetivo: Identificar a origem imediata de aquisição ou transferência da unidade de descrição.

Regra(s): Registre a origem imediata da unidade de descrição (nome da entidade que encaminhou), a forma e data de aquisição, se possível com as referências pertinentes (instrumento formal de encaminhamento e/ou recebimento como uma correspondência, o número e data da mesma, números ou códigos de entrada da unidade de descrição etc.). Se a origem for desconhecida, recorra à expressão “dado não disponível”.

Comentários:
Este elemento serve para o registro de informações que contextualizam o ingresso da unidade de descrição na entidade custodiadora. As informações aqui registradas podem ser tanto de interesse de pesquisadores quanto da própria entidade custodiadora, servindo ao controle de entrada de documentos. Normalmente presente em níveis de descrição mais gerais (níveis 0 a 3), pode ser aplicado em níveis mais específicos (níveis de descrição 4 e 5), dependendo da história de integração da unidade de descrição ao fundo ou à coleção.

Procedimentos:

2.4.1 Registre a forma de aquisição, data e nome da entidade da qual procede a unidade de descrição, informação que deve constar preferencialmente no nível de descrição de maior abrangência em relação às demais de mesma procedência.

2.4.2 Indique fontes documentais que referenciem as ocorrências.

Exemplos:

Parcela doada por Raul Riff, por meio de contrato em 1989; parcela doada por Luiz Alberto Moniz Bandeira em março de 2003.
Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil
Nota: Para o fundo João Goulart, nível 1

Os documentos do dossiê pertenciam à parcela do fundo doada por Luiz Alberto Moniz Bandeira ao CPDOC da Fundação Getulio Vargas, em março de 2003.
Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil
Nota: Para o dossiê 1966.05.05, nível 4, do fundo João Goulart, série Exílio no Uruguai

Doação, Ministério das Relações Exteriores, 1937; doação, Ernesto Medeiros Raposo, 1988
Arquivo Nacional (Brasil)
Nota: Para o fundo Floriano Peixoto, nível 1

Museu Nacional (Brasil). Direção
Museu Nacional (Brasil)
Nota: Para o fundo Comissão de Censura Cinematográfica, nível 1

Coleção comprada pela Biblioteca Nacional em 1853
Biblioteca Nacional (Brasil)
Nota: Para a coleção De Angelis, nível 1

3 Área de conteúdo e estrutura

3.1 Âmbito e conteúdo

Objetivo: Fornecer aos usuários informações relevantes ou complementares ao *Título* (*1.2)* da unidade de descrição.

Regra(s): Informe, de acordo com o nível, o âmbito (contexto histórico e geográfico) e o conteúdo (tipologia documental, assunto e estrutura da informação) da unidade de descrição.

Comentários:
Nos níveis mais gerais, o âmbito e conteúdo é um elemento importante para o usuário identificar se a unidade de descrição contém ou não informações relevantes para a sua pesquisa. Nos níveis mais específicos, seu uso deve se restringir a situações em que o elemento de descrição *Título* (*1.2)* necessite de informações complementares.
Eventos históricos e naturais tais como guerras, revoluções, estações do ano e catástrofes podem ser utilizados como marcos da contextualização histórica.

Procedimentos:

3.1.1 Registre, de acordo com o nível de descrição, as informações mais relevantes sobre âmbito e conteúdo da unidade de descrição.

3.1.2 Descreva de forma mais abrangente nos níveis mais gerais, informando períodos, locais, tipos documentais e assuntos predominantes.

3.1.3 Nos níveis de descrição mais específicos, se necessário, registre informações complementares ao *Título (2.1)*, como, por exemplo, a estrutura informativa do documento.

Exemplos:

Os documentos referem-se ao período em que João Goulart esteve no exílio, no Uruguai, após o golpe de Estado que o depôs da Presidência da República. Abordam questões relativas às suas propriedades no Brasil, à repressão política durante os governos dos generais Castelo Branco e Costa e Silva, incluindo os aspectos relacionados à censura aos meios de comunicação, às articulações políticas visando à formação da Frente Ampla de oposição ao regime militar, entre outros assuntos.
Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil
Nota: Para a série Exílio no Uruguai, nível 3, do fundo João Goulart

Correspondência, relações de filmes examinados, documentação contábil referente à taxa cinematográfica para a educação popular, documentação referente ao Convênio Cinematográfico Educativo.
Museu Nacional (Brasil)
Nota: Para o fundo Comissão de Censura Cinematográfica, nível 1

Correspondência administrativa de governadores e comandantes regionais sobre conflitos locais por todo o Brasil, meios de transporte e colonos imigrantes. Correspondência diplomática com a comissão delegada para a compra de navios de guerra, armamentos e munições na Europa e Estados Unidos da América. Processos, mensagens, relatórios, memórias, manifestos, estudos, pareceres, protocolos e livros referentes a problemas com as vias de comunicação marítimas e fluviais, ferrovias, telégrafos e segurança nas fronteiras.

Arquivo Nacional (Brasil)

Nota: Para a seção Governo Legal, nível 2, do fundo Floriano Peixoto

Identificados, da esquerda para a direita:

1ª linha (de frente para o fundo)

1 cel. Osbert Gramajo;

2 Lix Klett, cônsul-geral da República da Argentina;

3 gal. Julio Argentino Roca, ex-presidente da República Argentina;

4 João Batista de Lacerda, diretor do Museu Nacional;

2ª linha

5 José Alberto de Sampaio, do Museu Nacional;

6 Pedro Primavera Filho, do Museu Nacional;

7 Lastra, secretário do gal. Julio Roca;

8 não identificado;

9 Eduardo Teixeira de Siqueira, naturalista-viajante do Museu Nacional;

10 Hermílio Bourguy Macedo de Mendonça, do Museu Nacional;

11 não identificado;

12 Alberto Betim Paes Leme, do Museu Nacional;

13 Mário Gomes de Araújo?, ajudante de biblioteca do Museu Nacional;

14 não identificado;

15 Otávio da Silva Jorge, preparador da Etnografia do Museu Nacional;

16 Aurélio de Lacerda, zelador do Laboratório de Biologia do Museu Nacional, ou Teixeira Mendes, do Museu Nacional;

17 Júlio César Diogo, naturalista-viajante do Museu Nacional;

3ª linha

18 Eugenio dos Santos Rangel?, assistente do Laboratório de Fitopatologia do Museu Nacional;

19 Raul Hitto Batista, da 4ª Seção do Museu Nacional;

20 Manoel Bastos Tigre?, do Museu Nacional;

21 João Antonio de Faria Lacerda?, escriturário do Museu Nacional;

22 Jonas Moreira de Carvalho Peixoto?, praticante de zoologia do Museu Nacional;

23 Pedro Pinto Peixoto Velho?, preparador de taxidermia do Museu Nacional;

4ª linha

24 não identificado;

25 Francisco Mana, desenhista e calígrafo do Museu Nacional.

Museu Nacional (Brasil)

Nota: Para o item 49, nível 5, do dossiê 108 do fundo José Feio, série Museu Nacional, subsérie Diretoria

3.2 Avaliação, eliminação e temporalidade

Objetivo: Fornecer informação sobre qualquer ação relativa à avaliação, seleção e eliminação.

Regra(s): Registre quaisquer ações e critérios adotados para avaliação, seleção e eliminação ocorridas ou planejadas para a unidade de descrição.

Comentários:
Este elemento de descrição será normalmente utilizado nos níveis mais gerais de descrição. Recomenda-se, para unidades de descrição em fase intermediária, o registro de informações quanto à destinação, prazos de guarda e datas para o cumprimento das ações previstas. Perdas de documentos por extravios, atos de vandalismo ou sinistros devem ser registradas no elemento *História arquivística (2.3)*.

Procedimentos:

3.2.1 Informe as ocorrências, as respectivas datas ou períodos e os atos legais que embasaram as ações de avaliação, seleção e eliminação.

3.2.2 No caso de eliminação, registre a existência de algum documento (edital, listagem de eliminação ou termo de eliminação) que forneça dados complementares, como quantidade, assuntos e períodos da documentação eliminada.

3.2.3 No caso de unidade de descrição em fase intermediária, registre quando passível de eliminação.

Exemplos:

A documentação da extinta LLOYDBRAS foi avaliada, selecionada e eliminada com base na Tabela Básica de Temporalidade e Destinação de Documentos de Arquivo relativa às Atividades-Meio da Administração Pública, aprovada pela Resolução nº 4, de 28/3/1996, e revista e ampliada pela Resolução nº 14, de 24/10/2001, do Conselho Nacional de Arquivos (Conarq).
Foram eliminados documentos relativos às áreas de organização e funcionamento, de pessoal, de orçamento e finanças, de material e patrimônio e documentação técnica, do período de 1947 a 1997, num total de 1.450 metros lineares de documentos, conforme consta do Edital de Ciência de Eliminação de Documentos, publicado no D.O.U. de 3/2/2003, Seção 3, página 55.
Arquivo Nacional (Brasil)
Nota: Para o fundo Companhia de Navegação Lloyd Brasileiro S.A., nível 1

3.3 Incorporações

Objetivo: Informar o usuário sobre acréscimos previstos à unidade de descrição.

Regra(s): Registre incorporações previstas, informando uma estimativa de suas quantidades e freqüência.

Comentários:
Este elemento destina-se ao registro de entradas previstas de documentos que complementem unidades de descrição, e deve ocorrer nos níveis pertinentes, normalmente os mais gerais.

Procedimentos:

3.3.1 Indique a previsão de incorporações e, se possível, a periodicidade ou data, conteúdo e dimensão.

Exemplos:

Algumas subséries poderão receber novos acréscimos de documentos em decorrência do processo de identificação levado a termo no âmbito do fundo Museu Nacional.
Museu Nacional (Brasil)
Nota: Para a série Museu Nacional, nível 3, do fundo José Feio

3.4 Sistema de arranjo

Objetivo: Fornecer informação sobre a estrutura interna, ordem e/ou sistema de arranjo da unidade de descrição.

Regra(s): Informe sobre a organização da unidade de descrição, especialmente quanto ao estágio de tratamento técnico, à estrutura de organização ou sistema de arranjo e à ordenação.

Comentários:
Este elemento, nos níveis mais gerais, privilegia informações de caráter abrangente como estágio de tratamento, metodologia e o produto daí resultante – o arranjo ou o sistema de arranjo. Em níveis mais específicos, permite informar sobre a ordenação da unidade de descrição. Presta-se ao registro dos procedimentos técnicos adotados, permitindo avaliar o grau de precisão das informações fornecidas e nortear programas de trabalho. Os estágios de tratamento mais usuais são: identificado, organizado e descrito, parcial ou totalmente.
Informações sobre o arranjo ou o método de classificação devem conter os critérios adotados nas subdivisões, sendo os mais usuais: assunto, funções/atividades, hierarquia administrativa, períodos e áreas geográficas.
As modalidades de ordenação mais comuns são numérica, cronológica e alfabética.

Procedimentos:

3.4.1 Registre, nos níveis mais gerais, as informações sobre estágio de tratamento, sistema de arranjo e, se for o caso, a ordenação da unidade de descrição.

3.4.2 Registre nos níveis mais específicos informações sobre ordenação da unidade de descrição.

3.4.3 Para documentos eletrônicos, registre ou referencie informação sobre o desenho do sistema.

Exemplos:

O fundo encontra-se organizado em 11 séries: Documentos pessoais; Presidente do diretório do PTB/RS; Presidente do PTB; Ministro do Trabalho; Vice-Presidente da República; Presidente da República; Exílio; Post-mortem; Recortes de jornais; Fotografias; Bibliográficos.
Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil
Nota: Para o fundo João Goulart, nível 1

Estágio de tratamento: organizado totalmente
Organização: Dossiês cronológicos
Museu Nacional (Brasil)
Nota: Para a subsérie Correspondência recebida, nível 3,5, do fundo Comissão de Censura Cinematográfica, série Correspondência

O códice está ordenado cronologicamente
Biblioteca Nacional (Brasil)
Nota: Para o dossiê I-16,2,5, nível 4, da coleção De Angelis, série Manuscritos, subsérie Códices

4 Área de condições de acesso e uso

4.1 Condições de acesso

Objetivo: Fornecer informação sobre as condições de acesso à unidade de descrição e, existindo restrições, em que estatuto legal ou outros regulamentos se baseiam.

Regra(s): Informe se existem ou não restrições de acesso à unidade de descrição. Em caso afirmativo, indique o tipo de restrição, a norma legal ou administrativa em que se baseia e, se for o caso, o período de duração da restrição.
Quando a restrição for relativa a uma parte da unidade que está sendo descrita, identifique, ainda que sumariamente, a parcela que sofre restrição.

Comentários:
Este elemento de descrição é obrigatório nos níveis 0 e 1.
Recomenda-se a padronização dos tipos de restrição. Os mais comuns são: acessível somente por microfilme, acessível somente por meio eletrônico, documentos sigilosos, estado de conservação, necessidade de autorização, necessidade de organização, em processamento técnico, necessidade de prévio aviso, necessidade de titulação, necessidade de vinculação acadêmica ou institucional do usuário, razões judiciais ou condições impostas na doação, transferência ou recolhimento.

Procedimentos:

4.1.1 Registre nos níveis de descrição 0 e 1 se o acesso é livre ou restrito, indicando a restrição.

4.1.2 No caso de uma restrição parcial, identifique a parcela da unidade de descrição atingida e registre essa informação no nível específico.

4.1.3 Indique, nos níveis de descrição pertinentes, os documentos somente acessíveis por microfilme ou meio eletrônico.

4.1.4 Informe restrições transitórias, como empréstimo para exposições, documentos em restauração ou em processamento técnico, registrando o período de vigência.

Exemplos:

Sem restrição de acesso.
Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil
Nota: Para o fundo João Goulart, nível 1

Acessível somente por microfilme.
Arquivo Nacional (Brasil)
Nota: Para o fundo Floriano Peixoto, nível 1

Sem restrição, dando-se preferência ao acesso *on-line* ou por cd-rom, disponíveis no local.
Museu Nacional (Brasil)
Nota: Para o item 49, nível 5, do dossiê 108 do fundo José Feio, série Museu Nacional, subsérie Diretoria

Documentos manuscritos acessíveis somente por microfilme; documentos cartográficos acessíveis em originais e formato digital; documentos bibliográficos acessíveis em originais e por microfilme.
Biblioteca Nacional (Brasil)
Nota: Para a coleção De Angelis, nível 1

4.2 Condições de reprodução

Objetivo: Identificar qualquer restrição quanto à reprodução da unidade de descrição.

Regra(s): Informe as condições de reprodução da unidade de descrição.

Comentários:
O usuário deve ser informado da existência de restrições gerais ou específicas quanto à reprodução, uso ou divulgação da unidade de descrição. Caso seja necessário um pedido de autorização, o usuário deve ser instruído a quem e como se dirigir.

Procedimentos:

4.2.1 Registre nos níveis de descrição 0 e 1 a existência de normas institucionais ou contratuais relativas à reprodução, uso e divulgação e às formas de reprodução disponíveis.

4.2.2 Indique condições específicas nos níveis pertinentes, tais como necessidade de autorização, direito autoral e direito de uso da imagem.

4.2.3 No caso da condição de reprodução aplicar-se a parcela da unidade de descrição, indique essa parcela.

Exemplos:

Os documentos textuais e bibliográficos podem ser reproduzidos por via eletroestática, fotográfica ou digital; os documentos iconográficos podem ser reproduzidos por meio fotográfico ou digital. No caso das fotos é necessária a assinatura de um termo de cessão de uso de imagens.
Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil
Nota: Para o fundo João Goulart, nível 1

Sem restrição, mediante autorização e compromisso de crédito.
Museu Nacional (Brasil)
Nota: Para o fundo José Feio, nível 1

A Fundação Biblioteca Nacional só autoriza a reprodução integral de obras que estejam em domínio público e a reprodução parcial daquelas que, embora protegidas pela Lei do Direito Autoral (lei 9.610/98), não estejam mais disponíveis para compra no mercado livreiro – neste caso, a reprodução é condicionada ao compromisso do usuário de fazer uso estritamente pessoal e de pesquisa. Caberá ao usuário a obtenção da autorização, junto aos detentores dos direitos, para quaisquer fins comerciais. Para fins de autorização de consulta ou reprodução de qualquer natureza, todas as obras serão previamente avaliadas quanto ao estado geral de conservação física. Cópias *xerox* não são permitidas. Reproduções serão fornecidas, preferencialmente, a partir de microfilme ou negativo fotográfico preto e branco. Caso a obra desejada já esteja reproduzida, a cópia a ser fornecida deverá obrigatoriamente ser produzida a partir da matriz já existente. Se a obra não estiver reproduzida, o serviço deverá ser solicitado através de formulário próprio a ser submetido à análise da área de guarda, com prazo de resposta de até cinco dias úteis.
Biblioteca Nacional (Brasil)
Nota: Para a coleção De Angelis, nível 1

4.3 Idioma

Objetivo: Identificar o(s) idioma(s), escrita(s) e sistemas de símbolos utilizados na unidade de descrição.

Regra(s): Informe idioma(s) e sistema(s) de escrita da unidade de descrição. Registre a existência de documentos cifrados ou de abreviaturas incomuns.

Comentários:
Idiomas outros que não o português devem ser sempre registrados.

Procedimentos:

4.3.1 Indique idiomas e sistemas de escrita de acordo com as normas *ISO 639-1* e *639-2*: codes for the representation of names of languages e *ISO 15924*: codes for the representation of names of scripts.

4.3.2 No caso de ocorrência de mais de um idioma, registre no nível de descrição 1 e nos demais níveis pertinentes todos os idiomas presentes nas unidades de descrição, inclusive o português.

4.3.3 Registre a ocorrência de documentos cifrados, indicando, se possível, a chave de leitura.

4.3.4 Registre a existência de abreviaturas e siglas incomuns.

Exemplos:

Português, inglês, espanhol, francês, italiano e latim
Arquivo Nacional (Brasil)
Nota: Para o fundo Floriano Peixoto, nível 1

Alemão, espanhol, francês, inglês, português
Museu Nacional (Brasil)
Nota: Para o fundo José Feio, nível 1

4.4 Características físicas e requisitos técnicos

Objetivo: Fornecer informação sobre quaisquer características físicas ou requisitos técnicos importantes que afetem o uso da unidade de descrição.

Regra(s): Informe características físicas, requisitos técnicos e problemas decorrentes do estado de conservação que afetem o uso da unidade de descrição.

Comentários:
Este elemento de descrição visa advertir o usuário da necessidade de equipamentos ou *softwares* especiais, bem como eventuais dificuldades para o uso da unidade de descrição por seu estado de conservação (por exemplo, dificuldade de leitura ou de reprodução de documentos esmaecidos). Não se destina ao registro do estado de conservação (ver *6.1*) e nem se presta a indicar restrição de acesso à unidade de descrição (ver *4.1*).

Procedimentos:

4.4.1 Indique as características físicas da unidade de descrição que afetem o seu uso.

4.4.2 Registre os equipamentos e meios necessários para uso da unidade de descrição, especificando-os.

Exemplos:

Fotografia rasgada no lado esquerdo, faltando parte da imagem.
Arquivo Nacional (Brasil)
Nota: Para o dossiê 516, nível 4, Coleção de Fotografias Avulsas, série Fotografia

Fotografia com pequenos furos em sua superfície.
Arquivo Nacional (Brasil)
Nota: Para o dossiê 8, fundo Federação Brasileira para o Progresso Feminino, seção Administração, subseção Campanha, série Voto Feminino, subsérie Fotografia

Fotografia com espelhamento da imagem, prata migrando.
Arquivo Nacional (Brasil)
Nota: Para o dossiê 1, fundo Federação Brasileira para o Progresso Feminino, seção Administração, subseção Evento, série Conferência, subsérie Fotografia

4.5 Instrumentos de pesquisa

Objetivo: Identificar os instrumentos de pesquisa relativos à unidade de descrição.

Regra(s): Nos níveis de descrição 0 a 3, registre a existência de instrumentos de pesquisa, publicados ou não e/ou eletrônicos, utilizando a norma da ABNT – NBR 6023.

Comentários:
Este elemento de descrição destina-se somente a instrumentos de pesquisa em vigor. Aqueles em desuso que possam, de alguma maneira, ser de interesse para eventuais pesquisadores, devem ser referenciados no elemento de descrição *História arquivística (2.3)*.

Procedimentos:

4.5.1 No nível 0, referencie os guias existentes.

4.5.2 Referencie no nível de descrição 1 todos os instrumentos de pesquisa disponíveis.

4.5.3 Nos demais níveis, referenciar somente aqueles pertinentes por seu grau de abrangência.

Exemplos:

Guia de fundos do CPDOC e sistema Accessus, *on- line*
Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil
Nota: Para o fundo João Goulart, nível 1

ARQUIVO NACIONAL (Brasil). *Catálogo dos Documentos Iconográficos dos Fundos Privados*. Rio de Janeiro: O Arquivo, 1998. 291 p.
ARQUIVO NACIONAL (Brasil). *Inventário do Fundo Floriano Peixoto.* Rio de Janeiro: O Arquivo. 2002, 250 p.
Arquivo Nacional (Brasil)
Nota: Para o fundo Floriano Peixoto, nível 1

MUSEU NACIONAL (Brasil). Seção de Memória e Arquivo. *José Feio*: inventário. Rio de Janeiro, 2002-2005. Disponível *on-line* no local
Museu Nacional (Brasil)
Nota: Para o fundo José Feio, nível 1

ANGELIS, Pedro de (org.). *Colección de obras y documentos relativos à la historia antigua y moderna de las provincias del Rio de la Plata*. Buenos Aires: Libreria Nacional de J. Lajouane, 1910. 5 v.
FARIAS, Maria Dulce de. Preciosidades do acervo: o mapa das missões de Mojos e Chiquitos. *Anais da Biblioteca Nacional*, Rio de Janeiro, v. 118, p. 317-325, 1998.
COLECCIÓN de obras impressas y manuscritas, que tratam principalmente del Rio de la Plata formada por Pedro de Angelis. Buenos Aires, 1853. 232 p.
Biblioteca Nacional (Brasil)
Nota: Para a coleção De Angelis, nível 1

5 Área de fontes relacionadas

5.1 Existência e localização dos originais

Objetivo: Indicar a existência e a localização, ou inexistência, dos originais de uma unidade de descrição constituída por cópias.

Regra(s): Registre a localização do original da unidade de descrição, bem como quaisquer números de controle significativos, se o original pertencer à entidade custodiadora ou a outra entidade. No caso dos originais não existirem ou ser desconhecida a sua localização, registre essa informação.

Comentários:
Este elemento não se aplica a cópias parciais ou integrais de um fundo ou coleção sob a custódia da mesma entidade, devendo, neste caso, a descrição ser feita pelo original, indicando-se as cópias existentes conforme prescreve o elemento *Existência e localização de cópias (5.2)*. Por outro lado, este elemento se aplica a situações em que um fundo ou coleção é integral ou parcialmente constituído de documentos em microforma, por exemplo, cujos originais achem-se sob a custódia de uma outra entidade. Aplica-se igualmente a situações em que as cópias integrantes de um fundo são de originais integrantes de um outro fundo, mesmo que sob a custódia da mesma entidade.

Procedimentos:

5.1.1 Registre a existência do original na entidade custodiadora, fornecendo o seu código de referência.

5.1.2 Quando o original estiver sob a custódia de outra entidade, registre a forma autorizada do seu nome e a respectiva localização geográfica, como, por exemplo, a cidade. Se possível, informe o título do fundo ou coleção e o respectivo código de referência e, se for o caso, outros elementos de caráter complementar, como o sítio na Internet e o endereço eletrônico da entidade custodiadora dos originais.

5.1.3 Registre o desconhecimento de informações quanto à localização dos originais, utilizando a expressão “não disponível”.

Exemplos:

Entidade custodiadora: Arquivo Nacional (Brasil)
Localização: Rio de Janeiro
Fundo/coleção: [Seção Histórica – Inventário da Nacional e Imperial Quinta da Boa Vista, feito por ordem do Ilustríssimo Superintendente da mesma Quinta, Faustino Maria de Lima Fonseca Guterrez (?). 20/12/1833]
Código de referência:
Museu Nacional (Brasil)
Nota: Para o item 1, nível 5, fundo José Feio, série Museu Nacional, subsérie História do Palácio de São Cristóvão e Quinta da Boa Vista, dossiê 22

Entidade custodiadora: Museu Nacional (Brasil). Biblioteca
Localização: Rio de Janeiro
Fundo/coleção:
Código de referência: fonte bibliográfica: Vista do Saco do Alferes – Morro de São Cristóvão – 1836. In: STEINMANN. *Souvenirs do Rio de Janeiro*. 1836.
Museu Nacional (Brasil)
Nota: Para o item 6, nível 5, fundo José Feio, série Museu Nacional, subsérie História do Palácio de São Cristóvão e Quinta da Boa Vista, dossiê 31

5.2 Existência e localização de cópias

Objetivo: Indicar a existência e localização de cópias da unidade de descrição.

Regra(s): Registre a existência de cópia na entidade custodiadora, fornecendo a referência de controle pela qual seja recuperada. Se existir cópia em outra entidade, registre a forma autorizada do nome da entidade custodiadora e sua localização geográfica, como, por exemplo, a cidade, bem como outros elementos que facilitem sua recuperação, como seu sítio na internet e endereço eletrônico.

Comentários:
Um dos efeitos desse procedimento é o controle de diferentes modalidades de cópia disponíveis, tanto numa mesma quanto numa outra entidade custodiadora, que se prestam à consulta, à reprodução e/ou à preservação. Este elemento permite o reconhecimento formal e, por conseguinte, o controle de cópias fac-similares existentes, podendo garantir referências corretas e novas reproduções, além de outros usos. Cópias de época, entretanto, feitas simultaneamente ou quase simultaneamente ao original, têm valor de original, como ocorre com os livros de registro, por exemplo, e não devem ser aqui registradas.

Procedimentos:

5.2.1 Registre a existência de cópia na entidade custodiadora, fornecendo a referência de controle pela qual seja recuperada.

5.2.2 Quando a cópia estiver sob a custódia de outra entidade, registre a forma autorizada do seu nome e a respectiva localização geográfica(s), como, por exemplo, a cidade. Se possível, informe o título do fundo ou coleção e o respectivo código de referência, e, se for o caso, outros elementos de caráter complementar, como o sítio na internet e o endereço eletrônico da entidade custodiadora das cópias.

Exemplos:

Microfilme: 132-2002
Arquivo Nacional (Brasil)
Nota: Para o item 3, nível 5, do dossiê 1032, fundo Floriano Peixoto, seção Governo Legal, série Administração, susbsérie Ministério da Guerra

Cópia em meio eletrônico, disponível no local
Museu Nacional (Brasil)
Nota: Para o dossiê 108 do fundo José Feio, série Museu Nacional, subsérie Diretoria

Microfilme MS508(7) doc. 97
Biblioteca Nacional (Brasil)
Nota: Para o dossiê I-16,2,5, nível 4, da coleção De Angelis, série Manuscritos, subsérie Códices

5.3 Unidades de descrição relacionadas

Objetivo: Identificar a existência de unidades de descrição relacionadas.

Regra(s): Registre informação sobre a existência de unidades de descrição que sejam relacionadas por proveniência ou outra(s) forma(s) de associação na mesma entidade custodiadora ou em qualquer outra. Se necessário, justifique essa relação.

Comentários:
Este elemento de descrição é útil para relacionar unidades de descrição custodiadas pela mesma ou por diferentes entidades e que podem ser associadas, por exemplo, por proveniência, área de atuação ou assunto.
O relacionamento deve ser criterioso e justificável, levando-se em consideração os elementos de descrição já utilizados no processo de descrição. Numa mesma entidade custodiadora, o fato de ser sobre um mesmo assunto ou de mesma proveniência pode não ser suficiente para se proceder a tal relacionamento, diante de outros pontos de acesso que associam naturalmente as unidades de descrição. Por outro lado, este elemento pode ser usado como uma ferramenta poderosa para reconstituição de proveniências entre um fundo e documentos de mesmo produtor integrantes de uma coleção. Se for conveniente para melhor entendimento, esclareça a natureza da associação.
Quando existirem, na entidade custodiadora ou em outra entidade, unidades de descrição que continuem a recuperar informações sobre outras unidades de descrição (por exemplo, índices de época, fichários de protocolo etc.), tais unidades não devem ser consideradas unidades de descrição relacionadas e, sim, instrumentos de pesquisa.

Procedimentos:

5.3.1 Registre a existência de unidades de descrição relacionadas na entidade custodiadora, fornecendo o código de referência e título.

5.3.2 Quando a unidade de descrição relacionada pertencer a outra entidade, registre a forma autorizada do nome da entidade custodiadora, sua localização geográfica, como, por exemplo, a cidade, e indicações para identificação da unidade (por exemplo, título, fundo, código de referência etc.).

5.3.3 Se for conveniente para melhor entendimento, esclareça a natureza da associação.

Exemplos:

Entidade custodiadora: Museu Nacional (Brasil)
Localização: Rio de Janeiro
Fundo/coleção: Museu Nacional (Brasil)
Código de referência: BR MN MN

Entidade custodiadora: Academia Brasileira de Letras
Localização: Rio de Janeiro
Fundo/coleção: Roquette-Pinto
Código de referência: BR ABL AA RPi
Museu Nacional (Brasil)
Nota: Para o fundo Comissão de Censura Cinematográfica, nível 1

Ver também as Coleções: América do Sul (1784-1832); Bolívia (1768-1810); Chaco (1748-1809); Chile (1814-1835); Decimal (1513-1987); Europa (1715-1888); Ilhas Malvinas (1767-1768); Limites do Brasil (1742-1904); México (1763-1797); Missões Espanholas na América (1613-1818); Paraguai (1583-1911); Patagônia (1752-1833); Províncias do Rio da Prata (1514-1879) e República Argentina (1766-1851).
Biblioteca Nacional (Brasil)
Nota: Para a coleção De Angelis, nível 1

5.4 Nota sobre publicação

Objetivo: Identificar publicações sobre a unidade de descrição ou elaboradas com base no seu uso, estudo e análise, bem como as que a referenciem, transcrevam ou reproduzam.

Regra(s): Registre as referências bibliográficas de publicações sobre a unidade de descrição ou elaboradas com base no seu uso, estudo e análise, bem como as que a referenciem, transcrevam ou reproduzam.

Comentários:

Este elemento destina-se à indicação de publicações que tenham sido elaboradas com base no uso, estudo ou análise da unidade de descrição, bem como a referenciem (por exemplo, catálogos de exposições), transcrevam (edições anotadas ou não) ou reproduzam (fac-símiles, fotografias etc.). Podem ser também referenciadas aqui publicações eletrônicas em sítios na internet.

Procedimentos:

5.4.1 Referencie a publicação de acordo com a NBR 6023.

Exemplos:

BANDEIRA, Moniz. *O governo João Goulart*: as lutas sociais no Brasil – 1961-1964. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1977. 187 p.

Navegando na História – dossiê Trajetória de João Goulart, disponível em www.cpdoc.fgv.br

Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil

Nota: Para o fundo João Goulart, nível 1

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (Brasil). *Floriano*: Memória e documentos. Organização de Artur Vieira Peixoto. Imprensa Nacional, 1939. 6 volumes.

Arquivo Nacional (Brasil)

Nota: Para o fundo Floriano Peixoto, nível 1

BIBLIOTECA NACIONAL (Brasil). *Antecedentes do Tratado de Madri*: jesuítas e bandeirantes no Paraguai (1703-1751) / introdução, notas e sumário por Jaime Cortesão. Rio de Janeiro, 1955. 328 p. (Manuscritos da Coleção De Angelis, 5)

DAMASCENO, Darcy; CUNHA, Lígia. Fontes primárias da história na Seção de Manuscritos da Biblioteca Nacional. *Anais da Biblioteca Nacional*. São Paulo, v. 11, 1974. p. 24.

ANAIS DA BIBLIOTECA NACIONAL. Rio de Janeiro, v. 88, 1970. p. 33-188.

Biblioteca Nacional (Brasil)

Nota: Para a coleção De Angelis, nível 1

6 Área de notas

6.1 Notas sobre conservação

Objetivo: Fornecer informações sobre o estado de conservação da unidade de descrição, visando orientar ações preventivas ou reparadoras.

Regra(s): Registre informações sobre o estado de conservação da unidade de descrição, bem como medidas de conservação e/ou restauro que foram, estão sendo ou devam ser tomadas em relação a ela.

Comentários:
Este elemento de descrição não existe na ISAD(G).
Neste elemento devem ser registrados todos os problemas relacionados à conservação da unidade de descrição. A informação aqui registrada pode ficar restrita à entidade custodiadora, servindo como dado importante para a constituição de cronogramas de trabalho na área de conservação e como registro de principais procedimentos técnicos a que tenha sido submetida. Por se tratar de informação que muda ao longo do tempo, deve ser balizada cronologicamente.
Se for o caso, forneça informações sobre as condições físicas da unidade de descrição quando de sua entrada na entidade custodiadora.

Procedimentos:

6.1.1 Registre, com referências cronológicas, informações sobre o estado de conservação da unidade de descrição, mencionando, se for o caso, todos os problemas existentes.

6.1.2 Registre as medidas de conservação e/ou restauro que tenham sido ou estejam sendo tomadas em relação à unidade de descrição, referenciando tais fatos cronologicamente.

6.1.3 Registre, se necessário, medidas de conservação e/ou restauro que devam ser tomadas em relação à unidade de descrição, datando tal diagnóstico.

Exemplos:

Documentos em bom estado de conservação.
Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil
Nota: Para o fundo João Goulart, nível 1

Mapas – alguns restaurados e digitalizados, outros necessitando de restauração.
Demais documentos – em bom estado
Biblioteca Nacional (Brasil)
Nota: Para a coleção De Angelis, nível 1

6.2 Notas gerais

Objetivo: Fornecer informação que não possa ser incluída em nenhuma das outras áreas ou que se destine a completar informações que já tenham sido fornecidas.

Regra(s): Registre neste elemento informação que, por sua especificidade, não é pertinente a nenhum dos elementos de descrição definidos, ou complete informações que já tenham sido fornecidas, devendo, neste caso, ser indicado o elemento de descrição ao qual se faz referência.

Comentários:
Neste elemento podem ser registradas informações cuja especificidade implique inexistência de elemento de descrição específico ou para complementar, relativizar ou explicar informação registrada em elementos de descrição anteriores. Deve-se, entretanto, avaliar sempre a pertinência do registro da informação.

Procedimentos:

6.2.1 Registre, de maneira clara e concisa, informação cujo teor não diga respeito a nenhum dos elementos de descrição anteriores.

6.2.2 Registre, de maneira clara e concisa, informação que complemente, relativize ou explique aquela já prestada em algum dos elementos de descrição anteriores, informando o elemento de descrição a que diz respeito.

Exemplos:

Para identificação, foram utilizadas anotações presentes em JF.0.MN,DR.108/45 e MN,DR, classe 614, Roca, Julio Argentino, 1912.
Museu Nacional (Brasil)
Nota: Para o item 49, nível 5, do dossiê 108 do fundo José Feio, série Museu Nacional, subsérie Diretoria

Consta na lombada: “Informes del Vireinato/Mss”.
Possui índice dos informes, e mapa dos estancos que existem na província de Chayanta.
Antigas localizações: C.36-4; Cod. (36-4); Cod. (68-19); 46-7-39
Biblioteca Nacional (Brasil)
Nota: Para o dossiê I-16,2,5, nível 4, da coleção De Angelis, série Manuscritos, subsérie Códices

7 Área de controle da descrição

7.1 Nota do arquivista

Objetivo: Fornecer informação sobre a elaboração da descrição.

Regra(s): Registre as fontes consultadas para elaboração da descrição, bem como os nomes das pessoas envolvidas no trabalho.

Comentários:
Este elemento serve de validação das informações prestadas na descrição, fornecendo as fontes utilizadas e os nomes dos profissionais envolvidos no trabalho. Nesse sentido, devem ser registradas não só a bibliografia arquivística utilizada, mas também as fontes históricas primárias e secundárias.

Procedimentos:

7.1.1 Registre as fontes utilizadas para a elaboração da descrição, obedecendo ao prescrito na NBR 6023.

7.1.2 No caso de se ter utilizado documentos arquivísticos como fontes de informação para a descrição, registre o(s) código(s) de referência ou notação(ões) do(s) documento(s) utilizado(s).

7.1.3 Registre o(s) nome(s) das pessoas envolvidas no trabalho, definindo as responsabilidades.

Exemplos:

O arquivo foi organizado de acordo com os procedimentos do CPDOC publicados em: Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil – CPDOC. *Metodologia de organização de arquivos pessoais*: a experiência do CPDOC. 4. ed. revista e atualizada. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getulio Vargas, 1998. 104 p.
Equipe: Pesquisador responsável – Célia Maria Leite Costa
Estagiária – Viviane Marins Fagundes
Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil
Nota: Para o fundo João Goulart, nível 1

Trabalhos de arranjo e descrição realizados por equipe contratada de dez pessoas, entre arquivistas, auxiliares de pesquisa e um digitador, sob a supervisão da Equipe de Documentos Privados.
Arquivo Nacional (Brasil)
Nota: Para o fundo Floriano Peixoto, nível 1

7.2 Regras ou convenções

Objetivo: Identificar as normas e convenções em que a descrição é baseada.

Regra(s): Registre as regras e/ou convenções internacionais, nacionais, locais e/ou institucionais seguidas na preparação da descrição.

Comentários:
Este elemento serve de validação das informações prestadas na descrição, fornecendo as regras e convenções seguidas no trabalho.
Deve ser preenchido preferencialmente nos níveis de descrição mais gerais, na medida em que os níveis mais específicos, normalmente, os acompanham.

Procedimentos:

7.2.1 Registre, obedecendo ao prescrito na NBR 6023, as regras e/ou convenções internacionais, nacionais, locais e institucionais seguidas na preparação da descrição.

7.2.2 Registre as convenções determinadas para a elaboração da descrição em foco.

Exemplos:

CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS. *ISAD(G)*: norma geral internacional de descrição arquivística, adotada pelo Comitê de Normas de Descrição, Estocolmo, Suécia, 19-22 de setembro de 1999. 2. ed. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2001. 119 p. (Publicações técnicas, n. 49)
Descrição Multinível Integrada.
Arquivo Nacional (Brasil)
Nota: Para o fundo Floriano Peixoto, nível 1

Documentos bibliográficos e cartográficos: AACR2
Biblioteca Nacional (Brasil)
Nota: Para a coleção De Angelis, nível 1

7.3 Data(s) da(s) descrição(ões)

Objetivo: Indicar quando a descrição foi preparada e/ou revisada.

Regra(s): Registre a(s) data(s) em que a descrição foi preparada e/ou revisada.

Comentários:
Esta informação se presta à contextualização das descrições e ao registro histórico de eventuais revisões e alterações.

Procedimentos:

7.3.1 Registre a(s) data(s) em que a descrição foi preparada e/ou revisada, de maneira acumulativa ou não, preservando aquela inicial e a da última revisão.

Exemplos:

março-dezembro de 2003.
Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil
Nota: Para o fundo João Goulart, nível 1

2003-2005
Museu Nacional (Brasil)
Nota: Para o fundo Comissão de Censura Cinematográfica, nível 1

8 Área de pontos de acesso e indexação de assuntos

8.1 Pontos de acesso e indexação de assuntos

Objetivo: Registrar os procedimentos para recuperação do conteúdo de determinados elementos de descrição, por meio da geração e elaboração de índices baseados em entradas autorizadas e no controle do vocabulário adotado.

Regra(s): Identificar os pontos de acesso que exigirão maior atenção na geração de índices e realizar a indexação de assuntos de maneira controlada sobre elementos de descrição estratégicos para a pesquisa.

Comentários:
Este elemento de descrição não existe na ISAD(G).
Este elemento de descrição exige estudo, definição e avaliação periódica por parte da entidade custodiadora quanto à política empreendida para recuperação sistêmica das informações e à política de indexação de assuntos. Além dos elementos de descrição obrigatórios, que constituem pontos de acesso naturais na descrição multinível, cabe à entidade custodiadora a identificação de outros pontos e a seleção dos elementos de descrição que serão objeto de indexação, como, por exemplo, os elementos *História administrativa/biografia (2.2)* e *Âmbito e conteúdo (3.1)*.
A indexação dos assuntos deve contemplar nomes de entidades, eventos, áreas geográficas, períodos e assuntos tópicos. Os assuntos tópicos devem ser indexados de acordo com as necessidades, possibilidades e objetivos da entidade custodiadora, levando-se em consideração a metodologia e os resultados distintos obtidos pela indexação pré-coordenada, mais comum em sistemas manuais de recuperação de informação, e pela indexação pós-coordenada, mais comum em sistemas informatizados de recuperação de informação.

Procedimentos:

8.1.1 Identifique, por área e nível de descrição, os elementos de descrição que constituem pontos de acesso e que poderão derivar em índices.

8.1.2 No que diz respeito aos elementos de descrição obrigatórios em sistemas manuais de descrição, recomenda-se cuidar especialmente dos elementos *Produtor (2.1)* e *Título (1.2)* para a geração de índices, desde que as dimensões e a variedade do acervo o justifiquem.

8.1.3 Para geração de índice onomástico do qual constem os produtores, sob forma normalizada, observar as orientações básicas da norma ISAAR(CPF), contando-se para isso com fontes de referência como o AACR2 e as normas fixadas pela ABNT.

8.1.4 Recomenda-se a modernização dos nomes, procurando-se reter outras formas de grafia explicitadas nos documentos, incorporando-as como remissivas no índice onomástico.[28]

8.1.5 O elemento *Título (1.2)*, do nível de descrição 1 a 3, pode gerar índice alfabético, incluindo variações deste elemento controladas por remissivas. Nos níveis 4 e 5, deve ser objeto de indexação dos assuntos.

8.1.6 Quando o elemento *Título (1.2)*, nos níveis de descrição 4 e 5, estiver acompanhado das respectivas indicações de responsabilidade, os nomes indicados devem integrar um índice onomástico, observando-se as orientações básicas da norma ISAAR(CPF) no que diz respeito às formas autorizadas de entrada dos nomes, inserindo-se as remissivas pertinentes.

8.1.7 No caso de se cogitar a geração de índice a partir do elemento *Dimensão e suporte (1.5)*, observar as informações que tenham sido regularmente associadas às dimensões, como gênero, espécie e tipo de documento, conforme o caso.

8.1.8 Para indexar os assuntos presentes nas unidades de descrição, extraia os termos em linguagem natural, transformando-os em linguagem controlada, de modo a construir um vocabulário controlado. Para isso, para cada termo de indexação, registre as fontes validadoras institucionais, como a Library of Congress e a Biblioteca Nacional, ou impressas, como tesauros especializados. Na medida do possível, registre também uma nota de escopo e uma definição do termo.

8.1.9 Na indexação dos assuntos presentes nos elementos *Título*, nos níveis de descrição 4 e 5, *História administrativa/biografia (2.1)*, *Âmbito e conteúdo (3.1)* e outros ainda, considerados estratégicos pela entidade custodiadora, devem ser observados o assunto tópico, área geográfica, nomes de entidades, eventos e períodos, seguindo-se as regras internacional e nacionalmente adotadas para formas autorizadas.

8.1.10 Registre os termos selecionados e as remissivas necessárias de acordo com as categorias estabelecidas, como, por exemplo, área geográfica, assunto tópico, entidade, evento e período.

8.1.11 As regras observadas, assim como as referências das fontes validadoras, devem ser indicadas em *Regras ou convenções (7.2)*, no nível pertinente.

28 Na modernização de antropônimos e topônimos, deve-se recorrer à ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS. *Vocabulário onomástico da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: A Academia, 1999.

Exemplos:

Agradecimentos; anticomunismo; Argentina; asilo político; censura; Carlos Lacerda; campanhas eleitorais; crises políticas; Estados Unidos da América; felicitações e congratulações; Frente Ampla; golpe de 1964; governo Castelo Branco (1964-1967); governo Costa e Silva (1967-1969); governo João Goulart (1961-1964); greves; Guanabara; João Goulart; homenagens póstumas; imprensa; inquérito policial militar; Juscelino Kubitschek; manifestação de apoio; Ministério do Trabalho; partidos políticos; Partido Trabalhista Brasileiro (PTB); política estadual; política municipal; política nacional; política trabalhista; política sindical; propriedade rural; redemocratização; reforma agrária; regime militar; repressão política; segurança nacional; sindicatos; Uruguai.
Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil
Nota: Para o fundo João Goulart, nível 1

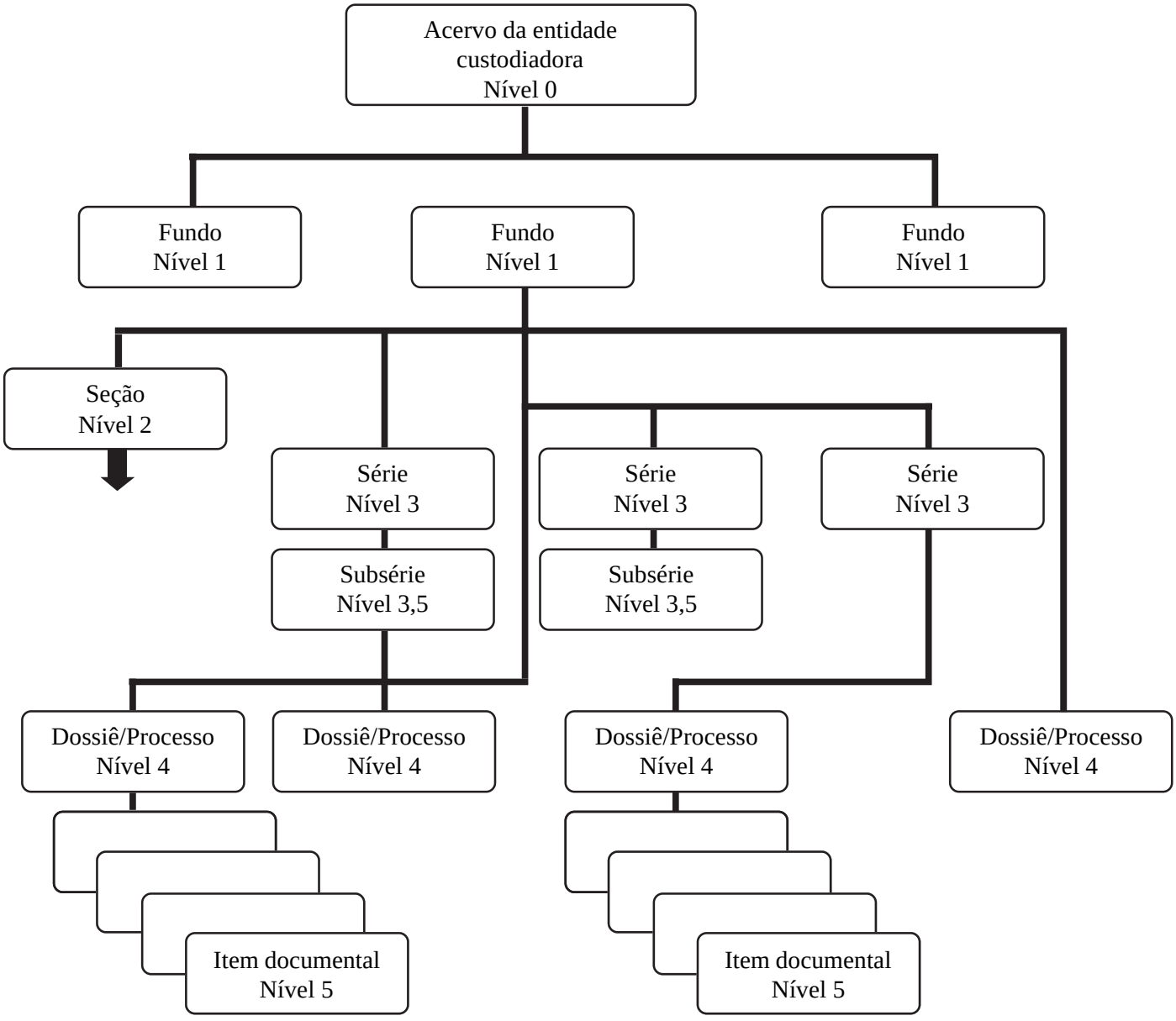
LEBÉIS, Carlos de Magalhães
SERRANO, Jônatas
SILVEIRA , Roberto das Trinas da
nomeação
Museu Nacional (Brasil)
Nota: Para o item 2, nível 5, do fundo Comissão de Censura Cinematográfica, série Correspondência, subsérie Correspondência recebida, dossiê 4, folha 3

descritores
América – história; América – política econômica; Legislação; Direito público
Biblioteca Nacional (Brasil)
Nota: Para a subsérie Códices, nível 3,5, da coleção De Angelis, série Manuscritos

Apêndice A

O modelo hierárquico abaixo mostra um caso típico, e não inclui todas as combinações possíveis de níveis de descrição. São possíveis quaisquer níveis intermediários entre quaisquer dos níveis apresentados.

Modelo de níveis de descrição



Apêndice B

RELAÇÕES ENTRE REGISTROS DE DESCRIÇÃO E DE AUTORIDADE

ILUSTRADAS COM UM EXEMPLO

Descrição(ões) arquivística(s) normalizada(s) de acordo com a ISAD(G) ou regras nacionais compatíveis

Registros de autoridade arquivística de acordo com a ISAAR(CPF) ou regras nacionais compatíveis

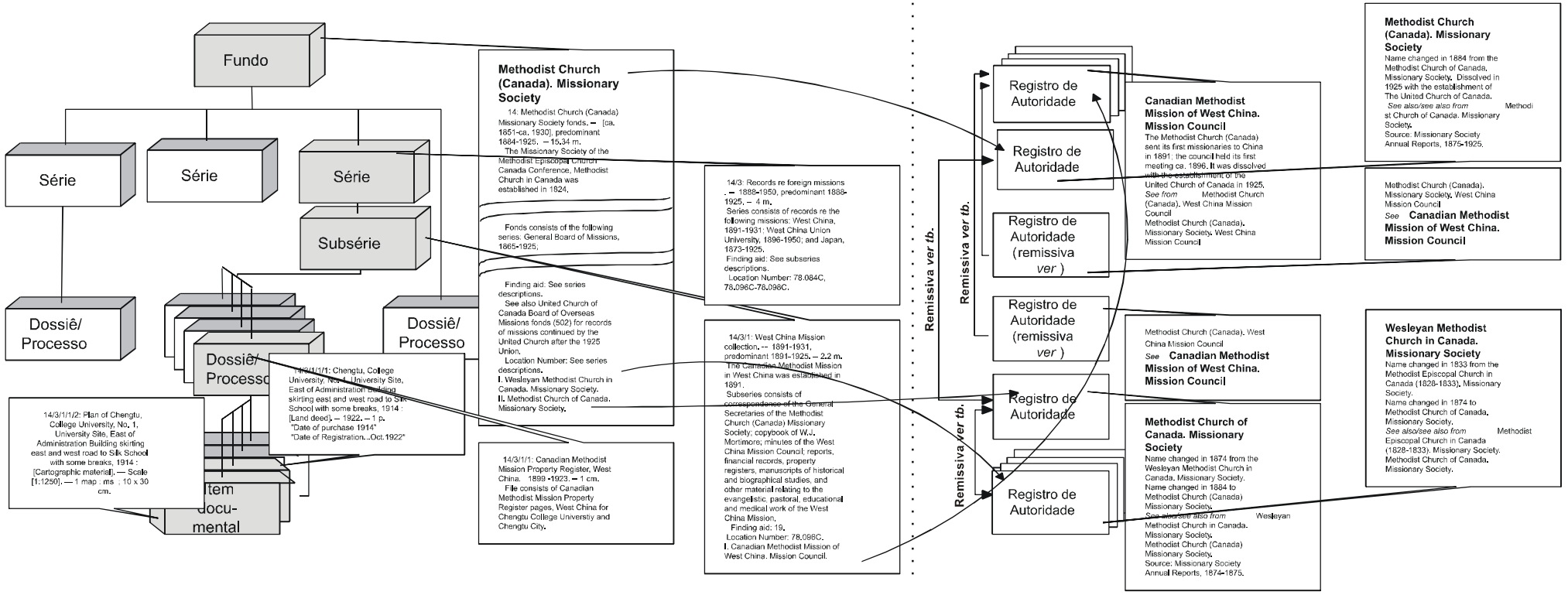
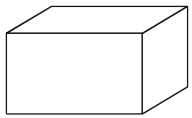
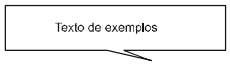


Diagrama idealizado e produzido por Hugo L.P. Stibbe, c1998

LEGENDA



"Box" representando uma unidade de descrição



"Balão" contendo texto de exemplos

Pontos de acesso de/para registros de autoridade

Linha de separação entre registros descritivos e de autoridade

Apêndice C

Exemplos integrais

Exemplo 1 – Arquivo João Goulart – Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil

NÍVEL FUNDO

1 Área de identificação

1.1 Código de referência	BR CPDOC JG
1.2 Título	Arquivo João Goulart
1.3 Data(s)	1950-1975
1.4 Nível de descrição	(1) fundo
1.5 Dimensão e suporte	Textuais 1m; Bibliográficos 0,10m; Iconográficos 136 fotografias

2 Área de contextualização

2.1 Nome(s) do(s) produtor(es)	Goulart, João; Outras formas – Jango; Goulart, João Belchior Marques
2.2 História administrativa/ Biografia	Nasceu em 1º de março de 1919, no município de São Borja, no Rio Grande do Sul (Brasil), filho de Vicente Rodrigues Goulart e de Vicentina Marques Goulart. Seu pai, estancieiro em São Borja, era um dos proprietários da firma Vargas, Goulart, Gomes e Cia. Ltda. Em 1939, formou-se em Direito, pela Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais de Porto Alegre (RS), mas não exerceu a profissão. Em 1943, com a morte do pai, tornou-se responsável pela gestão dos negócios da família. Em 1945, após a eleição de Eurico Dutra para a Presidência da República, Jango ingressa na política através do presidente deposto Getúlio Vargas, participando da fundação do Partido Trabalhista Brasileiro – PTB, do Rio Grande do Sul, do qual seria posteriormente presidente regional e nacional. Foi deputado estadual e presidente do PTB, no Rio Grande do Sul, de 1946 a 1950. Foi um dos principais articuladores da campanha de Vargas à Presidência da República, em 1950. Entre os anos de 1950 e 1960, foi uma das grandes lideranças políticas do país, tendo chegado à Presidência da República, após a renúncia do ex-presidente Jânio Quadros, do qual era vice. Em 1964, foi deposto por um golpe de Estado, tendo se exilado no Uruguai. No exílio, além de se dedicar a atividade-

des de empresário, foi um dos integrantes da chamada Frente Ampla, movimento político que articulou as principais lideranças políticas brasileiras, de oposição ao regime militar. Morreu em dezembro de 1976, em uma de suas fazendas, na Argentina.

2.3 História arquivística

Com o exílio do ex-presidente João Goulart, em abril de 1964, seu arquivo pessoal foi disperso entre alguns antigos colaboradores, entre os quais Hugo de Faria e Raul Riff. Em 1989, durante a realização do Guia de Acervos Privados dos Presidentes da República, o Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil – CPDOC, da Fundação Getulio Vargas, entrou em contato com Raul Riff, com os filhos do ex-presidente João Goulart, e com o prof. Luiz Alberto Moniz Bandeira, que afirma ter recebido por intermédio de Hugo de Farias parte da documentação para elaboração do seu livro *O governo Goulart*. Os documentos que se encontravam sob a guarda de Raul Riff foram doados ao CPDOC, após a sua morte, por sua esposa Beatriz Riff, no dia 28 de junho de 1990. Esses documentos estão organizados e foram liberados à consulta no final de 2002. Os documentos que ficaram com o prof. Moniz Bandeira foram encaminhados ao CPDOC em março de 2003 e incorporados ao restante do acervo, estando igualmente disponíveis para consulta. Comenta-se, ainda, sobre a existência de um baú, contendo documentos, sobretudo das propriedades do titular, que teria sido visto por Moniz Bandeira durante uma visita ao ex-presidente Goulart, em uma das suas fazendas, no Uruguai. Segundo João Vicente, filho do ex-presidente, esse baú teria desaparecido.

2.4 Procedência

Parcela doada por Raul Riff, por meio de contrato em 1989; parcela doada por Luiz Alberto Moniz Bandeira em março de 2003.

3 Área de conteúdo e estrutura

3.1 Âmbito e conteúdo

A documentação concentra-se no período em que João Goulart esteve exilado, no Uruguai, após ter sido deposto da Presidência da República pelo golpe militar, em 1964. As articulações das lideranças políticas de oposição ao regime, visando à constituição da Frente Ampla (1966-1968), constituem tema privilegiado na série Exílio. Em contrapartida, sua passagem pelo Ministério do Trabalho, Vice-Presidência e Presidência da República encontra-se escassamente documentada, merecendo, contudo, destaque os

documentos sobre a greve dos marítimos em 1953 (série Ministério do Trabalho) e a documentação referente à conjuntura política do país, particularmente o projeto de desapropriação de terra, visando à reforma agrária, durante sua gestão na Presidência da República, entre setembro de 1961 e março de 1964 (série Presidência da República). Os documentos iconográficos apresentam registros sobre sua atuação como presidente da República, destacando-se ainda seus encontros com personalidades nacionais e internacionais e manifestações sindicais ocorridas em seu apoio. Há também registros sobre o período em que exerceu a Vice-Presidência da República e dois retratos do exílio no Uruguai. Período abrangido: 1951-1976. Os documentos bibliográficos dizem respeito à Presidência da República, ao período de exílio no Uruguai e à vida pessoal. Período abrangido: 1961-1983.

3.2 Avaliação, eliminação e temporalidade

3.3 Incorporações

3.4 Sistema de arranjo — O fundo encontra-se organizado em 11 séries: Documentos pessoais; Presidente do diretório do PTB/RS; Presidente do PTB; Ministro do Trabalho; Vice-Presidente da República; Presidente da República; Exílio; Post-mortem; Recortes de jornais; Fotografias; Bibliográficos.

4 Área de condições de acesso e uso

4.1 Condições de acesso — Sem restrição de acesso

4.2 Condições de reprodução — Os documentos textuais e bibliográficos podem ser reproduzidos por via eletrostática, fotográfica ou digital; os documentos iconográficos podem ser reproduzidos por meio fotográfico ou digital. No caso das fotos é necessária a assinatura de um “termo de cessão de uso de imagens”.

4.3 Idioma — Português

4.4 Características físicas e requisitos técnicos

4.5 Instrumentos de pesquisa — Guia de fundos do CPDOC e sistema Accessus, *on-line*

5 Área de fontes relacionadas

5.1 Existência e localização dos originais	
5.2 Existência e localização de cópias	Fotografias digitalizadas
5.3 Unidades de descrição relacionadas	Parte do arquivo foi doada pela esposa do titular ao Arquivo Nacional (Brasil)
5.4 Nota sobre publicação	Bandeira, Moniz. *O governo João Goulart; as lutas sociais no Brasil – 1961-1964.* Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1977. p.187. Navegando na História – dossiê Trajetória de João Goulart, disponível em www.cpdoc.fgv.br

6 Área de notas

6.1 Notas sobre conservação	Documentos em bom estado de conservação
6.2 Notas gerais	

7 Área de controle da descrição

7.1 Nota do arquivista	O arquivo foi organizado de acordo com os procedimentos do CPDOC publicados em: Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil – CPDOC. *Metodologia de organização de arquivos pessoais*: a experiência do CPDOC. 4. ed. revista e atualizada. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getulio Vargas, 1998. 104 p. Equipe: Pesquisador responsável – Célia Maria Leite Costa Estagiária – Viviane Marins Fagundes.
7.2 Regras ou convenções	
7.3 Data(s) da(s) descrição(ões)	março-dezembro de 2003

8 Área de pontos de acesso e indexação de assuntos

8.1 Pontos de acesso e indexação de assuntos	Agradecimentos; anticomunismo; Argentina; asilo político; censura; Carlos Lacerda; campanhas eleitorais; crises políticas; Estados Unidos da América; felicitações e congratulações; Frente Ampla; golpe de 1964; governo Castelo Branco (1964-1967); governo Costa e Silva (1967-1969); governo João Goulart (1961-1964); greves; Guanabara; João Goulart; homenagens póstumas; imprensa; Inquérito policial mi-

litar; Juscelino Kubitschek; manifestação de apoio; Ministério do Trabalho; partidos políticos; Partido Trabalhista Brasileiro (PTB); política estadual; política municipal; política nacional; política trabalhista; política sindical; propriedade rural; redemocratização; reforma agrária; regime militar; repressão política; segurança nacional; sindicatos; Uruguai.

NÍVEL SÉRIE

1 Área de identificação

1.1 Código de referência	BR CPDOC JG e
1.2 Título	Exílio no Uruguai
1.3 Data(s)	abril de 1964 a 1975
1.4 Nível de descrição	(3) série
1.5 Dimensão e suporte	textuais 0,65m e 2 fotografias

2 Área de contextualização

2.1 Nome(s) do(s) produtor(es)

2.2 História administrativa/ Biografia

2.3 História arquivística

2.4 Procedência

3 Área de conteúdo e estrutura

3.1 Âmbito e conteúdo — Os documentos referem-se ao período em que João Goulart esteve no exílio, no Uruguai, após o golpe de Estado que o depôs da Presidência da República. Abordam questões relativas às suas propriedades no Brasil, à repressão política durante os governos dos generais Castelo Branco e Costa e Silva, incluindo os aspectos relacionados à censura aos meios de comunicação, às articulações políticas visando à formação da Frente Ampla de oposição ao regime militar, entre outros assuntos.

3.2 Avaliação, eliminação e temporalidade

3.3 Incorporações

3.4 Sistema de arranjo — A série é constituída de dossiês temáticos, ordenados cronologicamente.

4 Área de condições de acesso e uso

4.1 Condições de acesso	Sem restrição de acesso
4.2 Condições de reprodução	
4.3 Idioma	
4.4 Características físicas e requisitos técnicos	
4.5 Instrumentos de pesquisa	

5 Área de fontes relacionadas

5.1 Existência e localização dos originais	
5.2 Existência e localização de cópias	
5.3 Unidades de descrição relacionadas	
5.4 Nota sobre publicação	

6 Área de notas

6.1 Notas sobre conservação	
6.2 Notas gerais	

7 Área de controle da descrição

7.1 Nota do arquivista	
7.2 Regras ou convenções	
7.3 Data(s) da(s) descrição(ões)	

8 Área de pontos de acesso e indexação de assuntos

8.1 Pontos de acesso e indexação de assuntos	agradecimentos; anticomunismo; Argentina; asilo político; Carlos Lacerda; censura; Estados Unidos da América; Frente Ampla; golpe de 1964; governo Castelo Branco (1964-1967); governo Costa e Silva (1967-1969); imprensa; Inquérito policial militar; João Goulart; manifestação de apoio; política nacional; propriedade rural; repressão política; redemocratização; regime militar; segurança nacional; Uruguai.

NÍVEL DOSSIÊ

1 Área de identificação

1.1 Código de referência	BR CPDOC JG e 1966 05 05
1.2 Título	Formação da Frente Ampla
1.3 Data(s)	05 05 1966 a 1968
1.4 Nível de descrição	(4) dossiê
1.5 Dimensão e suporte	textuais 0,20m

2 Área de contextualização

2.1 Nome(s) do(s) produtor(es)	
2.2 História administrativa/ Biografia	
2.3 História arquivística	
2.4 Procedência	Os documentos do dossiê pertenciam à parcela do fundo doada por Luiz Alberto Moniz Bandeira, ao CPDOC da Fundação Getúlio Vargas, em março de 2003.

3 Área de conteúdo e estrutura

3.1 Âmbito e conteúdo	Documentos enviados por políticos e ex-colaboradores de governo ao ex-presidente João Goulart, durante seu período de exílio no Uruguai, relativos à conjuntura política do governo Costa e Silva (1967-1969). Inclui cartas e relatórios informando sobre: o endurecimento do regime; as articulações de vários setores de oposição ao governo visando à constituição da Frente Ampla e as posições assumidas pelas principais lideranças políticas em relação à Frente. Merece destaque carta de João Goulart justificando por que não assinou o primeiro manifesto da Frente e encaminhando o texto do referido manifesto com observações suas na margem do documento.
3.2 Avaliação, eliminação e temporalidade	
3.3 Incorporações	
3.4 Sistema de arranjo	O dossiê está ordenado cronologicamente.

4 Área de condições de acesso e uso

4.1 Condições de acesso	Sem restrição de acesso
4.2 Condições de reprodução	
4.3 Idioma	
4.4 Características físicas e requisitos técnicos	
4.5 Instrumentos de pesquisa	

5 Área de fontes relacionadas

5.1 Existência e localização dos originais	
5.2 Existência e localização de cópias	
5.3 Unidades de descrição relacionadas	
5.4 Nota sobre publicação	

6 Área de notas

6.1 Notas sobre conservação	
6.2 Notas gerais	

7 Área de controle da descrição

7.1 Nota do arquivista	
7.2 Regras ou convenções	
7.3 Data(s) da(s) descrição(ões)	

8 Área de pontos de acesso e indexação de assuntos

8.1 Pontos de acesso e indexação de assuntos	Carlos Lacerda; censura; Frente Ampla; Governo Costa e Silva (1967-1969); João Goulart; Juscelino Kubitschek; política nacional; regime militar; repressão política.

Exemplo 2 – Comissão de Censura Cinematográfica – Museu Nacional (Brasil)

NÍVEL FUNDO

1 Área de identificação

1.1 Código de referência	BR MN CCC
1.2 Título	Comissão de Censura Cinematográfica
1.3 Data(s)	1931-1935 (produção)
1.4 Nível de descrição	Fundo (1)
1.5 Dimensão e suporte	Textual sem especificação 1,09m

2 Área de contextualização

2.1 Nome(s) do(s) produtor(es)	Comissão de Censura Cinematográfica 1932-1935
2.2 História administrativa/ Biografia	A Comissão de Censura Cinematográfica foi criada no âmbito do Ministério da Educação e Saúde Pública pelo decreto 21.240, de 4/4/1932. Tal ato instituía também a taxa cinematográfica para a educação pública, que sustentou os serviços da Comissão e a criação da Revista Nacional de Educação, e previa em seu artigo 15 a realização do Convênio Cinematográfico Educativo, que terminou por ocorrer no Distrito Federal de 3 a 5 de janeiro de 1933. A Comissão tinha por incumbência o exame de todos os filmes propostos para exibição ao público em qualquer ponto do território nacional, cabendo-lhe declarar se o filme poderia ser exibido integralmente, se deveriam ser feitos cortes, se era educativo, impróprio para algum segmento social ou, até mesmo, inteiramente interditada a sua exibição. A Comissão recebeu instruções para seu funcionamento em 22/4/1932. Sua presidência cabia ao diretor do Museu Nacional (Roquete Pinto até maio de 1935, quando é substituído por Alberto Betim Paes Leme) e, nos seus impedimentos, ao vice-diretor do Museu Nacional, J. César Diogo. Havia um secretário arquivista (Roberto das Trinas da Silveira) e membros que representavam diversas instituições e autoridades: Jônatas Serrano (23/4/1932-?) e João Rangel Coelho (29/9/1934-?), representando o ministro da Educação e Saúde Pública, Carlos Magalhães Lebéis (23/4/1932-?) e Plácido Modesto de Melo (29/5/1935-?), representando o juiz de Menores do Distrito Federal, Sílvio Júlio de Albuquerque Lima (25/4/1932-19/1/1934), Eduardo Pacheco de Andrade (19/1/1934-?) e José Pinto de Montojas (27/6/1935-?), representando o chefe de Polícia

do Distrito Federal, Armanda Álvaro Alberto (28/4/1932-2/9/1934), representando a Associação Brasileira de Educação, Ademar Leite Ribeiro (29/4/1932-?), representando a Associação Brasileira Cinematográfica, Antônio Camilo de Oliveira ([14/9/1933?]-?) e Gastão Paranhos do Rio Branco ([28/5/1934?]-?), representando o Ministério das Relações Exteriores, Benedito Lopes (29/10/1932-?), Clóvis Martins (29/10/1932-?), Eduardo Pacheco de Andrade (22/8/1935-?) e Gastão Soares de Moura Filho (22/8/1935-?), suplentes. A Comissão recorreu algumas vezes ao convite a membros de legações estrangeiras para discussão de cenas e legendas.

Os membros da Comissão recebiam gratificações por seus trabalhos e, como não dispunha de quadro próprio, a Comissão recorria, para várias atividades, ao concurso dos funcionários do próprio Museu Nacional, que faziam também jus a gratificações, pagas com a renda da taxa cinematográfica para educação popular.

2.3 História arquivística

Natureza jurídica pública.

Forma de acumulação fundo.

Por ser a presidência da Comissão assumida pelo diretor do Museu Nacional, parte de sua documentação permaneceu sob a guarda desta última instituição. Em 2001 esta documentação foi considerada um fundo distinto daquele do próprio Museu Nacional.

Não se tem informação sobre a parcela documental que não integra o acervo custodiado pelo Museu Nacional, por exemplo, as atas das reuniões que deliberavam sobre a censura dos filmes.

2.4 Procedência

Museu Nacional (Brasil). Direção

3 Área de conteúdo e estrutura

3.1 Âmbito e conteúdo

Correspondência, relações de filmes examinados, documentação contábil referente à taxa cinematográfica para a educação popular, documentação referente ao Convênio Cinematográfico Educativo.

3.2 Avaliação, eliminação e temporalidade

3.3 Incorporações

3.4 Sistema de arranjo

Estágio de tratamento: organizado totalmente

Organização: séries Administração, Atas, Convênio Cinematográfico Educativo, Correspondência e Divulgação.

4 Área de condições de acesso e uso

4.1 Condições de acesso	Sem restrições
4.2 Condições de reprodução	
4.3 Idioma	
4.4 Características físicas e requisitos técnicos	
4.5 Instrumentos de pesquisa	Museu Nacional (Brasil). Seção de Memória e Arquivo. *Comissão de Censura Cinematográfica*: inventário. Rio de Janeiro, 2003-2005. Disponível *on-line* no local

5 Área de fontes relacionadas

5.1 Existência e localização dos originais	
5.2 Existência e localização de cópias	
5.3 Unidades de descrição relacionadas	Entidade custodiadora: Museu Nacional (Brasil) Localização: Rio de Janeiro Fundo/coleção: Museu Nacional (Brasil) Código de referência: BR MN MN Entidade custodiadora: Academia Brasileira de Letras Localização: Rio de Janeiro Fundo/coleção: Roquette-Pinto Código de referência: BR ABL AA RPi
5.4 Nota sobre publicação	

6 Área de notas

6.1 Notas sobre conservação	
6.2 Notas gerais	

7 Área de controle da descrição

7.1 Nota do arquivista	Responsável pela descrição: Vitor Fonseca
7.2 Regras ou convenções	*ISAD(G)*: Norma geral internacional de descrição arquivística, adotada pelo Comitê de Normas de Descrição, Estocolmo, Suécia, 19-22 de setembro de 1999. 2. ed. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2001. 119 p. (Publicações técnicas-AN, n. 49)
7.3 Data(s) da(s) descrição(ões)	2003-2005

8 Área de pontos de acesso e indexação de assuntos

8.1 Pontos de acesso e indexação de assuntos	Cinema–restrições; Cinema educativo; Cinema–convênios

NÍVEL SÉRIE

1 Área de identificação

1.1 Código de referência	BR MN CCC.0.CO
1.2 Título	Correspondência
1.3 Data(s)	1/9/1931-28/8/1935 (produção)
1.4 Nível de descrição	Série (3)
1.5 Dimensão e suporte	Textual sem especificação 0,80m

2 Área de contextualização

2.1 Nome(s) do(s) produtor(es)

2.2 História administrativa/ Biografia

2.3 História arquivística

2.4 Procedência

3 Área de conteúdo e estrutura

3.1 Âmbito e conteúdo	Correspondência ativa e passiva sobre legendas educativas para inclusão em filmes, cortes e censura em filmes, isenção de taxa cinematográfica, concessão de *status* de filme educativo, balancetes referentes à taxa cinematográfica para a educação popular e discussões acerca dos níveis de censura e impropriedade.

3.2 Avaliação, eliminação e temporalidade

3.3 Incorporações

3.4 Sistema de arranjo	Estágio de tratamento: organizado totalmente Organização: subséries. Correspondência expedida, Correspondência recebida e Protocolo.

4 Área de condições de acesso e uso

4.1 Condições de acesso

4.2 Condições de reprodução

4.3 Idioma

4.4 Características físicas
e requisitos técnicos

4.5 Instrumentos de pesquisa

5 Área de fontes relacionadas

5.1 Existência e localização
dos originais

5.2 Existência e localização
de cópias

5.3 Unidades de descrição
relacionadas

5.4 Nota sobre publicação

6 Área de notas

6.1 Notas sobre conservação

6.2 Notas gerais

7 Área de controle da descrição

7.1 Nota do arquivista

7.2 Regras ou convenções

7.3 Data(s) da(s)
descrição(ões)

8 Área de pontos de acesso e indexação de assuntos

8.1 Pontos de acesso e indexação de assuntos	Cinema–restrições; Cinema educativo; Cinema–taxas–isenção

NÍVEL SUBSÉRIE

1 Área de identificação

1.1 Código de referência	BR MN CCC.0.CO,RE
1.2 Título	Correspondência recebida
1.3 Data(s)	1/9/1931-28/8/1935 (produção)

1.4 Nível de descrição — Subsérie (3,5)

1.5 Dimensão e suporte — Textual sem especificação 0, 52m

2 Área de contextualização

2.1 Nome(s) do(s) produtor(es)

2.2 História administrativa/
Biografia

2.3 História arquivística

2.4 Procedência

3 Área de conteúdo e estrutura

3.1 Âmbito e conteúdo — Requerimentos de novas vias de certificados de censura, ofícios encaminhando requerimentos para parecer, ofícios encaminhando decisões ministeriais sobre isenção de taxa cinematográfica, concessão de *status* de educativos a filmes etc.

3.2 Avaliação, eliminação
e temporalidade

3.3 Incorporações

3.4 Sistema de arranjo — Estágio de tratamento: organizado totalmente
Organização: Dossiês cronológicos

4 Área de condições de acesso e uso

4.1 Condições de acesso

4.2 Condições de reprodução

4.3 Idioma

4.4 Características físicas
e requisitos técnicos

4.5 Instrumentos
de pesquisa

5 Área de fontes relacionadas

5.1 Existência e localização
dos originais

5.2 Existência e localização
de cópias

5.3 Unidades de descrição relacionadas	Entidade custodiadora: Museu Nacional (Brasil) Localização: Rio de Janeiro Fundo/coleção: Comissão de Censura Cinematográfica – Correspondência – Correspondência expedida Código de referência: BR MN CCC.0.CO,EX Entidade custodiadora: Museu Nacional (Brasil) Localização: Rio de Janeiro Fundo/coleção: Comissão de Censura Cinematográfica – Correspondência – Protocolo Código de referência: BR MN CCC.0.CO,PR
5.4 Nota sobre publicação	

6 Área de notas

6.1 Notas sobre conservação

6.2 Notas gerais

7 Área de controle da descrição

7.1 Nota do arquivista

7.2 Regras ou convenções

7.3 Data(s) da(s) descrição(ões)

8 Área de pontos de acesso e indexação de assuntos

8.1 Pontos de acesso e indexação de assuntos	Cinema–restrições; Cinema educativo; Cinema–convênios

NÍVEL DOSSIÊ

1 Área de identificação

1.1 Código de referência	BR MN CCC.0.CO,RE.4
1.2 Título	Correspondência recebida de abril de 1932
1.3 Data(s)	26/4/1932-28/4/1932 (produção)
1.4 Nível de descrição	Dossiê (4)
1.5 Dimensão e suporte	Textual sem especificação 3 itens

2 Área de contextualização

2.1 Nome(s) do(s) produtor(es)

2.2 História administrativa/ Biografia

2.3 História arquivística

2.4 Procedência

3 Área de conteúdo e estrutura

3.1 Âmbito e conteúdo

3.2 Avaliação, eliminação e temporalidade

3.3 Incorporações

3.4 Sistema de arranjo — Estágio de tratamento: organizado totalmente
Organização: ordem cronológica

4 Área de condições de acesso e uso

4.1 Condições de acesso

4.2 Condições de reprodução

4.3 Idioma

4.4 Características físicas e requisitos técnicos

4.5 Instrumentos de pesquisa

5 Área de fontes relacionadas

5.1 Existência e localização dos originais

5.2 Existência e localização de cópias

5.3 Unidades de descrição relacionadas

5.4 Nota sobre publicação

6 Área de notas

6.1 Notas sobre conservação

6.2 Notas

7 Área de controle da descrição

7.1 Nota do arquivista

7.2 Regras ou convenções

7.3 Data(s) da(s) descrição(ões)

8 Área de pontos de acesso e indexação de assuntos

8.1 Pontos de acesso e indexação de assuntos	Cinema–restrições; Cinema educativo; Cinema–convênios

NÍVEL ITEM

1 Área de identificação

1.1 Código de referência	BR MN CCC.0.CO,RE.4/2,f.3
1.2 Título	Ofício encaminhando as portarias do ministro da Educação e Saúde Pública nomeando Carlos de Magalhães Lebéis, Jônatas Serrano e Roberto das Trinas da Silveira para a Comissão de Censura Cinematográfica. FARIAS, Heitor de – autor – Ministério da Educação e Saúde Pública (Brasil). Diretoria Geral do Expediente – diretor-geral PINTO, Edgar Roquete – destinatário – Comissão de Censura Cinematográfica – presidente
1.3 Data(s)	Rio de Janeiro, Distrito Federal 26/4/1932 (produção)
1.4 Nível de descrição	
1.5 Dimensão e suporte	Textual sem especificação 1 p. dat.

2 Área de contextualização

2.1 Nome(s) do(s) produtor(es)

2.2 História administrativa/ Biografia

2.3 História arquivística

2.4 Procedência

3 Área de conteúdo e estrutura

3.1 Âmbito e conteúdo

3.2 Avaliação, eliminação
e temporalidade

3.3 Incorporações

3.4 Sistema de arranjo

4 Área de condições de acesso e uso

4.1 Condições de acesso

4.2 Condições de reprodução

4.3 Idioma

4.4 Características físicas
e requisitos técnicos

4.5 Instrumentos de pesquisa

5 Área de fontes relacionadas

5.1 Existência e localização
dos originais

5.2 Existência e localização
de cópias

5.3 Unidades de descrição
relacionadas

5.4 Nota sobre publicação

6 Área de notas

6.1 Notas sobre conservação

6.2 Notas gerais

7 Área de controle da descrição

7.1 Nota do arquivista

7.2 Regras ou convenções

7.3 Data(s) da(s)
descrição(ões)

8 Área de pontos de acesso e indexação de assuntos

8.1 Pontos de acesso
e indexação de assuntos

LEBÉIS, Carlos de Magalhães – nomeação
SERRANO, Jônatas – nomeação
SILVEIRA, Roberto das Trinas da – nomeação
Cinema–restrições

Exemplo 3 – Floriano Peixoto – Arquivo Nacional (Brasil)

NÍVEL FUNDO

1 Área de identificação

1.1 Código de referência	BR AN,RIO Q6
1.2 Título	Floriano Peixoto
1.3 Data(s)	1887-1895 (produção)
1.4 Nível de descrição	Fundo (1)
1.5 Dimensão e suporte	Documento(s) cartográfico(s): mapa(s): 1 item(ns) Documento(s) iconográfico(s): fotografia(s): 3 item(ns) Documento(s) textual(ais): textual(ais): 7.7 metro(s) Documento(s) tridimensional(ais): baú de bronze: 1 item(ns)

2 Área de contextualização

2.1 Nome(s) do(s) produtor(es)	Peixoto, Floriano Vieira (1839-1895)
2.2 História administrativa/ Biografia	Floriano Vieira Peixoto nasceu na cidade de Ipioca, em Alagoas, atual Floriano Peixoto, a 30/4/1839 e faleceu a 29/6/1895. Filho de Manoel Vieira de Araújo Peixoto e Joaquina de Albuquerque Peixoto, foi criado, desde o nascimento, pelo tio, coronel José Vieira de Araújo Peixoto. Estudou em Alagoas e em 1855 foi para o Rio de Janeiro completar sua educação, matriculando-se no Colégio São Pedro de Alcântara. Sua vida militar teve início em 1857, quando assentou praça. Ingressou na Escola Militar em 1861, e em 1863 foi promovido a primeiro-tenente. Foi coronel, posto obtido devido à sua atuação na Guerra do Paraguai, comandante de batalhões de artilharia no Amazonas e Alagoas, diretor do Arsenal de Guerra em Pernambuco (1878-1881), governador da província de Mato Grosso (1884) e marechal-de-campo (1889). Participou do primeiro governo provisório da República, assumindo a pasta da Guerra (1889). Em 25/2/1891 venceu as eleições para vice-presidente no governo do marechal Deodoro da Fonseca e, após a renúncia deste, assumiu a presidência (23/11/1891). Em seu governo enfrentou, com o apoio do Exército, a Revolução Federalista no Rio Grande do Sul (1893) e a Revolta da Armada (1893).

2.3 História arquivística

Após o falecimento do marechal Floriano Peixoto, em 29 de junho de 1895, Francisco Furquim Werneck de Almeida, prefeito do então Distrito Federal, por decreto legislativo de 14/12/1895, determinou que os documentos do arquivo Floriano Peixoto, que estavam na residência da viúva do titular, fossem arrolados para serem publicados na Revista do Arquivo Municipal, formando-se, para isso, a comissão composta por Alexandre José de Melo Morais Filho, Fernando Luís Osório, José Medeiros e Albuquerque, José Américo de Matos, Júlio Henrique do Carmo e Artur Vieira Peixoto. O trabalho de separação e arrolamento dos documentos foi concluído em janeiro de 1898, porém, o projeto de publicação foi suspenso e a comissão dissolvida. Artur Vieira Peixoto, cunhado do titular, fez inúmeras tentativas para preservar e divulgar o acervo e, em 1917, solicitou a Nilo Peçanha autorização para que este fosse depositado no Ministério das Relações Exteriores. Em 1925 é publicado *Floriano Peixoto: vida e obra*, de autoria de Francolino Cameu e Artur Vieira Peixoto. Nos anos de 1931, 1933, 1935 e 1937, novas tentativas, sem êxito, são feitas para organização e publicação do acervo. Em 1939, o Ministério da Educação edita, em seis volumes, *Floriano: memória e documentos*.

Em 1937 o Ministério das Relações Exteriores envia ao Arquivo Nacional a documentação e em 1988 uma pequena parcela é doada à instituição.

No Arquivo Nacional, não se tem notícia do tratamento técnico dado à documentação até final da década de 1980, quando foi organizada de forma sumária. O arranjo dividiu o acervo em dois grandes grupos, Governo Legal e Governo Revoltoso, criando dentro destes as seguintes séries: Correspondência, Administração, Impressos, Fotografias, Diversos e Peça de Museu. Dentro da série Correspondência os telegramas foram agrupados por cronologia e por estado da federação. Apesar de existir uma organização mínima, o acesso às informações não era ágil e satisfatório. Em 2001, o Arquivo Nacional, no âmbito do projeto de Preservação dos Acervos Documentais Privados dos Presidentes da República, do Programa Brasil Patrimônio Cultural, do Ministério da Cultura, recebeu verba para reorganização deste fundo, o que foi realizado, nos moldes da ISAD(G), de 2001 a 2003.

2.4 Procedência

Doação Ministério das Relações Exteriores (Brasil) – 1937
Doação Raposo, Ernesto Medeiros – 1988

3 Área de conteúdo e estrutura

3.1 Âmbito e conteúdo	Correspondência administrativa e diplomática de governadores e comandantes regionais sobre conflitos locais por todo o Brasil, documentos diversos referentes a problemas com as vias de comunicação marítimas e fluviais, ferrovias, telégrafos e segurança nas fronteiras, conflitos como a Revolução Federalista e Revolta da Armada. Documentos pessoais, formais de partilha, retratos e álbuns fotográficos com vistas do Rio de Janeiro, eventos ocorridos na Revolta da Armada, como a destruição do navio Aquidabã.
3.2 Avaliação, eliminação e temporalidade	
3.3 Incorporações	
3.4 Sistema de arranjo	O acervo está organizado em cinco seções: Governo Legal, Revoltosos, Documentos Pessoais, Documentos Complementares e Produção Intelectual. Dentro destas está dividido em séries e subséries.

4 Área de condições de acesso e uso

4.1 Condições de acesso	Acessível somente por microfilme
4.2 Condições de reprodução	
4.3 Idioma	Português, inglês, espanhol, francês, italiano e latim
4.4 Características físicas e requisitos técnicos	
4.5 Instrumentos de pesquisa	ARQUIVO NACIONAL. *Catálogo dos documentos iconográficos dos fundos privados*. Rio de Janeiro: O Arquivo, 1998. 291 p. ARQUIVO NACIONAL. *Inventário do fundo Floriano Peixoto*. Rio de Janeiro: O Arquivo, 2002. 250 p.

5 Área de fontes relacionadas

5.1 Existência e localização dos originais	
5.2 Existência e localização de cópias	
5.3 Unidades de descrição relacionadas	Arquivo Histórico do Itamaraty, Rio de Janeiro, Coleção Floriano Peixoto.
5.4 Nota sobre publicação	MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. *Floriano*: memória e documentos. Organização de Artur Vieira Peixoto. Imprensa Nacional, 1939. 6 volumes.

6 Área de notas

6.1 Notas sobre conservação — Bom

6.2 Notas gerais

7 Área de controle da descrição

7.1 Nota do arquivista — Trabalhos de arranjo e descrição realizados por equipe contratada de dez pessoas, entre arquivistas, auxiliares de pesquisa e um digitador, sob a supervisão da Equipe de Documentos Privados.

7.2 Regras ou convenções — CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS. *ISAD(G)*: norma geral internacional de descrição arquivística, adotada pelo Comitê de Normas de Descrição, Estocolmo, Suécia, 19-22 de setembro de 1999. 2. ed. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2001. 119 p. (Publicações técnicas, n. 49)
Descrição Multinível Integrada.

7.3 Data(s) da(s) descrição(ões)

8 Área de pontos de acesso e indexação de assuntos

8.1 Pontos de acesso e indexação de assuntos

NÍVEL SEÇÃO

1 Área de identificação

1.1 Código de referência — BR AN,RIO Q6.LEG.

1.2 Título — Governo Legal

1.3 Data(s) — 1887-1895 (produção)

1.4 Nível de descrição — seção (2)

1.5 Dimensão e suporte — 4,34 metros (1.111 dossiês)

2 Área de contextualização

2.1 Nome(s) do(s) produtor(es)

2.2 História administrativa/ Biografia

2.3 História arquivística — Documentos produzidos e acumulados pelo titular, no período em que exerceu a presidência da República.

2.4 Procedência

3 Área de conteúdo e estrutura

3.1 Âmbito e conteúdo	Correspondência administrativa de governadores e comandantes regionais sobre conflitos locais por todo o Brasil, meios de transporte e colonos imigrantes. Correspondência diplomática com a comissão delegada para a compra de navios de guerra, armamentos e munições na Europa e Estados Unidos da América. Processos, mensagens, relatórios, memórias, manifestos, estudos, pareceres, protocolos e livros referentes a problemas com as vias de comunicação marítimas e fluviais, ferrovias, telégrafos e segurança nas fronteiras.
3.2 Avaliação, eliminação e temporalidade	
3.3 Incorporações	
3.4 Sistema de arranjo	Está dividida em três séries, Correspondência, Administração e Impressos, e dentro destas em subséries.

4 Área de condições de acesso e uso

4.1 Condições de acesso	Acessível somente por microfilme
4.2 Condições de reprodução	
4.3 Idioma	Inglês e português, alemão, latim, francês, espanhol e italiano
4.4 Características físicas e requisitos técnicos	
4.5 Instrumentos de pesquisa	

5 Área de fontes relacionadas

5.1 Existência e localização dos originais	
5.2 Existência e localização de cópias	
5.3 Unidades de descrição relacionadas	
5.4 Nota sobre publicação	

6 Área de notas

6.1 Notas sobre conservação	
6.2 Notas gerais	

7 Área de controle da descrição

7.1 Nota do arquivista

7.2 Regras ou convenções

7.3 Data(s) da(s) descrição(ões)

8 Área de pontos de acesso e indexação de assuntos

8.1 Pontos de acesso e indexação de assuntos

NÍVEL SÉRIE

1 Área de identificação

1.1 Código de referência	BR AN,RIO Q6.LEG.ADM
1.2 Título	Administração
1.3 Data(s)	1887-1895 (produção)
1.4 Nível de descrição	série (3)
1.5 Dimensão e suporte	0,56 metros (157 dossiês)

2 Área de contextualização

2.1 Nome(s) do(s) produtor(es)

2.2 História administrativa/ Biografia

2.3 História arquivística — A estrutura administrativa do governo Floriano Peixoto serviu como base para agrupar os documentos que compõem esta série. Constam também documentos que foram produzidos pela Comissão Encarregada do Arrolamento e Discriminação dos Papéis Relativos à Revolta, que apreendeu documentos após o fim da Revolução Federalista e da Revolta da Armada.

2.4 Procedência

3 Área de conteúdo e estrutura

3.1 Âmbito e conteúdo — Correspondência sobre conflitos locais por todo o Brasil, transporte, colonização e compra de equipamento bélico. Processos, mensagens, relatórios, memórias, manifestos, estudos, pareceres, protocolos e livros referentes a problemas com as vias de comunicação marítimas e fluviais, ferrovias, telégrafos e segurança nas fronteiras.

3.2 Avaliação, eliminação e temporalidade	
3.3 Incorporações	
3.4 Sistema de arranjo	Possui as seguintes subséries: Executivo, Ministério da Justiça, Ministério da Fazenda, Ministério da Marinha, Ministério da Guerra, Ministério da Indústria, Viação e Obras Públicas, Ministério do Exterior, Comissão Encarregada do Arrolamento e Discriminação dos Papéis relativos à Revolta. Dentro destas, os documentos estão ordenados cronologicamente.

4 Área de condições de acesso e uso

4.1 Condições de acesso	Acessível somente por microfilme
4.2 Condições de reprodução	
4.3 Idioma	Inglês, português, alemão, espanhol
4.4 Características físicas e requisitos técnicos	
4.5 Instrumentos de pesquisa	

5 Área de fontes relacionadas

5.1 Existência e localização dos originais	
5.2 Existência e localização de cópias	
5.3 Unidades de descrição relacionadas	
5.4 Nota sobre publicação	

6 Área de notas

6.1 Notas sobre conservação	
6.2 Notas gerais	

7 Área de controle da descrição

7.1 Nota do arquivista	
7.2 Regras ou convenções	
7.3 Data(s) da(s) descrição(ões)	

8 Área de pontos de acesso e indexação de assuntos

8.1 Pontos de acesso
e indexação de assuntos

NÍVEL SUBSÉRIE

1 Área de identificação

1.1 Código de referência	BR AN,RIO Q6.LEG.ADM,MGU
1.2 Título	Ministério da Guerra
1.3 Data(s)	1888-1894 (produção)
1.4 Nível de descrição	subsérie (3,5)
1.5 Dimensão e suporte	0,42 metros (72 dossiês)

2 Área de contextualização

2.1 Nome(s) do(s) produtor(es)

2.2 História administrativa/
Biografia

2.3 História arquivística

2.4 Procedência

3 Área de conteúdo e estrutura

3.1 Âmbito e conteúdo	Documentos referentes às atividades administrativas e políticas do Ministério da Guerra com relação a conflitos locais por todo o Brasil, entre os quais as revoltas Federalista e da Armada, meios de transporte e colonos imigrantes. Correspondência diplomática com a comissão delegada para a compra de navios de guerra, armamentos e munições na Europa e Estados Unidos da América. Processos, mensagens, relatórios, memórias, manifestos, estudos, pareceres, protocolos e livros referentes a problemas com as vias de comunicação marítimas e fluviais, ferrovias, telégrafos e segurança nas fronteiras, presos políticos e fortificações.
3.2 Avaliação, eliminação e temporalidade	
3.3 Incorporações	
3.4 Sistema de arranjo	Documentos reunidos em dossiês temáticos, e ordenados cronologicamente dentro destes.

4 Área de condições de acesso e uso

4.1 Condições de acesso	Acessível somente por microfilme
4.2 Condições de reprodução	
4.3 Idioma	Inglês e português
4.4 Características físicas e requisitos técnicos	
4.5 Instrumentos de pesquisa	

5 Área de fontes relacionadas

5.1 Existência e localização dos originais	
5.2 Existência e localização de cópias	
5.3 Unidades de descrição relacionadas	
5.4 Nota sobre publicação	

6 Área de notas

6.1 Notas sobre conservação	
6.2 Notas gerais	

7 Área de controle da descrição

7.1 Nota do arquivista	
7.2 Regras ou convenções	
7.3 Data(s) da(s) descrição(ões)	

8 Área de pontos de acesso e indexação de assuntos

8.1 Pontos de acesso e indexação de assuntos	

NÍVEL DOSSIÊ

1 Área de identificação

1.1 Código de referência	BR AN,RIO Q6.LEG.ADM,MGU.1032
1.2 Título	Minuta [de decreto] regulamentando aplicação de leis militares e julgamento em conselhos de guerra dos crimes cometidos por integrantes das tropas legais; relações nominais, de presos políticos, de oficiais considerados desertores e dos que se destacaram durante o cerco da Lapa;

	ofício informando teor de telegrama em anexo, que trata da insubordinação de oficial do exército. Autor: João da Silva Torres Autor: João Gonçalves Duarte, almirante Destinatário: Bibiano Sérgio Macedo da Fontoura Costallat, ministro da Guerra Destinatário: Floriano Vieira Peixoto, presidente da República
1.3 Data(s)	Data tópica: Rio de Janeiro – RJ Data crônica: 25/12/1893-13/8/1894 (produção)
1.4 Nível de descrição	Dossiê (4)
1.5 Dimensão e suporte	7 itens; 14 f.; 13 p.

2 Área de contextualização

2.1 Nome(s) do(s) produtor(es)	
2.2 História administrativa/ Biografia	
2.3 História arquivística	
2.4 Procedência	

3 Área de conteúdo e estrutura

3.1 Âmbito e conteúdo	
3.2 Avaliação, eliminação e temporalidade	
3.3 Incorporações	
3.4 Sistema de arranjo	

4 Área de condições de acesso e uso

4.1 Condições de acesso	Acessível somente por microfilme
4.2 Condições de reprodução	
4.3 Idioma	
4.4 Características físicas e requisitos técnicos	
4.5 Instrumentos de pesquisa	

5 Área de fontes relacionadas

5.1 Existência e localização dos originais	
5.2 Existência e localização de cópias	Microfilme: 132-2002

5.3 Unidades de descrição relacionadas

5.4 Nota sobre publicação

6 Área de notas

6.1 Notas sobre conservação

6.2 Notas gerais

7 Área de controle da descrição

7.1 Nota do arquivista

7.2 Regras ou convenções

7.3 Data(s) da(s) descrição(ões)

8 Área de pontos de acesso e indexação de assuntos

8.1 Pontos de acesso e indexação de assuntos	Revolta da Armada, 1893-1895 Revolução Federalista, 1893-1895 Preso político Perseguição política Crime de guerra Cerco da Lapa, Paraná, 1894

NÍVEL ITEM

1 Área de identificação

1.1 Código de referência	BR AN,RIO Q6.LEG.ADM,MGU.1032/3
1.2 Título	Relação nominal dos presos políticos recolhidos à Fortaleza da Conceição, Niterói, por ordem do ministro da Guerra. Autor: Otávio Gonçalves da Silva Destinatário: Bibiano Sérgio Macedo da Fontoura Costallat ministro da Guerra
1.3 Data(s)	Local: [Rio de Janeiro – RJ] Data: 9/3/1894
1.4 Nível de descrição	item (5)
1.5 Dimensão e suporte	3 f.; 3 p. ms./avulso

2 Área de contextualização

2.1 Nome(s) do(s) produtor(es)

2.2 História administrativa/ Biografia

2.3 História arquivística

2.4 Procedência

3 Área de conteúdo e estrutura

3.1 Âmbito e conteúdo

3.2 Avaliação, eliminação
e temporalidade

3.3 Incorporações

3.4 Sistema de arranjo

4 Área de condições de acesso e uso

4.1 Condições de acesso — Acessível somente por microfilme

4.2 Condições de reprodução

4.3 Idioma

4.4 Características físicas
e requisitos técnicos

4.5 Instrumentos de pesquisa

5 Área de fontes relacionadas

5.1 Existência e localização
dos originais

5.2 Existência e localização
de cópias — Microfilme: 132-2002

5.3 Unidades de descrição
relacionadas

5.4 Nota sobre publicação

6 Área de notas

6.1 Notas sobre conservação

6.2 Notas gerais

7 Área de controle da descrição

7.1 Nota do arquivista

7.2 Regras ou convenções

7.3 Data(s) da(s)
descrição(ões)

8 Área de pontos de acesso e indexação de assuntos

8.1 Pontos de acesso
e indexação de assuntos — Preso político
Crime de guerra
Fortaleza da Conceição, Rio de Janeiro

Exemplo 4 – José Feio – Museu Nacional (Brasil)

NÍVEL FUNDO

1 Área de identificação

1.1 Código de referência	BR MN JF
1.2 Título	José Feio
1.3 Data(s)	Data tópica Data(s) crônica(s) 1898-1973 (produção) 1779-1973 (assunto)
1.4 Nível de descrição	fundo (nd 1)
1.5 Dimensão e suporte	textual sem especificação 5,50m

2 Área de contextualização

2.1 Nome(s) do(s) produtor(es)	Feio, José Lacerda de Araújo, 1912-1973; Leitão Júnior, Cândido Firmino de Melo, 1886-1948; Moreira, Carlos, 1869-1946
2.2 História administrativa/ Biografia	José Lacerda de Araújo Feio, zoólogo do Museu Nacional, nasceu e morreu no Rio de Janeiro n. 1912-04-21 / m. 1973-09-19 Ver registro de autoridade em CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS. *ISAAR(CPF)*: Norma internacional de registro de autoridade arquivística para entidades coletivas, pessoas e famílias. 2. ed. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2004. p. 92-96. Carlos Moreira, naturalista-entomólogo do Museu Nacional, natural do Rio de Janeiro, foi chefe do Laboratório de Entomologia do Museu Nacional. Ingressou na Instituição como ajudante-desenhista (1888). Foi preparador (1889), bibliotecário interino (1894), naturalista-ajudante (1895), subdiretor da 1ª Seção (Zoologia) (1896) e diretor interino na gestão Bruno Lobo (entre 1916 e 1918). Cândido Firmino de Melo Leitão Júnior, natural da Paraíba do Norte (atual Campina Grande), foi professor da 3ª Seção do Museu Nacional (Zoologia) (1931), naturalista (1937). Nomeado professor da Escola Nacional de Agronomia (1937), desligou-se do Museu Nacional.
2.3 História arquivística	Classificação: fundo Natureza jurídica: privada Concomitantemente às atividades desenvolvidas pelo titular, o seu acervo foi reunido naturalmente, no próprio Mu-

seu Nacional, sendo mantido sob a custódia da instituição após o seu falecimento.
Deslocado fisicamente várias vezes, em 2001 achava-se sob a guarda da equipe do Projeto Memória do Museu Nacional. Em 2002, passou à guarda exclusiva da Seção de Memória e Arquivo do Museu Nacional.
José Feio preservou, integrando o seu arquivo, documentos que correspondem a remanescentes dos arquivos de Cândido Firmino de Melo Leitão Júnior e de Carlos Moreira, antecessores do titular no seu campo de estudo específico – a zoologia. Esses documentos permanecem integrando o arquivo, por se ter julgado herança natural e legítima, devido à afinidade científica em termos de objeto de estudo, procurando-se recuperá-la como tal por instrumentos.

2.4 Procedência

3 Área de conteúdo e estrutura

3.1 Âmbito e conteúdo

Pesquisas, projetos, conferências, palestras, roteiros de exposições, relatórios, correspondência relacionados à história da Quinta da Boa Vista, do Palácio de São Cristóvão e do Museu Nacional e a temas ligados à sua trajetória como naturalista e zoológo (protozoários e aracnídeos, por exemplo) e como membro de associações científicas e culturais (Associação dos Geográficos Brasileiros, Organização Nacional do Conselho Internacional de Museus – ONICOM, entre outras), incluindo material referente a cursos ministrados no campo da museologia, à organização e participação em congressos e seminários (de museologia e geografia, por exemplo) e a excursões científicas pelo Brasil.

3.2 Avaliação, eliminação e temporalidade

3.3 Incorporações

3.4 Sistema de arranjo

A organização respeitou a configuração temática original dos dossiês, inclusive os projetos de álbuns iconográficos sobre o Museu Nacional, corrigindo ou, eventualmente, inserindo documentos encontrados fora do lugar.
Séries: Associação dos Geógrafos Brasileiros (GE), Documentos Pessoais (DP), Museu Nacional (MN), ONICOM (ON).

4 Área de condições de acesso e uso

4.1 Condições de acesso

Sem restrição, embora se dê preferência a que parte do material iconográfico seja consultado por acesso *on-line* ou por cd-rom, disponíveis no local.

4.2 Condições de reprodução	Sem restrição, mediante autorização e compromisso de crédito
4.3 Idioma	Alemão, espanhol, francês, inglês, português
4.4 Características físicas e requisitos técnicos	
4.5 Instrumentos de pesquisa	Museu Nacional (Brasil). Seção de Memória e Arquivo. *José Feio*: inventário. Rio de Janeiro, 2002-2005. Disponível *on-line* no local.

5 Área de fontes relacionadas

5.1 Existência e localização dos originais	
5.2 Existência e localização de cópias	
5.3 Unidades de descrição relacionadas	Entidade custodiadora: Museu Nacional (Brasil) Seção de Memória e Arquivo Localização: Rio de Janeiro Fundo/coleção: Museu Nacional (Brasil) Código de referência: BR MN MN
5.4 Nota sobre publicação	

6 Área de notas

6.1 Notas sobre conservação	
6.2 Notas gerais	

7 Área de controle da descrição

7.1 Nota do arquivista	Organização e descrição: Silvia Ninita de Moura Estevão
7.2 Regras ou convenções	
7.3 Data(s) da(s) descrição(ões)	2001-02 última atualização 2005

8 Área de pontos de acesso e indexação de assuntos

8.1 Pontos de acesso e indexação de assuntos	Feio, José Lacerda de Araújo – biografias e obra; Quinta da Boa Vista – Rio de Janeiro; Palácio de São Cristóvão – Rio de Janeiro; Conselho Internacional de Museus (Brasil); Brasil – viagens científicas; Museu Nacional (Brasil) – história; Zoologia – Brasil; Museologia – estudo e ensino

NÍVEL SÉRIE

1 Área de identificação

1.1 Código de referência	BR MN JF.0.MN
1.2 Título	Museu Nacional
1.3 Data(s)	Data(s) crônica(s) 1898-1973 (produção) 1779-1973 (assunto)
1.4 Nível de descrição	série (nd 3)
1.5 Dimensão e suporte	textual sem especificação 2m = 334 dossiês

2 Área de contextualização

2.1 Nome(s) do(s) produtor(es)

2.2 História administrativa/
Biografia

2.3 História arquivística

2.4 Procedência

3 Área de conteúdo e estrutura

3.1 Âmbito e conteúdo	Documentos que refletem as principais linhas de atividade desenvolvidas pelo titular no âmbito do Museu Nacional, tanto de caráter administrativo como técnico e científico nas áreas de zoologia, botânica, educação, exposição e direção, incluindo legados de informação e de documentos de predecessores.
3.2 Avaliação, eliminação e temporalidade	
3.3 Incorporações	Algumas subséries poderão receber novos acréscimos de documentos em decorrência do processo de identificação levado a termo no âmbito do fundo Museu Nacional.
3.4 Sistema de arranjo	Subséries: Diretoria (DR), Educação (ED), Palácio de São Cristóvão e da Quinta da Boa Vista (HQ), Zoologia (ZO).

4 Área de condições de acesso e uso

4.1 Condições de acesso	Sem restrição, embora se dê preferência a que parte do material iconográfico seja consultado por acesso *on-line* ou por cd-rom, disponíveis no local.
4.2 Condições de reprodução	

4.3 Idioma	Alemão, espanhol, francês, inglês, português
4.4 Características físicas e requisitos técnicos	
4.5 Instrumentos de pesquisa	

5 Área de fontes relacionadas

5.1 Existência e localização dos originais	
5.2 Existência e localização de cópias	
5.3 Unidades de descrição relacionadas	
5.4 Nota sobre publicação	

6 Área de notas

6.1 Notas sobre conservação	
6.2 Notas gerais	

7 Área de controle da descrição

7.1 Nota do arquivista	
7.2 Regras ou convenções	
7.3 Data(s) da(s) descrição(ões)	

8 Área de pontos de acesso e indexação de assuntos

8.1 Pontos de acesso e indexação de assuntos	Museu Nacional (Brasil) – Diretoria; Feio, José Lacerda de Araújo – biografias e obra

NÍVEL SUBSÉRIE

1 Área de identificação

1.1 Código de referência	BR MN JF.0.MN,DR
1.2 Título	Diretoria
1.3 Data(s)	Data(s) crônica(s) 1898-1968 (produção)
1.4 Nível de descrição	subsérie (nd 3,5)
1.5 Dimensão e suporte	textuais sem especificação 0,84m = 109 dossiês = 746 itens textuais, 196 itens iconográficos, 4 itens cartográficos, 12 bibliográficos

2 Área de contextualização

2.1 Nome(s) do(s) produtor(es)

2.2 História administrativa/
Biografia

2.3 História arquivística

2.4 Procedência

3 Área de conteúdo e estrutura

3.1 Âmbito e conteúdo

Publicações e notícias referentes à atuação de Carlos Moreira. Artigos e notícias referentes à atuação de Cândido Firmino de Melo Leitão Júnior. Necrológios e/ou notas biográficas sobre Armando de Magalhães Correia e Paulo de Miranda Ribeiro. Notícias e matérias na imprensa sobre o Museu Nacional. Implementação de convênios, intercâmbios, patrocínios e pesquisas no âmbito do Museu Nacional. Planos de trabalho, para obtenção de recursos, de organização e reorganização administrativa, de alteração do regimento, de enquadramento funcional, de equiparação de vencimentos. Material de divulgação institucional. Realização de eventos comemorativos: aniversários do Museu Nacional, centenários de obras e/ou de personalidades científicas (Darwin, Von Martius e outros), visitantes ilustres. Instruções e normas institucionais.

3.2 Avaliação, eliminação
e temporalidade

3.3 Incorporações

3.4 Sistema de arranjo

Dossiês preservados tal como se supõe terem sido formados pelo titular, apresentados em ordem cronológica. É possível que esta ordenação sofra algum desvio com a incorporação à subsérie de novos dossiês descobertos na fase de identificação do fundo Museu Nacional.

4 Área de condições de acesso e uso

4.1 Condições de acesso

Sem restrição

4.2 Condições de reprodução

4.3 Idioma

Alemão, espanhol, francês, inglês, português

4.4 Características físicas
e requisitos técnicos

4.5 Instrumentos de pesquisa

5 Área de fontes relacionadas

5.1 Existência e localização dos originais

5.2 Existência e localização de cópias

5.3 Unidades de descrição relacionadas

Entidade custodiadora: Museu Nacional (Brasil) Seção de Memória e Arquivo
Localização: Rio de Janeiro
Fundo/coleção: Museu Nacional (Brasil)
Código de referência: BR MN MN

5.4 Nota sobre publicação

6 Área de notas

6.1 Notas sobre conservação

6.2 Notas gerais

7 Área de controle da descrição

7.1 Nota do arquivista

7.2 Regras ou convenções

7.3 Data(s) da(s) descrição(ões)

8 Área de pontos de acesso e indexação de assuntos

8.1 Pontos de acesso e indexação de assuntos

Moreira, Carlos – biografias e obra; Leitão Júnior, Cândido Firmino de Melo – biografias e obra; Correia, Armando de Magalhães – biografias e obra; Ribeiro, Paulo de Miranda - biografias e obra; Museu Nacional (Brasil) – estrutura administrativa; Museu Nacional (Brasil) – pessoal – enquadramento; Museu Nacional (Brasil) – aniversário; Museu Nacional (Brasil) – visitantes; Museu Nacional (Brasil) – regimentos

NÍVEL DOSSIÊ

1 Área de identificação

1.1 Código de referência — BR MN JF.0.MN,DR.108

1.2 Título — Imagens relacionadas à história do Museu Nacional

1.3 Data(s) — Data(s) crônica(s)
1960?-1968? (produção)
1823?-1968? (assunto)

1.4 Nível de descrição — dossiê (nd 4)

1.5 Dimensão e suporte — Iconográfico 115 itens

2 Área de contextualização

2.1 Nome(s) do(s) produtor(es)

2.2 História administrativa/ Biografia

2.3 História arquivística — Dossiê formado provavelmente em concomitância ao projeto de pesquisa sobre a história do Palácio de São Cristóvão e da Quinta da Boa Vista, preservado no seu conjunto por ocasião da organização do arquivo.

2.4 Procedência

3 Área de conteúdo e estrutura

3.1 Âmbito e conteúdo

3.2 Avaliação, eliminação e temporalidade

3.3 Incorporações

3.4 Sistema de arranjo

4 Área de condições de acesso e uso

4.1 Condições de acesso — Sem restrição, dando-se preferência ao acesso *on-line* ou por cd-rom, disponíveis no local

4.2 Condições de reprodução

4.3 Idioma

4.4 Características físicas e requisitos técnicos

4.5 Instrumentos de pesquisa

5 Área de fontes relacionadas

5.1 Existência e localização dos originais

5.2 Existência e localização de cópias — Cópia em meio eletrônico, disponível no local

5.3 Unidades de descrição relacionadas — BR MN JF.0.DR.107

5.4 Nota sobre publicação

6 Área de notas

6.1 Notas sobre conservação

6.2 Notas gerais

7 Área de controle da descrição

7.1 Nota do arquivista

7.2 Regras ou convenções

7.3 Data(s) da(s) descrição(ões)

8 Área de pontos de acesso e indexação de assuntos

8.1 Pontos de acesso e indexação de assuntos	Museu Nacional (Brasil) – iconografia; Museu Nacional (Brasil) – história

NÍVEL ITEM

1 Área de identificação

1.1 Código de referência	BR MN JF.0.MN,DR.108/49
1.2 Título	Visita de Julio Argentino Roca, ex-presidente da Argentina, ao Museu Nacional
1.3 Data(s)	Data(s) tópica(s) Rio de Janeiro Data(s) crônica(s) 28/8/1912 (produção)
1.4 Nível de descrição	item (nd 5)
1.5 Dimensão e suporte	fotografia 1 item p&b 24X30cm com moldura 11,5X16,5cm sem moldura

2 Área de contextualização

2.1 Nome(s) do(s) produtor(es)

2.2 História administrativa/ Biografia

2.3 História arquivística

2.4 Procedência

3 Área de conteúdo e estrutura

3.1 Âmbito e conteúdo

Identificados, da esquerda para a direita:
1ª linha (de frente para o fundo)
1 cel. Osbert Gramajo;
2 Lix Klett, cônsul-geral da República da Argentina;
3 gal. Julio Argentino Roca, ex-presidente da República Argentina;
4 João Batista de Lacerda, diretor do Museu Nacional;
2ª linha
5 José Alberto de Sampaio, do Museu Nacional;
6 Pedro Primavera Filho, do Museu Nacional;
7 Lastra, secretário do gal. Julio Roca;
8 não identificado;
9 Eduardo Teixeira de Siqueira, naturalista-viajante do Museu Nacional;
10 Hermílio Bourguy Macedo de Mendonça, do Museu Nacional;
11 não identificado;
12 Alberto Betim Paes Leme, do Museu Nacional;
13 Mário Gomes de Araújo?, ajudante de biblioteca do Museu Nacional;
14 não identificado;
15 Otávio da Silva Jorge, preparador da Etnografia do Museu Nacional;
16 Aurélio de Lacerda, zelador do Laboratório de Biologia do Museu Nacional, ou Teixeira Mendes, do Museu Nacional;
17 Júlio César Diogo, naturalista-viajante do Museu Nacional;
3ª linha
18 Eugenio dos Santos Rangel?, assistente do Laboratório de Fitopatologia do Museu Nacional;
19 Raul Hitto Batista, da 4ª Seção do Museu Nacional;
20 Manoel Bastos Tigre?, do Museu Nacional;
21 João Antonio de Faria Lacerda?, escriturário do Museu Nacional;
22 Jonas Moreira de Carvalho Peixoto?, praticante de zoologia do Museu Nacional;
23 Pedro Pinto Peixoto Velho?, preparador de taxidermia do Museu Nacional;
4ª linha
24 não identificado;
25 Francisco Mana, desenhista e calígrafo do Museu Nacional.

3.2 Avaliação, eliminação e temporalidade

3.3 Incorporações

3.4 Sistema de arranjo

4 Área de condições de acesso e uso

4.1 Condições de acesso	Sem restrição, embora se dê preferência a que parte do material iconográfico seja consultado por acesso *on-line* ou por cd-rom, disponíveis no local.
4.2 Condições de reprodução	
4.3 Idioma	
4.4 Características físicas e requisitos técnicos	
4.5 Instrumentos de pesquisa	

5 Área de fontes relacionadas

5.1 Existência e localização dos originais	
5.2 Existência e localização de cópias	
5.3 Unidades de descrição relacionadas	BR MN JF.0.DR,MN.108/45 BR MN JF.0.DR,MN.108/46 BR MN JF.0.DR,MN.108/47 BR MN JF.0.DR,MN.108/48 BR MN MN.DR, classe 614, Roca, Julio Argentino, 1912
5.4 Nota sobre publicação	

6 Área de notas

6 Área de notas	
6.1 Notas sobre conservação	
6.2 Notas gerais	Para identificação, foram utilizadas anotações presentes em JF.O.MN,DR.108/45 e MN,DR, classe 614, Roca, Julio Argentino, 1912.

7 Área de controle da descrição

7.1 Nota do arquivista	
7.2 Regras ou convenções	
7.3 Data(s) da(s) descrição(ões)	

8 Área de pontos de acesso e indexação de assuntos

8.1 Pontos de acesso e indexação de assuntos	Gramajo, Osbert – fotografia; Klett, Lix – fotografia; Roca, Julio Argentino – fotografia; Lacerda, João Batista de – fotografia; Sampaio, José Alberto de – fotografia; Primavera Filho, Pedro – fotografia; Lastra – fotografia; Siqueira, Eduardo Teixeira de – fotografia; Mendonça, Hermílio Bourguy Macedo de – fotografia; Leme, Alberto Betim Paes – fotografia; Araújo?, Mário Gomes de – fotografia; Jorge, Otávio da Silva – fotografia; Lacerda, Aurélio de? – fotografia; Mendes, Teixeira? – fotografia; Diogo, Júlio César – fotografia; Rangel, Eugenio dos Santos? – fotografia; Batista, Raul Hitto – fotografia; Tigre, Manoel Bastos? – fotografia; Lacerda, João Antonio? de Faria? – fotografia; Peixoto, Jonas Moreira de Carvalho? – fotografia; Velho, Pedro Pinto Peixoto? – fotografia; Mana, Francisco – fotografia.

Exemplo 5 – De Angelis – Biblioteca Nacional (Brasil)

NÍVEL FUNDO

1 Área de identificação

1.1 Código de referência	BR BN DEA
1.2 Título	De Angelis
1.3 Data(s)	1537-1849 (produção)
1.4 Nível de descrição	(1) fundo
1.5 Dimensão e suporte	textual: 1,76m; bibliográfico: 88 obras raras; iconográfico: 52 litografias; cartográfico: 95 mapas

2 Área de contextualização

2.1 Nome(s) do(s) produtor(es)	Dado não disponível
2.2 História administrativa/ Biografia	
2.3 História arquivística	Colecionador – De Angelis, Pedro Pedro de Angelis (Nápoles 1784 – Buenos Aires 1859), naturalizado argentino em 1827, foi político e bibliófilo. Participou do governo de Bernardino Rivadávia e da ditadura de Juan Manoel Rosas (1829-1852). Contribuiu significativamente com a imprensa de Buenos Aires; desenvolveu métodos de educação, fundou instituições, tendo sido, também, estudioso de idiomas indígenas. Com a queda de Rosas, abandonou Buenos Aires, refugiando-se em Montevidéu. Sua obra é marcada pela contradição de seu pensamento político, o qual, ao mesmo tempo, oscila entre a defesa de idéias liberais e a sua participação num regime ditatorial (Fonte: condensado de manuscritos da Coleção Pedro de Angelis). Intermediada por José Maria da Silva Paranhos, visconde de Rio Branco, a compra da livraria De Angelis junto ao imperador d. Pedro II, em abril de 1853, teve como base para negociação o Catálogo de impressos e manuscritos de Pedro de Angelis (*Colección de obras impresas y manuscritas que tratan principalmente del Río de la Plata*). Este catálogo foi remetido à Biblioteca Nacional em 22 de agosto de 1853, a fim de que, quando recebido, pudesse ser verificada a existência dos livros e manuscritos constantes do mesmo Catálogo, seu estado e valor parcial. Apesar da pequena discrepância entre o catálogo impresso e a coleção entregue por De

Angelis, foi-lhe passado recibo de forma absoluta e definitiva da aquisição da coleção.
Em 1855, frei Camilo de Monteserrat repetia a informação de que a coleção fora recebida, constando em sua totalidade de 4.076 obras, sem contar as 120 doadas como duplicatas ao IHGB. A Comissão nomeada para examinar os manuscritos separou os relativos aos limites e os enviou ao Ministério dos Negócios Estrangeiros. Desse modo, as falhas de livros e manuscritos, posteriormente encontradas na Coleção, são devidas às retiradas feitas pelo próprio De Angelis e aquelas para envio à Secretaria de Negócios Estrangeiros.

2.4 Procedência — Coleção comprada pela Biblioteca Nacional em 1853

3 Área de conteúdo e estrutura

3.1 Âmbito e conteúdo — Reúne documentos relativos, em sua maioria, à História da América, tendo como principais assuntos: questões sobre fronteiras, penetração portuguesa em áreas hispano-americanas, relações entre bandeirantes e jesuítas. Muitos documentos são oriundos da Companhia de Jesus e da Província Jesuítica do Paraguai.

3.2 Avaliação, eliminação e temporalidade

3.3 Incorporações

3.4 Sistema de arranjo — A coleção encontra-se organizada em quatro séries tipológicas, Bibliográficos, Cartográficos, Iconográficos, Manuscritos, esta última dividida em duas subséries, avulsos e códices.

4.1 Condições de acesso — Documentos manuscritos acessíveis somente por microfilme; documentos cartográficos acessíveis em originais e formato digital; documentos bibliográficos acessíveis em originais e por microfilme.

4.2 Condições de reprodução — A Fundação Biblioteca Nacional só autoriza a reprodução integral de obras que estejam em domínio público e a reprodução parcial daquelas que, embora protegidas pela Lei do Direito Autoral (Lei 9610/98), não estejam mais disponíveis para compra no mercado livreiro – neste caso, a reprodução é condicionada ao compromisso do usuário de fazer uso estritamente pessoal e de pesquisa. Caberá ao usuário a obtenção da autorização, junto aos detentores dos direitos, para quaisquer fins comerciais. Para fins de autorização de consulta ou re-

produção de qualquer natureza, todas as obras serão previamente avaliadas quanto ao estado geral de conservação física. Cópias *xerox* não são permitidas. Reproduções serão fornecidas, preferencialmente, a partir de microfilme ou negativo fotográfico preto e branco. Caso a obra desejada já esteja reproduzida, a cópia a ser fornecida deverá obrigatoriamente ser produzida a partir da matriz já existente. Se a obra não estiver reproduzida, o serviço deverá ser solicitado através de formulário próprio a ser submetido à análise da área de guarda, com prazo de resposta de até cinco dias úteis.

4.3 Idioma — Espanhol

4.4 Características físicas e requisitos técnicos

4.5 Instrumentos de pesquisa — ANGELIS, Pedro de (org.). *Colección de obras y documentos relativos à la historia antigua y moderna de las províncias del Rio de la Plata.* Buenos Aires: Libreria Nacional de J. Lajouane, 1910. 5 v.

FARIAS, Maria Dulce de. Preciosidades do acervo: O mapa das missões de Mojos e Chiquitos. *Anais da Biblioteca Nacional*. Rio de Janeiro, v. 118, p. 317-325, 1998.

COLECCIÓN de obras impressas y manuscritas, que tratam principalmente del Rio de la Plata formada por Pedro de Angelis. Buenos Aires, 1853. 232 p.

5 Área de fontes relacionadas

5.1 Existência e localização dos originais

5.2 Existência e localização de cópias — Manuscritos microfilmados em MS-508 (1-45) e MS-440; bibliográficos microfilmados em OR-311(1).

5.3 Unidades de descrição relacionadas — Ver também as Coleções: América do Sul (1784-1832); Bolívia (1768-1810); Chaco (1748-1809); Chile (1814-1835); Decimal (1513-1987); Europa (1715-1888); Ilhas Malvinas (1767-1768); Limites do Brasil (1742-1904); México (1763-1797); Missões Espanholas na América (1613-1818); Paraguai (1583-1911); Patagônia (1752-1833); Províncias do Rio da Prata (1514-1879) e República Argentina (1766-1851).

5.4 Nota sobre publicação — BIBLIOTECA NACIONAL (Brasil). *Antecedentes do Tratado de Madri*: jesuítas e bandeirantes no Paraguai (1703-1751) / introdução, notas e sumário por Jaime Cortesão. Rio de Janeiro, 1955. 328 p. (Manuscritos da Coleção De Angelis, 5)

DAMASCENO, Darcy; CUNHA, Lígia. Fontes primárias da história na Seção de Manuscritos da Biblioteca Nacional. *Anais da Biblioteca Nacional*. São Paulo, v. 11, 1974. p. 24.
ANAIS DA BIBLIOTECA NACIONAL. Rio de Janeiro, v. 88, 1970. p. 33-188.

6 Área de notas

6.1 Notas sobre conservação — Mapas – alguns restaurados e digitalizados, outros necessitando de restauração
Demais documentos – em bom estado

6.2 Notas gerais

7 Área de controle da descrição

7.1 Nota do arquivista

7.2 Regras ou convenções — Documentos bibliográficos e cartográficos: AACR2

7.3 Data(s) da(s) descrição(ões) — 2005

8 Área de pontos de acesso e indexação de assuntos

8.1 Pontos de acesso e indexação de assuntos — descritores
Plata, Rio de la (Argentina e Uruguai) – fronteiras; América – descrições e viagens; América – história; América – Política econômica; Legislação; Direito público; Filosofia e arte; Missões; Índios Mojo; Biografias; Índios da América do Sul; Rios da América do Sul.

NÍVEL SÉRIE

1 Área de identificação

1.1 Código de referência — BR BN DEA MSS

1.2 Título — Manuscritos

1.3 Data(s) — 1537-1844 (produção)

1.4 Nível de descrição — (3) série

1.5 Dimensão e suporte — Textuais 1,76m, 1.300 itens

2 Área de contextualização

2.1 Nome(s) do(s) produtor(es)

2.2 História administrativa/ Biografia

2.3 História arquivística

2.4 Procedência

3 Área de conteúdo e estrutura

3.1 Âmbito e conteúdo — Reúne documentos relativos, em sua maioria, à História da América, tendo como principais assuntos: questões sobre fronteiras, penetração portuguesa em áreas hispano-americanas, relações entre bandeirantes e jesuítas. Muitos documentos são oriundos da Companhia de Jesus e da Província Jesuítica do Paraguai.

3.2 Avaliação, eliminação e temporalidade

3.3 Incorporações

3.4 Sistema de arranjo — A série encontra-se organizada em duas subséries: avulsos e códices.

4 Área de condições de acesso e uso

4.1 Condições de acesso — Documentos acessíveis somente por microfilme

4.2 Condições de reprodução

4.3 Idioma

4.4 Características físicas e requisitos técnicos

4.5 Instrumentos de pesquisa

5 Área de fontes relacionadas

5.1 Existência e localização dos originais

5.2 Existência e localização de cópias

5.3 Unidades de descrição relacionadas

5.4 Nota sobre publicação

6 Área de notas

6.1 Notas sobre conservação

6.2 Notas gerais

7 Área de controle da descrição

7.1 Nota do arquivista

7.2 Regras ou convenções

7.3 Data(s) da(s) descrição(ões)

8 Área de pontos de acesso e indexação de assuntos

8.1 Pontos de acesso e indexação de assuntos	descritores Plata, Rio de la (Argentina e Uruguai) – fronteiras; América – descrições e viagens; América – história; América – Política econômica; Legislação; Direito público; Filosofia e arte; Missões; Índios Mojo; Biografias; Índios da América do Sul; Rios da América do Sul.

NÍVEL SUBSÉRIE

1 Área de identificação

1.1 Código de referência	BR BN DEA MSS CD
1.2 Título	Códices
1.3 Data(s)	1612-1838 (produção)
1.4 Nível de descrição	(3) série
1.5 Dimensão e suporte	textuais: 8 códices manuscritos – 0,93m

2 Área de contextualização

2.1 Nome(s) do(s) produtor(es)	Vice-Reinado do Peru Vice-Reinado de Buenos Aires
2.2 História administrativa/ Biografia	
2.3 História arquivística	
2.4 Procedência	

3 Área de conteúdo e estrutura

3.1 Âmbito e conteúdo	Registros militares e eclesiásticos da província de Buenos Aires, relatos sobre a conquista do rio da Prata, descrições de métodos científicos de medição de pressão, manifestos de independência de províncias espanholas, informes sobre arrecadação e administração de lavouras de tabaco na Argentina.
3.2 Avaliação, eliminação e temporalidade	
3.3 Incorporações	
3.4 Sistema de arranjo	Ordem cronológica

4 Área de condições de acesso e uso

4.1 Condições de acesso	Documentos acessíveis somente por microfilme
4.2 Condições de reprodução	
4.3 Idioma	
4.4 Características físicas e requisitos técnicos	
4.5 Instrumentos de pesquisa	Inventário eletrônico

5 Área de fontes relacionadas

5.1 Existência e localização dos originais	
5.2 Existência e localização de cópias	
5.3 Unidades de descrição relacionadas	
5.4 Nota sobre publicação	

6 Área de notas

6.1 Notas sobre conservação	
6.2 Notas gerais	

7 Área de controle da descrição

7.1 Nota do arquivista	
7.2 Regras ou convenções	
7.3 Data(s) da(s) descrição(ões)	

8 Área de pontos de acesso e indexação de assuntos

8.1 Pontos de acesso e indexação de assuntos	descritores América – história; América – política econômica; Legislação; Direito público.

Nível dossiê

1 Área de identificação

1.1 Código de referência	BR BN DEA MSS CD I-16,2,5
1.2 Título	Informes dos encarregados de estabelecer a Administração de tabaco nas várias províncias do Vice-Reinado de Buenos Aires

1.3 Data(s)	Data(s) tópica(s) [S.l.], Data(s) crônica(s) 1789 (produção)
1.4 Nível de descrição	(4) dossiê
1.5 Dimensão e suporte	textuais 1 doc. 246 p.

2 Área de contextualização

2.1 Nome(s) do(s) produtor(es)	Vice-Reinado de Buenos Aires
2.2 História administrativa/ Biografia	
2.3 História arquivística	
2.4 Procedência	

3 Área de conteúdo e estrutura

3.1 Âmbito e conteúdo	
3.2 Avaliação, eliminação e temporalidade	
3.3 Incorporações	
3.4 Sistema de arranjo	O códice está ordenado cronologicamente.

4 Área de condições de acesso e uso

4.1 Condições de acesso	Acessível somente por microfilme
4.2 Condições de reprodução	
4.3 Idioma	Espanhol
4.4 Características físicas e requisitos técnicos	
4.5 Instrumentos de pesquisa	

5 Área de fontes relacionadas

5.1 Existência e localização dos originais	
5.2 Existência e localização de cópias	Microfilme MS508(7) doc. 97
5.3 Unidades de descrição relacionadas	
5.4 Nota sobre publicação	Cat. De Angelis nº 97

6 Área de notas

6.1 Notas sobre conservação

6.2 Notas gerais

Consta na lombada: “Informes del Vireinato/Mss”.
Possui índice dos informes, e mapa dos estancos que existem na província de Chayanta.
Antigas localizaçöes: C.36-4; Cod. (36-4); Cod. (68-19); 46-7-39

7 Área de controle da descrição

7.1 Nota do arquivista

7.2 Regras ou convenções

7.3 Data(s) da(s) descrição(ões)

8 Área de pontos de acesso e indexação de assuntos

8.1 Pontos de acesso e indexação de assuntos

descritor
América – história

Exemplo 6 – Museu Nacional – Museu Nacional (Brasil)

NÍVEL ACERVO DA ENTIDADE CUSTODIADORA

1 Área de identificação

1.1 Código de referência	BR MN
1.2 Título	Museu Nacional
1.3 Data(s)	[385 milhões de anos?] – 2006 (produção)
1.4 Nível de descrição	(0) acervo da entidade custodiadora
1.5 Dimensão e suporte	textual: 700m; bibliográfico: 84.946 títulos – 495.486 itens; cartográfico: 1.624 títulos – 1.627 itens; iconográficos: 15.000 itens; micrográficos: 582 títulos – 594 itens; sonoros: 200 itens; tridimensional: 9.068.082 itens.

2 Área de contextualização

2.1 Nome(s) do(s) produtor(es)	Barcia Gonzáles, Baldomero, 1923- ; Becker, Johann, 1932-2004; Bernardes, Lísia Maria Cavalcanti, 1924-1991; Bernardes, Nilo, 1922-1991; Carvalho, Domingos Sérgio de, 1866-1924; Comissão de Censura Cinematográfica (Brasil), 1932-1935; Comissão Geológica do Império (Brasil), 1875-1877; Costa, Maria Heloísa Fénelon, 1927-?; Curvelo, Valter da Silva, 1915-1999; Feio, José Lacerda de Araújo, 1912-1973; Ferreira, Cândido Simões, 1912- ; Leitão Júnior, Cândido Firmino de Melo, 1886-1948; Leontzinis, Sólon, 1928-2005; Leopoldina, imperatriz, 1797-1826; Lima, Ângelo Moreira Costa, 1887-1964; Lutz, Adolfo, 1855-1940; Lutz, Berta Maria Júlia, 1894-1976; Lutz, Gualter Adolfo, 1903-1969; Martins, Emanuel de Azevedo, 1907-1985; Moreira, Carlos, 1869-1948; Museu Imperial e Nacional (Brasil), 1825-1842; Museu Nacional (Brasil), 1842- ; Museu Nacional e Imperial (Brasil), 1824-1825; Museu Real (Brasil), 1818-1824; Nimuendaju, Curt, 1883-1945; Pinto, Edgar Roquete, 1884-1954; Ribeiro, Alípio de Miranda, 1874-1939; Rodrigues, João Barbosa, 1842-1909; Rodrigues, Olímpia Barbosa, 1932-2004; Sampaio, Alberto José, 1881-1946; Seabra, Carlos Alberto Campos; Sociedade dos Amigos do Museu Nacional, 1937- ; Torres, Heloísa Alberto, 1895-1977; Vidal, José, 1901-1973; Zikan, José Francisco; e outros.
2.2 História administrativa/ Biografia	

2.3 História arquivística

2.4 Procedência

3 Área de conteúdo e estrutura

3.1 Âmbito e conteúdo

Acervo museográfico: exsicatas, fósseis, ossadas, múmias, minerais, meteoritos, espécimes zoológicos, objetos, artefatos e equipamentos de tribos indígenas e de diversos campos do conhecimento – antropologia biológica e social, arqueologia, botânica, etnologia, etnografia, lingüística, geologia, paleontologia e zoologia. Material sonoro sobre línguas indígenas.

Acervo bibliográfico: obras raras, in-folios, mapas, publicações, periódicos e teses sobre ciências naturais e antropológicas (antropologia biológica, antropologia social, arqueologia, botânica, etnologia, filosofia, geologia, história, lingüística, paleontologia, sociologia, viagens e expedições científicas, zoologia).

Acervo arquivístico: arquivo institucional (geral, departamentos e projetos) e arquivos e coleções de cientistas.

3.2 Avaliação, eliminação e temporalidade

3.3 Incorporações

3.4 Sistema de arranjo

4 Área de condições de acesso e uso

4.1 Condições de acesso

Com restrições: estado de conservação; necessidade de autorização; necessidade de organização; em tratamento técnico; necessidade de prévio aviso; necessidade de titulação ou vinculação acadêmica institucional do usuário.

4.2 Condições de reprodução

4.3 Idioma

4.4 Características físicas e requisitos técnicos

4.5 Instrumentos de pesquisa

5 Área de fontes relacionadas

5.1 Existência e localização dos originais

5.2 Existência e localização de cópias

5.3 Unidades de descrição relacionadas

5.4 Nota sobre publicação

6 Área de notas

6.1 Notas sobre conservação

6.2 Notas gerais

7 Área de controle da descrição

7.1 Nota do arquivista

Bibliografia utilizada

CARRAZZONI, Maria Elisa (Coord.). *Guia dos museus do Brasil*. 2. ed. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura: AGGS – Indústrias Gráficas, 1978. p. 50-86 (Guias culturais brasileiros, 1).

GUIA de bibliotecas de instituições brasileiras de ensino superior / Universidade Federal do Rio de Janeiro, Sistema de Bibliotecas e Informação, Centro Referencial; Federação Brasileira das Associações de Bibliotecários / Comissão Brasileira de Bibliotecas Universitárias. Rio de Janeiro: SIBI/CR, 1994. 2 v.

GUIA dos museus da cidade do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Agir, 1994. 100 p.

MUSEU NACIONAL (BRASIL). *Relatório anual*. Rio de Janeiro: Museu Nacional, 2000. 98 p.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. Comissão de Patrimônio Cultural. *Guia de museus brasileiros*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo; Imprensa Oficial do Estado, 2000. 499 p.

_____. Pró-Reitoria de Cultura e Extensão Universitária. Comissão de Patrimônio Cultural. *Guia de museus brasileiros*. / coord. por ALMEIDA, Maria Christina Barbosa de/. São Paulo, USP, 1997. 354 p.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO. Casa da Ciência – Centro Cultural de Ciência e Tecnologia. *Centros de divulgação científica*. 2. ed. Rio de Janeiro: UFRJ, 1999. 56 p.

7.2 Regras ou convenções

Descrição por Silvia Ninita de Moura Estevão e Maria José Veloso da Costa Santos

7.3 Data(s) da(s) descrição(ões)

2006-07-17

8 Área de pontos de acesso e indexação de assuntos

8.1 Pontos de acesso e indexação de assuntos

Museu Nacional (Brasil); antropologia social; antropologia biológica; arqueologia; biologia marinha; botânica; etnologia; etnografia; exposições museológicas; geologia; paleontologia; zoologia.

BIBLIOGRAFIA

ACADEMIA BRASILERIA DE LETRAS. *Vocabulário onomástico da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: A Academia, 1999.

AMERICAN LIBRARY ASSOCIATION et al. *Código de catalogação anglo-americano*. Tradução brasileira sob a responsabilidade da Comissão Brasileira de Documentação em Processos Técnicos da Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários. 2. ed. São Paulo: FEBAB, 1983-1985. 2 v.

ARAÚJO, Emanuel. *A construção do livro:* princípios da técnica de editoração. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; Brasília: Instituto Nacional do Livro, 1986. 674 p.

ARQUIVO NACIONAL. *Dicionário brasileiro de terminologia arquivística*. Rio de Janeiro: O Arquivo, 2005. (Publicações técnicas-AN, n. 51)

BONAI ZAZO, José Luís; GENERELO LANASPA, Juan José; TRAVESÍ DE DIEGO, Carlos. *Manual de descripción multinível*: propuesta de adaptación de las normas internacionales de descripción archivística. Salamanca: Junta de Castilla y Leon, 2000. 205 p.

BUREAU OF CANADIAN ARCHIVISTS. Planning Committee on Descriptive Standards. *Rules for archival description*. Ottawa, 1990.

CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS (Brasil). Câmara Técnica de Normalização da Descrição Arquivística. *Descrição arquivística:* referências bibliográficas. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2004. 50 p.

COOK, Michael; PROCTER, Margaret. *A manual of archival description*. 2th. Ed. Aldershot: Gower, 1989. 291 p.

FERREZ, Helena Dodd; BIANCHINI, Maria Helena S. *Thesaurus para acervos museológicos*. Rio de Janeiro: Fundação Nacional Pró-Memória. Coordenadora Geral de Acervos Museológicos, 1987. 86 p.

HENSEN, Steven L. *Archives, personal papers and manuscripts*: a catalloging manual for archival repositories, historical societies and manuscipts. Washington, DC: Library of Congress, 1983. 51 p.

INFO on ISO 8601, the date and time representation standard. Disponível em: http://www.cs.tut.fi/~jkorpela/iso8601.html Acesso em: 06 jul. 2006

NOUGARET, Christine; GALLAND, Bruno. *Les instruments de recherche dans les archives*. Paris: Direction des Archives de France, 1999. 259 p. (La documentation française)

SOCIETY OF AMERICAN ARCHIVISTS. Describing archives: a content standard. Chicago: SAA, 2004. 267 p.

ÍNDICE

O índice abrange âmbito e objetivos, estrutura e uso da norma, elementos de descrição, os apêndices A e B, mas não os exemplos.
As entradas do índice estão ordenadas alfabeticamente palavra por palavra.

AACR2 *veja* Código de Catalogação Anglo-Americano

ABNT *veja* Associação Brasileira de Normas Técnicas

Abreviaturas, 46

Acervo, 11, 22, 26, 27, 30, 31, 32, 34, 35, 59, 62

Acesso, 10, 11, 18, 20, 44, 59

Acumulação, 30, 34

Âmbito e conteúdo, 30, 39, 59, 60

Aquisição, 37

Arquivista, 56

Arranjo, 42

Associação Brasileira de Normas Técnicas, 31, 35, 48, 59

Assunto, 18, 39, 51, 52, 59

Autor, 22, 30

Autoridade arquivística, 19, 30, 31, 32, 35

Avaliação, 41

Bibliografia arquivística, 56

Biografia, 30, 31, 32, 59, 60

Características físicas, 47

Código, 20, 21
- da entidade custodiadora, 20
- da unidade de descrição, 20
- de referência, 19, 20, 26, 49, 51, 52, 56
- do país, 20

Código de Catalogação Anglo-Americano, 31, 35, 59

Coleção, 11, 19, 20, 22, 26, 30, 32, 34, 35, 37, 49, 51

Colecionador, 22, 34, 35

Condições de acesso, 18, 19, 35, 44

Condições de reprodução, 45

Condições físicas, 54

Conselho Nacional de Arquivos, 20

Conservação, 27, 47, 54

Consulta, 50

Conteúdo e estrutura, 18, 39

Contextualização, 18, 30, 39, 57

Controle da descrição, 18, 56

Controle de cópias, 51

Custódia, 18, 30, 34, 35, 49, 51

Data(s), 19, 23, 24, 30, 32, 35, 37, 41, 42, 57, 58
- crônica, 23, 24
- da descrição, 57
- de acumulação, 23, 25
- de produção, 23, 25
- tópica, 23, 24

Data-assunto, 23, 25

Datas atribuídas, 24

Datas-limite, 23, 24, 31

Descrição de assuntos, 18

Descrição de documentos, 10

Descrição multinível, 10, 59

Destinação, 35, 41

Dimensão, 42
- física, 27
- lógica, 27

Dimensão e suporte, 19, 27, 60

Dimensões, 27

Dimensões específicas, 28

Documentos
- cifrados, 47
- eletrônicos, 43
- textuais, 27

Dossiê/processo, 11, 22, 26, 30, 62, 63

Elaboração da descrição, 56, 57

Elaboração de índices, 59

Elemento(s) de descrição, 10, 18, 19, 20, 21, 23, 26, 27, 30, 32, 39, 41, 44, 47, 48, 51, 55, 59

Elementos de informação, 22

Eliminação, 41

Entidade, 22, 32, 62
- coletiva, 30, 31, 32
- corporativa, 30, 32
- custodiadora, 10, 11, 20, 22, 26, 32, 34, 37, 49, 50, 51, 52, 54, 59, 60
- produtora, 30

Entrada de documentos, 38

Espécie, 27, 28, 29, 60

Estado de conservação, 18, 47, 54

Estágio de tratamento técnico, 42, 43

Estrutura
- administrativa, 22
- da informação, 39
- de arranjo, 11
- familial, 22
- hierárquica, 11

Existência e localização
de cópias, 49, 50
dos originais, 35, 49

Família, 30, 31, 32, 35

Fase
intermediária, 41
permanente, 10

Fases corrente e intermediária, 10

Formatos de entrada ou saída de dados, 10

Fontes
documentais, 38
históricas, 56
relacionadas, 18, 49

Fundo, 11, 19, 20, 22, 26, 30, 34, 35, 37, 49, 51, 62, 63

Gênero, 19, 27, 28, 29, 60
bibliográfico, 27
cartográfico, 27
documental, 27
eletrônico, 27, 28
filmográfico, 27, 28
iconográfico, 27, 28
micrográfico, 27, 28
sonoro, 27, 28
textual, 27
tridimensional, 27, 28

Gêneros de documentos, 19

Gestão do acervo, 27

História
administrativa, 30, 31, 32, 59, 60
arquivística, 34, 41, 48
da produção, 34

Identificação, 18, 20

Idioma, 22, 23, 46

Incorporações, 42

Indexação, 25, 59
de assuntos, 59, 60
pós-coordenada, 59
pré-coordenada, 59

Indicação de responsabilidade, 22, 60

Índice
alfabético, 60
onomástico, 59, 60

Índices, 59

Instrumentos de pesquisa, 10, 35, 48, 51

Intercâmbio de informação, 10, 26

ISAAR(CPF), 10, 30, 31, 32, 35, 59, 60, 63

ISAD(G), 10, 18, 54, 59, 63

Item documental, 11, 22, 26, 31, 62, 63

Linguagem
controlada, 60
natural, 60

Local de produção, 24

Localização do original, 49

Mensuração, 27

Método de classificação, 42

Metodologia, 42, 59

Modelos de arranjo, 19

NBR 1084, 31, 35

NBR 6023, 48, 53, 56, 57

Níveis
de arranjo, 21
de descrição, 11, 20, 21, 22, 26, 28, 30, 31, 34, 37, 39, 44, 45, 48, 57, 62
intermediários, 11, 26, 62

Nível de descrição, 19, 21, 22, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 35, 37, 39, 46, 48, 59, 60

NOBRADE, 10

Normas internacionais, 10

Normas ISO, 46

Notação, 21, 56

Notas, 18, 25, 54, 55

Ordenação, 42, 43

Organização, 18, 27, 30, 35, 42

Padronização da descrição, 10

Pessoa, 30, 31, 32

Planos de pesquisa, 27

Política de indexação de assuntos, 59

Pontos de acesso, 18, 20, 24, 51, 59

Prazos de guarda, 41

Preservação, 35, 50

Princípio da proveniência, 30

Procedência, 37

Procedimentos técnicos, 42, 54

Produtor, 19, 22, 30, 31, 32, 51, 59

Proveniência, 18, 51

Publicação, 52, 53

Publicações eletrônicas, 53

Quantificação, 27

Recuperação
da informação, 59
da unidade de descrição, 18

Referências bibliográficas, 52

Registro de autoridade arquivística, 19, 30, 31, 32, 35, 63

Registros de descrição, 19, 63

Regras ou convenções, 57, 60

Remissivas, 60, 63

Reprodução, 27, 35, 45, 50

Requisitos técnicos, 47

Respeito aos fundos, 10

Restauro, 54

Restrições de acesso, 44, 48

Seção, 11, 22, 26, 62

Seleção, 41

Série, 11, 22, 26, 62, 63

Siglas, 46

Sistema
- de arranjo, 42, 43
- de escrita, 46
- informatizado de dados, 32

Sistemas
- de descrição automatizados, 10
- informatizados de recuperação da informação, 59
- manuais de descrição, 10, 59
- manuais de recuperação da informação, 59

Subseção, 11, 26

Subsérie, 11, 26, 62, 63

Subunidade custodiadora, 11, 20, 26

Suporte, 19, 27, 29, 60

Temporalidade, 41

Termo de indexação, 60

Tesauros especializados, 60

Tipologia documental, 22, 39

Tipos de restrição, 44

Título, 19, 21, 22, 30, 39, 52, 59, 60

Título original, 21, 22

Transferência de propriedade, 34, 35, 38

Tratamento técnico, 10, 34, 42

Unidade de descrição, 18, 20, 21, 23, 24, 25, 26, 27, 30, 31, 32, 34, 35, 37, 39, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54

Unidades de descrição relacionadas, 52

Uso da Norma, 10, 18, 19

Vocabulário controlado, 60

Este livro foi impresso em novembro de 2006, sob a supervisão gráfica da Viaman Gráfica e Editora Ltda, em papel alta alvura 90g, com tiragem de 2.000 exemplares.